

U LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA

UNIVERSIDADE DE LISBOA

**AS DESCONTINUIDADES DO TERRITÓRIO (DES)URBANIZADO E O FENÓMENO DA EXCLUSÃO
SOCIAL NA COROA NORTE DA CIDADE DE LISBOA**

Bárbara Ferreira do Nascimento Nóbrega

Dissertação de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Júri:

Presidente: Professor Doutor João Cottinelli Telmo Pardal Monteiro

Orientador: Professor Doutor João Carlos Vassalo Santos Cabral

Vogal: Professora Doutora Maria Teresa Salgueiro Vasconcelos e Sá

Lisboa, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, março, 2017

AS DESCONTINUIDADES DO TERRITÓRIO (DES)URBANIZADO E O FENÓMENO DA EXCLUSÃO SOCIAL NA COROA NORTE DA CIDADE DE LISBOA

Nome do aluno: Bárbara Ferreira do Nascimento Nóbrega

Orientação: Professor Doutor João Carlos Vassalo Santos Cabral

Mestrado: Mestrado Integrado em Arquitetura

Data: março, 2017

I. Resumo

A presente investigação procura ser um contributo para compreender o processo de urbanização na Coroa Norte da cidade de Lisboa, que não tem um modelo reconhecível e que está associado a problemas de descontinuidades urbanas e a condições de exclusão social.

Para tal foram selecionados dois casos de estudo: o bairro da Ameixoeira, mais concretamente a zona abrangida pelo Programa Especial de Realojamento e o bairro Padre Cruz, que tendo origens semelhantes, evoluíram, no entanto, de forma distinta, apresentando-se atualmente com dinâmicas de desenvolvimento diferenciadas.

Neste sentido, foi efetuada uma análise dos bairros de forma a identificar os fatores que influíram para que a sua evolução se tivesse processado de forma tão díspar.

Pretendeu-se, ainda, perceber e demonstrar o reflexo do desenho do espaço público na (des)continuidade do tecido urbano, bem como na (des)integração social, através destes dois casos de estudo.

Para o efeito, foi fundamental conhecer as decisões projetuais do plano inicial dos bairros, bem como as sucessivas intervenções posteriores e o papel dos diferentes atores e agentes a fim de colmatar os problemas do bairro e, assim, promover a urbanidade, civilidade e coesão destes territórios.

Assim, o objetivo último será perceber o papel do Urbanismo e da Arquitetura no crescimento das cidades.

Palavras-chave: Descontinuidades Urbanas | Exclusão Social | Espaço Público | Periferia Urbana

THE DISCONTINUITIES OF THE (DE)URBANIZED TERRITORY AND THE PHENOMENON OF SOCIAL EXCLUSION IN THE CITY OF LISBON NORTH CROWN

Student's name: Bárbara Ferreira do Nascimento Nóbrega

Adviser: Professor Doutor João Carlos Vassalo Santos Cabral

Master's degree: Master in Architecture

Date: March 2017

II. **Abstract**

This research seeks to contribute to the understanding of the urbanization process in the city of Lisbon North Crown, which does not have a recognizable model and is associated with problems of urban discontinuities and conditions of social exclusion.

To realize that, two case studies were selected: Ameixoeira neighbourhood, specifically the area covered by the *Programa Especial de Realojamento* (Special Rehabilitation Program) and Padre Cruz neighbourhood, which, despite having similar origins, have evolved differently, currently presenting distinct developmental dynamics.

In this sense, the neighbourhoods were analysed to identify the reasons that could explain their different evolutions.

Through these two case studies, it was intended to understand and demonstrate the reflection of public space design in the (dis)continuity of the urban fabric, as well as in the (dis)social integration.

To achieve this, it was crucial to know the design decisions of the neighbourhood's initial plan, as well as the subsequent successive interventions and the role of the different actors and agents to solve neighbourhood's problems and thus promote their urbanity, civility and cohesion territories.

This way, understanding the role of Urbanism and Architecture in the growth of cities is the ultimate objective.

Keywords: Urban Discontinuities | Social Exclusion | Public Space | Urban Periphery

III. Agradecimentos

Ao Professor João Cabral, pela sua incansável prontidão, disponibilidade, sabedoria e auxílio no decorrer da concretização desta dissertação.

A todos os professores que fizeram parte do meu percurso académico e que contribuíram para o meu enriquecimento na área da Arquitetura.

A todos os meus colegas, mas em especial à Rita, a amiga de todas as horas ao longo destes anos, pelo apoio, alegria, amizade e até mesmo pela paciência nos momentos mais tensos e difíceis.

Aos meus queridos Pai e Mãe, por todo o amor, apoio, esforço e por, sobretudo, acreditarem em mim quando eu não tive forças para o fazer.

À minha querida irmã Sara, por me incentivar sempre a simplificar os problemas e a ver o lado positivo de tudo.

Às Joanas, as melhores amigas de sempre, pela amizade, apoio, alegria e por me acompanharem nesta jornada mesmo quando alguns quilómetros nos separavam.

Ao André, pela lufada de ar fresco que me proporcionou na reta final deste percurso, pelo amor, carinho e pelo olhar otimista que me incentivou a ter.

A todos eles, que me ajudaram a chegar até aqui, o maior e mais sincero obrigada!

IV.	Índice Geral	
I.	Resumo	I
II.	Abstract	III
III.	Agradecimentos	IV
IV.	Índice Geral	VI
V.	Índice de Figuras	VIII
VI.	Índice de Tabelas e Gráficos	XII
VII.	Abreviaturas	XIII
1	Introdução	1
1.1	Enquadramento e justificação do tema	1
1.2	Objetivos e questões de trabalho	2
1.3	Metodologia	2
2	Descontinuidades, exclusão e espaço público	5
2.1	Descontinuidades e o processo de urbanização	5
2.2	Exclusão / Inclusão social	16
2.3	Espaço público no planeamento urbano e nas políticas urbanas	26
2.4	Resumo / Conclusão do capítulo	32
3	Periferias e políticas de habitação	33
3.1	Evolução do planeamento urbano de Lisboa	34
3.2	Habitação social	39
3.3	Resumo / Conclusão do capítulo	43
4	Os bairros da Ameixoeira (PER) e Padre Cruz	45
4.1	Bairro PER da Ameixoeira	49
4.1.1	Génese e evolução	49
4.1.2	Caraterísticas sociais e demográficas	71
4.1.3	Desenho e espaço público	77
4.2	Bairro Padre Cruz	84
4.2.1	Génese e evolução	84
4.2.2	Caraterísticas sociais e demográficas	102
4.2.3	Desenho e espaço público	106

5	Conclusões	116
VIII.	Bibliografia	119

V. Índice de Figuras

1 Introdução

Fig. 1 - Representação das freguesias do município de Lisboa pertencentes à Zona 21 Norte com destaque dos bairros PER da Ameixoeira e Padre Cruz..... 1

2 Descontinuidades, exclusão e espaço público

Fig. 2 - Favela de Paraisópolis (Brasil) 17

Fig. 3 - Bairro no Nordeste de Amaralina, Salvador (Brasil)..... 19

Fig. 4 - Pobreza e exclusão social na Índia 21

Fig. 5 - Segregação social nas cidades. Favela de Caracas (Venezuela)..... 25

Fig. 6 - Parque das Nações, Lisboa..... 26

Fig. 7 - Parque das Nações, Lisboa..... 28

Fig. 8 - Jardim de Santo Amaro, Lisboa 30

Fig. 9 - Projeto de renovação do mobiliário urbano na área central de Albergaria-a-Velha 32

3 Periferias e políticas de habitação

Fig. 10 - Evolução da cidade de Lisboa (1147-1980) 33

Fig. 11 - Planta da cidade de Lisboa de 1852 33

Fig. 12 - Planta da cidade de Lisboa de 1947 34

Fig. 13 - Plano Diretor de Urbanização de Lisboa de 1948 35

Fig. 14 - Modelo urbano, zonas 38

4 Os bairros da Ameixoeira (PER) e Padre Cruz

Fig. 15 - Bairro operário da Areosa..... 45

Fig. 16 - Bairro da Cova da Moura, Amadora 46

Fig. 17 - Bairros da lata em Lisboa nos anos 60-70 47

Fig. 18 - Localização do bairro 49

Fig. 19a, 19b - Cruzeiro da Ameixoeira (1950) e panorâmica registada a partir do Cruzeiro (1960) 51

Fig. 20 - Estrada da Ameixoeira entre 1890 e 1945 51

Fig. 21 - Barracão na Azinhaga da Torrinha, 1961 52

Fig. 22 - Terrenos da Azinhaga da Torrinha, 1961 52

Fig. 23a, 23b - Rua Direita da Ameixoeira, 1964..... 53

Fig. 24a, 24b - Cartografia atual e antiga (sobreposição do edificado sobre planta de 1911 - Silva Pinto)..... 53

Fig. 25 - Fotografia aérea sobre parte do edificado PER, empreendimento da Ameixoeira e Casa da Cultura Cigana 54

Fig. 26 - Bairros cuja população foi realojada no PER da Ameixoeira 54

Fig. 27a, 27b - Azinhaga das Galinheiras em 1962 e atualmente.....	55
Fig. 28 - Análise temporal e territorial integrada - alterações estruturais, físicas, de estruturas e sociais	55
Fig. 29a, 29b, 29c, 29d, 29e - Extrato das Cartas Militares de Loures (1938-2009).....	56
Fig. 30 - Limites da freguesia de Santa Clara	57
Fig. 31 - Tipologias de ocupação da ARU	57
Fig. 32 - Delimitação viária do bairro	58
Fig. 33 - Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL)	59
Fig. 34a, 34b - Vista aérea sobre o território correspondente ao bairro e a sua envolvente	60
Fig. 35a, 35b - Rua Direita da Ameixoeira e Azinhaga das Galinheiras	60
Fig. 36 - Eixo Norte/Sul	61
Fig. 37 - Mapa de proximidades das principais atividades ao bairro	62
Fig. 38 - Azinhaga da Cidade, Ameixoeira	62
Fonte: http://mapio.net/o/2978995/	62
Fig. 39 - Paragens Carris da ARU de Santa Clara	63
Fig. 40 - Extrato do mapa de rede de transportes de Lisboa da Carris	63
Fig. 41a, 41b - Plantas esquemáticas: vias e edificado (Esc. 1:20.000)	64
Fig. 42a, 42b - Espaços comerciais encerrados	65
Fig. 43 - Lojas vagas do bairro	65
Fig. 44a, 44b, 44c, 44d - Mau estado de conservação de edifícios e zonas do espaço público.....	67
Fig. 45a, 45b, 45c, 45d, 45e, 45f, 45g, 45h, 45i - Fotografias, desenhos dos blocos habitacionais e tabelas das áreas por zonas	69
Fig. 46a, 46b, 46c - Casa da Cultura Cigana da Ameixoeira (Cantina Comunitária)	70
Fig. 47a, 47b - As crianças das escolas da Ameixoeira ajudam nos trabalhos.....	75
Fonte: http://www.wilder.pt/historias/encontrados-em-lisboa-fosseis-de-mamifero-marinho-com-milhoes-de-anos/	75
Fig. 48a, 48b, 48c, 48d - Convívio entre moradores vizinhos na sua zona de residência e no mercado, ao domingo	76
Fig. 49a, 49b, 49c, 49d, 49e, 49f - Aspeto das ruas e parques infantis do bairro.....	77
Fig. 50a, 50b, 50c, 50d - Espaço público desqualificado.....	78
Fig. 51 - Contraste da qualidade do espaço público no interior das zonas habitacionais e nas suas periferias ...	78
Fig. 52 - Espaços urbanos expectantes do bairro	79
Fig. 53a, 53b - Deposição indevida de resíduos urbanos	79
Fig. 54 - Extrato da Estrutura Ecológica Municipal.....	80
Fig. 55 - Mapa de registo georreferenciado de situações resultante das sessões <i>Focus Groups</i>	81
Fig. 56a, 56b, 56c, 56d, 56e, 56f, 56g, 56h, 56i - Pesquisa <i>Focus Group</i>	82

Fig. 57a, 57b, 57c, 57d - Pesquisa <i>Focus Group</i>	83
Fig. 58 - Localização do bairro	84
Fig. 59a, 59b - Cartografia atual e antiga (sobreposição do edificado sobre planta de 1911 - Silva Pinto).....	84
Fig. 60a, 60b, 60c, 60d, 60e - Extrato das Cartas Militares de Loures (1938-2009).....	85
Fig. 61 - Plantas esquemáticas: vias e edificado (Esc. 1:20.000).....	86
Fig. 62 - Delimitação viária do bairro	87
Fig. 63 - Identificação das barreiras físicas do bairro	88
Fig. 64a, 64b, 64c, 64d - Cemitério de Carnide. Vista sobre a encosta da Serra da Luz, Odivelas. Terreno desocupado podendo avistar-se o Parque de Material e Oficinas do Metropolitano de Lisboa.....	88
Fig. 65a, 65b - Vista aérea sobre o território correspondente ao bairro e a sua envolvente	89
Fig. 66 - Mapa de proximidades das principais atividades ao bairro	89
Fig. 67 - Adaptado do mapa dos projetos de expansão do Metro de Lisboa (julho 2012).....	90
Fig. 68 - Extrato do mapa de rede de transportes de Lisboa da Carris	90
Fig. 69 - Planta geral	91
Fig. 70 - Pré-fabricados de fibrocimento, Rua Rio Sever (1962).....	92
Fig. 71a, 71b - Bairro de Alvenaria, primeiras construções dos anos 60. Rua Rio Tejo, construções de 2 pisos.	92
Fig. 72a, 72b, 72c - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 60	93
Fig. 73a, 73b, 73c - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 60-70	94
Fig. 74a, 74b, 74c - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 70	96
Fig. 75a, 75b, 75c - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 90	97
Fig. 76a, 76b - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 90 - 3. ^a Fase B	99
Fig. 77a, 77b - Edificado do Bairro Novo.....	100
Fig. 78 - Vista aérea correspondente à expansão da 4. ^a fase.....	100
Fig. 79 - Vista aérea sobre Biblioteca, Centro Cultural, Mercado a Igreja	101
Fig. 80 - Centro Cultural de Carnide e Mercado	101
Fig. 81 - Eixo público que separa os dois polos habitacionais	102
Fig. 82a, 82b - Bairro de Alvenaria, espaço público	106
Fig. 83a, 83b - Praça, Centro Cultural de Carnide	107
Fig. 84a, 84b - Comparação entre a qualidade dos espaços no interior e nas zonas periféricas do bairro	108
Fig. 85 - Hortas urbanas comunitárias.....	108
Fig. 86a, 86b, 86c, 86d, 86e, 86f - Bairro Novo, espaço público	109
Fig. 87 - Desenhos técnicos das praças de Maria Rosa Leitão.....	110
Fig. 88a, 88b - Edifício da Biblioteca e Centro Cultural. Desenho técnico do espaço público circundante de Maria Rosa Leitão.....	111

Fig. 89a, 89b, 89c, 89d, 89e, 89f, 89g, 89h, 89i, 89j - Pinturas murais nas empenas dos edifícios (Festival de Arte Urbana).....	112
Fig. 90a, 90b, 90c - Fernando Medina, presidente da CML, inaugura o início dos trabalhos. Primeira fase da intervenção	113
Fig. 91 - Delimitação da área de intervenção	114
Fig. 92a, 92b, 92c - Planta síntese e vistas tridimensionais da proposta.....	115

VI. Índice de Tabelas e Gráficos

4 Os bairros da Ameixoeira (PER) e Padre Cruz

Tab. 1 - Indicadores chave do bairro PER da Ameixoeira	71
Tab. 2 - Evolução da população residente (Censos, 2001 e 2011)	71
Tab. 3 - Índices de Envelhecimento e Dependências no bairro PER da Ameixoeira (Censos, 2001)	72
Gráf. 1 - População residente no bairro PER da Ameixoeira segundo grupos etários (Censos, 2001).....	72
Gráf. 2 - Habilitações literárias da população residente no bairro PER da Ameixoeira (Censos, 2001)	73
Gráf. 3 - Residentes sem atividade económica e reformados 2001-2011 por zonas	73
Gráf. 4 - Comparação da população ativa da ARU em 2001 e 2011 por zonas	74
Gráf. 5 - Comparação das taxas de desemprego na ARU e zonas delimitadas em 2001-2011.....	74
Tab. 4 - Indicadores chave do bairro Padre Cruz	102
Gráf. 6 - População residente no bairro Padre Cruz segundo grupos etários (Censos, 2001).....	103
Tab. 5 - Evolução da população residente (Censos, 2001 e 2011)	103
Gráf. 7 - Habilitações literárias da população residente no bairro Padre Cruz (Censos, 2001).....	104
Tab. 6 - Índices de Envelhecimento e Dependências no bairro Padre Cruz (Censos, 2001)	105

VII. Abreviaturas

PER Programa Especial de Realojamento

PIMP Programa de Intervenção a Médio Prazo

CML Câmara Municipal de Lisboa

AML Arquivo Municipal de Lisboa

BIP-ZIP Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária

EPUL Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

ARU Área de Reabilitação Urbana

1 Introdução

1.1 Enquadramento e justificação do tema

A problemática dos processos de descontinuidade urbana, bem como fenómenos de exclusão social, atraiu o meu interesse durante o primeiro semestre deste ano letivo, aquando das análises que efetuei sobre a área de intervenção - Lumiar, Alta de Lisboa e Ameixoeira -, destinadas à cadeira de Laboratório de Projeto VI.

Assim, ao aprofundar a análise desta realidade, apercebi-me da pertinência atual desta temática, a desenvolver nas áreas da Arquitetura e do Urbanismo e da necessidade de realizar estudos que possam, de algum modo, vir a contribuir para a procura de soluções acerca do problema da exclusão social nestas “ilhas urbanas”.

A procura de respostas para esta questão é a motivação que me move e que está na base da decisão de realizar este estudo.

Para tal, investiguei a problemática das descontinuidades urbanas e o fenómeno de exclusão social na Coroa Norte da cidade de Lisboa, partindo dos estudos de caso dos bairros da Ameixoeira (PER) e Padre Cruz.

Assim, tenho por objetivo último refletir criticamente sobre possíveis soluções que possam contribuir para uma melhor urbanidade e amenizar os problemas de exclusão social.

Para esta reflexão foi efetuada uma análise dos dois bairros de realojamento que, partindo da mesma premissa, evoluíram, contudo, de forma distinta, procurando identificar os fatores que estiveram na base de dinâmicas de desenvolvimento diferentes.

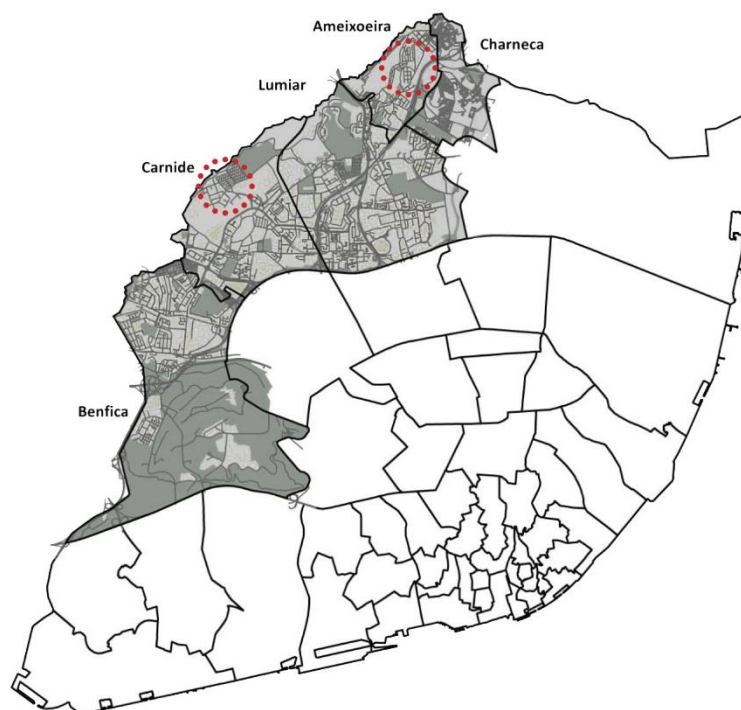


Fig. 1 - Representação das freguesias do município de Lisboa pertencentes à Zona 21 Norte com destaque dos bairros PER da Ameixoeira e Padre Cruz

Fonte: Adaptação do relatório do Plano de Ação 21(Agenda 21 Local)

1.2 Objetivos e questões de trabalho

Com esta dissertação pretendeu-se analisar o processo de urbanização na procura de explicar a formação de descontinuidades no território e o conseqüente fenómeno da exclusão social na Coroa Norte da cidade de Lisboa.

Pretendeu-se também analisar exemplos de boas práticas urbanísticas, com vista a tentar perceber de que forma pode o Urbanismo amenizar problemas de exclusão social, sabendo de antemão que, por si só, não consegue resolvê-los.

Com estes objetivos em vista, foram colocadas as seguintes questões de investigação:

- Como enquadrar/ caracterizar as descontinuidades urbanas no processo de urbanização? (território como *palimpsesto*¹)
- Como relacionar as descontinuidades urbanas com a fragmentação do território e a exclusão social?
- Qual o papel do Urbanismo para a resolução de descontinuidades urbanas e prevenção de processos de exclusão?

1.3 Metodologia

Tendo as premissas e o objeto do presente estudo definido, importa explicar a metodologia escolhida.

Para a realização deste estudo optei por uma estratégia metodológica de carácter qualitativo, com recurso ao método indutivo, que parte do particular para o geral. Assim a resposta às questões colocadas é dada com base nos casos individuais observados.

Com base neste pressuposto, foram utilizadas técnicas de recolha e análise de informação, como a observação *in situ* (instrumento de recolha direta) e análise documental, como livros, artigos, dissertações ou publicações diversas (instrumento de recolha indireta).

Uma parte considerável da recolha de informação foi efetuada através do recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), sobretudo no que respeita à pesquisa de dados, quer sejam bibliográficos, como fotográficos (Arquivo Municipal de Lisboa), estatísticos ou cartográficos.

De igual modo, procedi à recolha de informação junto de órgãos da administração pública e local, como, por exemplo associações de moradores, Juntas de Freguesia e Câmara Municipal de Lisboa.

¹ Palimpsesto é o termo que se utiliza para designar um pergaminho cujo texto foi eliminado, normalmente através de raspagem (o nome deriva do termo grego palimpsêstos, surgido no século V a.C., quando se generalizou a adoção do pergaminho como suporte de escrita), para permitir a sua reutilização. A escassez de pergaminhos na Idade Média generalizou o uso de palimpsestos. Neste contexto ele é utilizado como metáfora de uma abordagem sobre o passado de uma cidade, onde as estratificações se sobrepõem ao longo do tempo no mesmo espaço urbano (Corboz, 2001).

Como metodologia de análise do estudo de caso foram seguidas as indicações propostas por Judith Bell (1997, p. 23) que nos dá a possibilidade de “concentrar num caso específico ou situação e tentar identificar [...] os diversos processos interativos em curso”.

A estrutura da dissertação encontra-se dividida em quatro partes.

Numa fase inicial pretendeu-se identificar conceitos analíticos associados às palavras-chave que formulam o tema (espaço público / descontinuidades urbanas / exclusão social / periferia urbana), com o objetivo de ser constituída uma base de conhecimento, fundamental à posterior análise dos casos de estudo selecionados.

Nesta primeira parte foram abordados os processos que originaram as descontinuidades urbanas que identificamos hoje, resultantes da heterogeneidade do território, da multiplicidade de apropriações diferenciadas por parte da sociedade e pela outrora construção faseada nem sempre com recurso a boas práticas de planeamento.

A exclusão social surge associada aos processos de descontinuidade urbana como resultado da desagregação do tecido urbano e da sua conseqüente segregação. Foi explorado o seu conceito, bem como as transformações que impulsionam tal fenómeno, tendo, por isso, sempre presente a estreita relação com o território e o seu processo de urbanização.

Ainda nesta parte dedicada ao enquadramento dos conceitos analíticos, foi feita uma análise ao papel do espaço público no planeamento urbano. Tornou-se, por isso, relevante, como ponto de partida, refletir sobre o que é, afinal, o espaço público, bem como a sua importância e as suas funções e competências.

A periferia urbana constitui outro ponto fulcral uma vez que contextualiza as temáticas em foco nesta investigação. Aqui inserem-se os bairros referentes aos casos de estudo nos quais se pode observar abundantemente descontinuidades urbanas e o fenómeno da exclusão social.

Na segunda parte foram abordadas as questões relativas às periferias e políticas de habitação com o intuito de enquadrar os bairros na cidade. Foi traçado um retrato da evolução das políticas urbanas e de habitação social levadas a cabo na cidade de Lisboa desde a primeira metade do século XX até à atualidade. No fim deste capítulo foi introduzida a temática dos bairros sociais e dos programas de realojamento PIMP e PER, que se estende até ao início da terceira parte.

Os casos de estudo selecionados, cuja análise foi efetuada na terceira e última parte desta dissertação, foram o bairro da Ameixoeira, mais concretamente a zona abrangida pelo Programa Especial de Realojamento e o bairro Padre Cruz. Aqui, foi realizada uma análise destes dois bairros que apresentam fragilidades semelhantes, mas que em muito diferem na sua dinâmica de desenvolvimento.

Para tal, destacam-se as entrevistas realizadas aos presidentes da Associação de Moradores da Ameixoeira e Padre Cruz, Moreira da Fonte e Elisete Andrade, respetivamente, ao arquiteto João Paciência e ao presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Fábio Sousa.

Ao nível de documentos, destacam-se três que foram extremamente importantes para a realização das análises, são eles os relatórios de ambos os bairros relativos ao Plano de Ação 21 e Estrutura de Monitorização da Agenda 21 Local de Lisboa, o Relatório Diagnóstico da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara e o relatório do estudo “A conceção do espaço público em bairros de realojamento como pressuposto estruturador dos processos de inserção social”.

Pretendeu-se, desta forma, identificar boas práticas que possam, eventualmente, constituir futuras estratégias de intervenção e representar opções eficazes de planeamento para outros territórios com patologias semelhantes, no que diz respeito à estrutura de espaços públicos urbanos.

As conclusões desta investigação resultaram das lições retiradas no estudo destes dois bairros, através da observação e conseqüente constatação das melhores e piores decisões projetuais levadas a cabo que refletem hoje aquela que é a urbanidade de cada um dos territórios.

2 Descontinuidades, exclusão e espaço público

As cidades são centros de vida cultural caracterizados pela concentração de edifícios, elevada densidade populacional, reduzida ou nula expressão das atividades primárias, substituídas pelo comércio, pela indústria transformadora e pelos serviços (Mumford, 1961).

O espaço público é o palco onde a vida da cidade se desenrola, é o local onde a cidade se apresenta aos forasteiros que a querem conhecer, é, no fundo o “cartão de visita” de uma urbe. Mas a sua importância vai muito para além do elemento estético, pois ele é também o elemento que possibilita agregar e dar coerência ao tecido edificado, e é, potencialmente, também agregador do tecido social, capaz de promover a integração social e territorial de uma cidade.

Neste capítulo pretende-se identificar os conceitos analíticos subjacentes às problemáticas que estão na base deste estudo.

Será abordada a evolução histórica do Urbanismo com vista à compreensão do modo como esta ciência permite regular a ocupação do espaço e ordená-lo, para que o crescimento das cidades se processe de maneira coerente, interligando todos os espaços com equilíbrio e harmonia, com vista à otimização do seu uso.

De igual modo, será analisada a problemática das descontinuidades urbanas e a sua relação com os fenómenos de exclusão social, que serão sistematizados com vista a descodificar as dinâmicas que estão na base destes três conceitos: descontinuidades, exclusão e espaço público.

Com este exercício pretende-se criar uma base de conhecimento teórico acerca destes fenómenos que permitirá compreender de que modo estes três conceitos se interligam e relacionam.

Destacam-se três importantes autores cujas opiniões e teorias são apresentadas ao longo do capítulo, oferecendo desta forma o seu contributo para a elucidação dos conceitos alvos de estudo. São eles Leonardo Benevolo, François Ascher e Paulo Silva.

2.1 Descontinuidades e o processo de urbanização

Para Gaston Bardet (1947), o Urbanismo é uma ciência que estuda o espaço habitado e as relações do Homem com o meio e entre si. Este estudo serve para definir as leis ou princípios segundo os quais a ocupação, a utilização e a transformação da utilização desse espaço serão regidos.

Segundo o Conselho Europeu de Urbanistas, o Urbanismo é um processo que integra várias práticas, entre as quais se encontram o “ordenamento do território, ordenamento regional, planeamento físico espacial, ordenamento urbano e rural, ambiental, sob os seus aspetos socioeconómicos” compreendendo todas as atividades relacionadas com o desenvolvimento e uso do solo. Este processo opera em todos os estratos sociais e em vários níveis espaciais que se encontram interligados, nomeadamente a nível local, urbano, suburbano, metropolitano, rural, regional, nacional e até mesmo internacional, cobrindo todos os aspetos do ordenamento,

assim como a valorização dos territórios e a utilização dos solos. Agrupa todas as formas de atividade relacionadas com os fenómenos do desenvolvimento, orientando, valorizando, integrando, controlando e estimulando a contínua evolução dos meios no respeito do interesse do bem comum, mas respeitando os direitos individuais. O planeamento urbano não é determinista, procurando estabelecer equilíbrio e harmonia, prevendo o futuro e ajudando a reconciliar os interesses em conflito, projetando a mudança física e social e auxiliando o desenvolvimento harmonioso das comunidades (CEU, [s.d.]

O urbanismo ocupa-se em dar explicações dos acontecimentos urbanos passados e presentes e de simultaneamente pôr em prática os meios para a organização futura desses acontecimentos (Sánchez de Madariaga, 1999).

O Urbanismo ocupa-se da organização espacial do território para que se processe de forma coerente e para que a sua distribuição seja feita em função dos seus usos e aptidões, possibilitando a otimização do uso do espaço.

Segundo Kofi Annan², “a urbanização rápida é um dos maiores desafios aos quais a comunidade internacional deve fazer face”. Está associada ao processo de transformação de periferias e é um dos fatores que estão na base do fenómeno da criação e evolução dos aglomerados urbanos, relacionando as características geográficas do espaço com os recursos disponíveis que garantem a subsistência dos seus habitantes. Assim, o processo de urbanização é expresso pela transformação do uso do solo em função da organização do habitat humano. Este processo ocorre sempre que se verifica a utilização deste solo para fins predominantemente urbanos, em detrimento do uso agrícola e/ou florestal. Não se trata apenas de um processo de edificação, pois tem uma vertente económica e social em simultâneo, que reflete dinâmicas sociais fortes.

No seu livro ***As origens da urbanística moderna***, Leonardo Benevolo compara a urbanística moderna com um “remédio aplicado *a posteriori*”, como forma de minorar os efeitos dos erros cometidos anteriormente. De facto, os métodos e práticas que hoje reconhecemos como essenciais para um planeamento urbanístico equilibrado não acompanharam todos os processos técnicos e económicos que estiveram na origem e posterior transformação da cidade industrial, tendo surgido mais tarde quando os erros cometidos se tornaram evidentes e a sua proporção atingiu dimensões consideráveis, transformando-se em problemas que urgia resolver (Benevolo, 1981, p. 9).

As primeiras tentativas para corrigir os males da cidade industrial polarizaram-se em dois casos extremos: ou se defendia a necessidade de recomeçar do princípio, contrapondo à cidade existente novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria, ou se procurava resolver os problemas singulares e remediar os inconvenientes isoladamente, sem ter em conta as suas conexões e sem uma visão global do novo organismo citadino (Benevolo, 1981, p. 9)

² Ex-Secretário Geral da ONU. Declaração proferida no Fórum Urbano Mundial, que teve lugar em Barcelona, em 2004.

Segundo este autor, a origem da moderna legislação urbanística pode ser encontrada no trabalho dos especialistas e funcionários que necessitaram de ter uma base jurídica para poder introduzir nas cidades novas instalações e regulamentos que pudessem fazer face aos problemas de higiene pública. Neste contexto é óbvio que o conceito da urbanística não pode manter-se num campo estritamente teórico, separado dos interesses de natureza política, pois a planificação urbanística está intimamente associada às opções políticas de qualquer programa operativo de intervenção urbana (Benevolo, 1981).

Na origem da urbanística estão as transformações urbanas operadas gradualmente pela revolução industrial, entre as quais o êxodo rural para as cidades e que, associadas à diminuição da mortalidade infantil, contribuíram para um aumento populacional urbano sem precedentes.

De facto, as transformações resultantes da transferência das pequenas manufaturas, sobretudo no setor têxtil, que antes se concentravam nas zonas rurais, desenvolvendo-se a partir dos domicílios dos artesãos, para unidades industriais, geraram o êxodo desses artesãos, agora transformados em operários, das suas casas de campo isoladas para bairros habitacionais compactos, que foram surgindo desordenadamente na proximidade dessa fábricas, dando origem a novas cidades ou alterando drasticamente a fisionomia das já existentes (Benevolo, 1981).

Este crescimento desorganizado não foi enquadrado pelos governos das cidades, os quais ignoraram os problemas resultantes das transformações em curso nos territórios urbanos.

Enquanto a grande burguesia londrina se reúne nos ambientes requintados de Bedford Place e de Russel Square, os miseráveis bairros orientais crescem compactos, sem pausa nem esperança. Rapidamente, a sua extensão e os seus inconvenientes higiénicos puseram em crise toda a cidade, e foi necessário conceber de raiz uma nova metodologia urbanística sem quaisquer ligações com a antiga (Benevolo, 1981, p. 25).

Assim, os problemas a nível de carências higiénicas com o escoamento de detritos líquidos e sólidos, que no campo eram facilmente eliminados, por as habitações disporem de muito espaço envolvente, assumem proporções insuportáveis nas cidades, resultante da enorme densidade da malha construída. A falta de uma rede de saneamento que permitisse o escoamento dos resíduos domésticos, transforma as ruas dos bairros operários em autênticos esgotos a céu aberto, onde os veículos e os peões circulam e as crianças brincam, partilhando os mesmos espaços com os amontoados de imundície. Adicionalmente, a proximidade desses bairros dos locais de trabalho, faziam com que as habitações dos operários ficassem impregnadas do fumo das fábricas, as quais, por seu turno inquinavam os cursos de água com os seus resíduos industriais. A urbanística moderna surgiu assim como “parte da tentativa em curso para estender a todas as classes os benefícios potenciais de revolução industrial” (Benevolo, 1981, p. 44).

Neste contexto podemos situar as origens do Urbanismo moderno como uma das primeiras tentativas de construção de uma sociedade democrática, ao se constituir como parte da solução para resolver os males da cidade industrial, muito para além de uma simples reorganização de espaços.

A urbanística perde assim a posição de aparente distanciamento dos conflitos sociais, mantida até então à sombra do poder absoluto, e perde inclusive a aparente capacidade para regular com carácter definitivo, do alto, o equilíbrio do povoamento; apresenta-se, mais modestamente, como uma das técnicas necessárias para definir este equilíbrio; não insiste já numa forma perfeita a realizar à partida, mas numa série de modificações parciais, num compromisso razoável entre as forças em jogo, a renovar continuamente de acordo com o seu movimento recíproco (Benevolo, 1981, p. 46).

Mais recentemente, François Ascher, sintetiza os princípios de um novo urbanismo quando sugere que as categorias que anteriormente se encontravam no foco da conceção das cidades deveriam ser revisitadas com o objetivo de serem atualizadas ou até mesmo contestadas (Ascher, 2010, p. 78).

Na sua obra Ascher propõe dez princípios para o Urbanismo moderno, numa proposta mais adaptada à realidade da sociedade contemporânea ocidental. Segundo o autor o crescimento das cidades está intrinsecamente relacionado com o desenvolvimento das vias de comunicação e transporte, assim como das técnicas de alojamento de pessoas e bens, articulando-se com três dos principais fatores que caracterizam a modernização: a individualização, a racionalização e a diferenciação social (Ascher, 2010, p. 24).

As duas primeiras fases de modernização são caracterizadas por Ascher focando a íntima ligação que existe entre a cidade e a sociedade e o modo como são concebidos, produzidos, utilizados e geridos os espaços. Para a primeira fase, o autor traça uma linha temporal que emerge na Idade Média e que perdura até à Revolução Industrial, descrevendo a modernização como uma espécie de revolução urbana, que acompanha a emergência do Estado-Nação, assim como o progresso científico e o desenvolvimento do capitalismo, primeiro o mercantil e depois o industrial. Assiste-se então à evolução da cidade medieval para uma cidade moderna, concebida de forma racional e destinada a indivíduos diferenciados, onde se podem distinguir as marcas da afirmação monumental do poder do Estado e da Arquitetura, como disciplina moderna. Esta fase é qualificada pelo autor como “alta modernidade” (Ascher, 2010, p. 25).

A segunda revolução urbana surge com a Revolução Industrial. Nesta segunda fase de modernização o Urbanismo constitui-se como disciplina moderna, aplicando à organização das cidades os princípios da indústria, onde a noção-chave é a especialização, que o taylorismo irá sistematizar a fim de tentar decompor e simplificar as tarefas para melhorar a sua execução. Segundo Archer, “o urbanismo moderno irá aplicá-la a partir de finais do século XIX através do zonamento, que mais tarde Le Corbusier e a Carta de Atenas levarão ao excesso” (Ascher, 2010, p. 28).

A mobilidade e o desenvolvimento tecnológico para transportar e alojar pessoas, bens e informações são algumas das principais prioridades da cidade da revolução industrial, pelo que a cidade tem que ser adaptada às exigências da produção, do consumo e das trocas mercantis, consubstanciada na existência de uma grande malha de vias de comunicação. O espaço urbano é marcado pela diferenciação social, enquanto que o automóvel individual, os eletrodomésticos e os serviços públicos do Estado-providência reconfiguram a cidade, estruturando-a em linhas de transportes coletivos, hospitais, escolas, estações dos correios e demais equipamentos sociais. Os poderes públicos têm uma maior intervenção no Urbanismo, assim como no plano económico e social. São criados

estruturas e regulamentos para que o planeamento das cidades seja efetuado de forma mais racional e o mais cientificamente possível, no sentido de ordenar as expansões na periferia, assim como as renovações (Ascher, 2010, pp. 28-29).

As cidades e o urbanismo conheceram assim uma verdadeira revolução quando comparados com as cidades e com as concepções arquitetónicas e espaciais da primeira revolução urbana, conduzindo, in fine, a um urbanismo fordo-keynesio-corbusiano – expressão de uma racionalidade simplificadora com o seu planeamento urbano, os zonamentos monofuncionais, as estruturas urbana hierárquicas, adaptado à produção e ao consumo de massas, com os seus centros comerciais, as zona industriais e as circulações rápidas e, também, de uma concentração do Estado-providência com os seus equipamentos colectivos, os serviços públicos e a habitação social (Ascher, 2010, p. 30).

Segundo Ascher, a terceira fase de modernização é caracterizada pelo abandono do racionalismo simplista. Esta fase corresponde também a uma terceira revolução, sustentada por uma sociedade mais racional, mais individualista e mais diferenciada, originada pelas “múltiplas reflexões” geradas pela saída do século XX e entrada nos anos 2000. Esta modernidade “atordoada” sublinha também o carácter extraordinário dos espantosos progressos realizados nos últimos “cem anos que acabavam de se esgotar e os dramas que o mundo conhecera, que eram proporcionais ao dito progresso e que por isso se colocavam em parte no passivo da modernidade” (Ascher, 2010, p. 31).

De acordo com o autor, essa sociedade apresenta uma crescente complexidade, promovendo a reflexividade da vida social em vez das crenças ou da tradição e pelo uso acrescido das ciências e técnicas disponibilizadas pelos novos avanços científicos. Para Ascher, este novo paradigma resulta do desenvolvimento reflexivo e não de uma qualquer crise da razão. O autor destaca ainda a importância da teoria dos jogos e escolhas limitadas, das ciências cognitivas e da teoria da complexidade, do acaso e do caos, destacando a relevância da noção do feedback – “uma retroacção que permite modificar aquilo que precede pelo que se segue” -, e que é, por esse motivo, uma “noção-chave para a acção reflexiva” (Ascher, 2010, p. 36).

Esta terceira modernidade caracteriza-se também pelas abordagens processuais e pela sucessão de avaliações, destinadas a apoiar as decisões estratégicas em contextos cada vez mais incertos, onde a acção passa a ser baseada no conhecimento. Segundo o autor o desenvolvimento das ciências e tecnologias é também ele um fator de risco, mas este difere do perigo, pois pode ser mais ou menos previsível e quantificável, levando os indivíduos a decidirem por si mesmos, conscientes das consequências das suas acções. A construção social do conceito de risco, cresce com o processo de modernização, mas é algo passível de ser identificado e gerido, pois o conhecimento dos perigos envolvidos também aumenta, exigindo sobretudo ponderação e precaução (Ascher, 2010, p. 37).

Por outro lado, o risco aumenta porque o conhecimento reflexivo transforma a inconsciência dos perigos, a incerteza ou aquilo que era outrora considerado como a vontade dos deuses num futuro que em parte se pode conhecer e eventualmente dominar; o avanço das ciências dessacraliza e “desnatura” assim os perigos e

transforma o destino, o contingente, o acaso, em objectos de conhecimento, em realidades potencialmente mesuráveis (Ascher, 2010, pp. 37-38).

Ascher destaca também a autonomia crescente em relação aos condicionalismos espaciais e temporais, resultantes dos “novos meios de transporte e armazenamento de pessoas, de informações e de bens”, em que o local físico perde a sua importância no desenrolamento das trocas ou práticas sociais, face ao crescente desenvolvimento dos meios de comunicação. Segundo o autor as possibilidades que atualmente os indivíduos têm à sua disposição para agir e interagir num contexto de distância espacial e temporal são de tal forma que dá a sensação de ser possível estar em “vários lugares e em vários tempos em simultâneo”. Assim, o duplo processo de “deslocalização” e “desinstantaneização” é acompanhado por um sentimento de “ubiquidade e de multitemporalidade”. No entanto, esta opção de deslocalização não se encontra acessível a todos e o autor salienta que esta crescente mobilidade pode originar novos problemas de coesão social e, subsequentemente, novos fenómenos de segregação e exclusão social (Ascher, 2010, p. 39).

O novo paradigma da modernidade é também caracterizado por uma individualização cada vez mais forte, pois a multiplicidade de opções gera estilos de vida e consumo cada vez mais diversificados e pessoais. O significativo aumento de tipologias, fragmentadas em grupos cada vez mais pequenos, dificultam a diferenciação social apesar do peso das determinações económicas e socioprofissionais. O aumento da complexidade da diferenciação social marca todas as esferas sociais e é acentuada pela divisão do trabalho, pelas especializações profissionais e pela globalização económica; as práticas tendem a ser mais homogêneas, mas as opções de escolha mais amplas. A diversificação social altera também as estruturas familiares e as histórias de vida diversificam-se, induzindo uma estruturação familiar cada vez mais complexa (Ascher, 2010, pp. 40-42).

Com o aumento da mobilidade social, surge a multipertença – indivíduos “socialmente multipertencentes e socialmente plurais” - alterando-se também as práticas e os sistemas de valores, que resultam de “socializações e de circunstâncias diversificadas” (Ascher, 2010, p. 43). Esta terceira fase de modernização, é também, segundo o autor, caracterizada por uma sociedade hipertexto, identificada por uma maior fragilidade e elasticidade dos laços sociais, estruturada socialmente em redes interligadas que asseguram uma mobilidade crescente entre pessoas, bens e informações, que cria novas solidariedades e possibilita a emergência de uma solidariedade reflexiva assente na consciência de pertença a sistemas de interesses coletivos (Ascher, 2010, pp. 43-47).

Uma importante particularidade desta terceira fase de modernização é a passagem do capitalismo industrial ao capitalismo cognitivo, que cria as condições de emergência de uma nova forma de economia de mercado, englobando os sectores de produção das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e da Internet. É uma economia mais reflexiva e simultaneamente mais urbana, em que as cidades representam espaços produtivos, cujo desenvolvimento os poderes públicos têm de promover através da sua valorização e da criação de condições de acessibilidade. Segundo Ascher, e face à globalização e à crise do Estado-providência, as parcerias público-privadas surgem como novas formas de regulamentação do capitalismo cognitivo, as quais o

autor considera ser as mais adaptadas à atual sociedade aberta, diversificada, móvel e instável (Archer, 2010, pp-56-58).

Para Ascher o Urbanismo moderno caracteriza-se pela implementação nas cidades de programas a longo prazo, projetando a organização do espaço tendo em vista as realidades futuras, reduzindo as incertezas. O neo-Urbanismo, por outro lado, baseia-se numa “atitude mais reflexiva, adaptada a uma sociedade complexa e a um futuro incerto”. Assim, a cidade moderna é planeada com base numa multitude de projetos e procedimentos estratégicos para que estes possam ser aplicados em conjunto, tendo em linha de conta as evoluções e mutações futuras (Ascher, 2010, p. 79).

Segundo Paula Guerra, por continuidade social entende-se uma “estrutura espaço-temporal dotada de uma certa homogeneidade no que diz respeito à estrutura geral das relações sociais e à forma como essa estrutura se inscreve no espaço”. Além disso, para que essa continuidade possa subsistir é fundamental que não existam “clivagens sociais significativas no que diz respeito à apropriação do espaço por parte dos diferentes agentes sociais”. Assim, por oposição a esse conceito, a descontinuidade social subsistiria num “contexto de complexificação das relações sociais pautado por fortes heterogeneidades presentes no tecido social traduzidas, consequentemente, em diferentes capacidades de apropriação do espaço urbano”, ou seja, trata-se de um tecido urbano que teve origem em relações sociais onde subsistem as desigualdades sociais (Guerra, 1996, p. 147).

A cidade de hoje continua a amplificar descontinuidades, e fenómenos como as periferias, as «cidades dormitórios» e os subúrbios são realidades omnipresentes. [...] Considerar os subúrbios e as periferias como fontes de estigmatização social, tornou-se um lugar comum, mas de facto, esses espaços são ocupados por populações de débeis recursos que não podem aceder aos espaços centrais, acumulando — nesses espaços — toda uma série de «handicaps» sociais, económicos, culturais e mesmo físicos (Guerra, 1996, pp. 153-154).

Associado ao conceito de periferia, importa definir o que são limites e fronteira. Apesar de estes dois termos serem muitas vezes utilizados como sinónimos, limite e fronteira têm significados diferentes, expressando dinâmicas territoriais e sociais distintas entre si. A principal diferença reside no grau de abrangência de cada um desses termos e no nível de dinamismo que um apresenta em relação ao outro.

O conceito de limite pode ser definido como a divisão entre uma unidade territorial e outra, geralmente entre dois países. As origens etimológicas desta designação remetem para o latim *limes*, termo utilizado para designar as linhas de defesa do Império Romano que delimitavam as suas fronteiras. Está relacionado com a necessidade de demarcar com precisão as fronteiras do território sobre o qual a sua soberania era exercida.

Por outro lado, o conceito de fronteira é mais dinâmico e designa uma frente de expansão ou uma zona de inter-relações entre os diferentes meios, que podem ou não ser territórios diferentes. Ao contrário de limite, que é uma noção mais exata e fixada juridicamente, pois as fronteiras são mais fluídas e há mais comunicação e interação (Machado, 2000).

Numa perspetiva histórica, denota-se a existência dessas discontinuidades desde a Antiguidade Clássica, pois a polis grega, berço da democracia, era caracterizada por ostentar uma forte estratificação social que evidenciava as desigualdades na distribuição não só da riqueza, mas também dos diferentes poderes, político, económico, religioso e social, entre os seus habitantes. Assim, mulheres, escravos e metecos encontravam-se excluídos do ideal democrático preconizado pela antiga Grécia, não dispondo de qualquer poder de intervenção na cidade. Esse tipo de hierarquia que erguia barreiras e delimitava espaços onde os diferentes atores sociais se movimentavam, continuou a ser claramente visível tanto nas estruturas urbanas das cidades medievais e modernas, modelo que persistiu até hoje. Segundo Paula Guerra (1996, p. 148) “poder-se-ia dizer que, ontem como hoje, a estrutura urbana exprime a existência de clivagens sociais e, ao mesmo tempo, o dinamismo social inerente a cada sociedade”. Ainda segundo a mesma autora, “a industrialização amplificou o «processus» — fala-se mesmo em urbanização do «mundo inteiro» — dando-lhe novos contornos, novas formas, novas rupturas” (Guerra, 1996, p. 149).

A discontinuidade urbana surge associada por Leon Krier (KRIER, 1999) às ocupações resultantes do Movimento Moderno, relativamente à cidade tradicional. Segundo o autor, o modelo modernista, baseado na especialização funcional e na aplicação de parâmetros quantitativos tais como índices de construção e cêrceas, gerou formas urbanas em ruptura com o passado, no dimensionamento excessivo do espaço público ou na diluição da fronteira entre espaço público e espaço privado (Silva, 2010, pp. 309-310).

Na dissertação de doutoramento **Área Metropolitana de Lisboa: discontinuidades, desenho e planeamento**, Paulo Silva apresenta-nos a definição de Krier para o conceito de discontinuidades urbanas, mas salienta o facto de este termo estar estritamente associado à heterogeneidade dos territórios urbanos recentes, fruto de um crescimento marcado pela ausência de articulação e a especialização dos investimentos, assim como pela diversidade tipológica das construções (Silva, 2010, p. 15). Para Silva o conceito de discontinuidade inicialmente definido “como o resultado do povoamento urbano descontínuo e da sua diversidade” articula também outros conceitos, como fronteiras, formas urbanas e estruturas, servindo para descrever “processos inacabados de ocupação, com conseqüente indefinição de limites, heterogeneidade de territórios, quer ao nível das malhas, quer dos tecidos construídos e falta de articulação entre formas urbanas” (Silva, 2010, pp. 15-17).

Segundo Paulo Silva, em termos morfo-tipológicos podemos identificar essas discontinuidades associadas aos territórios urbanos: quando as associamos ao conceito de urbanidade; quando transpomos o conceito de densidade dos planos para o território; quando analisamos o tipo de ocupação que a periferia suscita, em relação a ocupações anteriores; quando constatamos o modo como as estruturas ecológicas se formam, a diferentes níveis e com diferentes conceitos de ecologia associados (Silva, 2010, p. 312).

Da análise à área metropolitana de Lisboa, Silva identificou quatro tipos de formas urbanas, correspondentes às combinações de malha e tecido construído, as quais são: malhas densas e tecidos construídos contínuos; malhas pouco densas e tecidos construídos contínuos; malhas pouco densas e tecidos construídos descontínuos e malhas densas e tecidos construídos descontínuos (Silva, 2010, p. 312). A terceira combinação

verifica-se sobretudo em espaços com anterior ocupação para fins agrícolas, que se encontram afastados das principais dinâmicas metropolitanas, mas com boas acessibilidades, onde a malha urbana se desenvolve de forma espaçada e a construção de forma descontínua, podendo vir a evoluir para a última combinação, caracterizada por uma malha urbana densa, mas descontínua em termos de tecidos construídos (Silva, 2010, p. 314).

Ao nível do desenho, as áreas de descontinuidade resultam da deficiente ou ausente articulação entre padrões de malhas urbanas. A ausente ou deficiente articulação mencionada surge associada à falta de elementos estruturantes relacionados com áreas por estruturar. O discurso arquitectónico é desarticulado, da forma como o aprendemos a ler. A desarticulação decorre de um confronto de tipologias, mais do que de utilizadores (Silva, 2010, p. 315).

No que concerne aos motivos para a existência de descontinuidades, e reportando-se ao seu caso de estudo, ou seja, à área metropolitana de Lisboa, Paulo Silva identifica três grandes paradigmas: o facto do Estado já não deter a exclusividade na construção de muitos dos elementos estruturantes da cidade tradicional, a ausência de um planeamento adequado que possa prever e visionar desenvolvimentos futuros, o qual foi “em grande medida substituído pelo «processo»” e por último o Desenho, o qual tem apenas “uma intervenção residual ao nível do plano, no passado devido à prevalência do zonamento e no presente com a emergência da dimensão estratégica do mesmo plano” (Silva, 2010, p. 318).

A problemática das descontinuidades urbanas e dos fenómenos a elas associados, como a segregação demográfica e a exclusão social tem sido objeto de estudos por parte de variados autores interessados em compreender e encontrar soluções para a crescente complexidade das realidades urbanas.

Em ***Descontinuidades temporais e espaciais dos planos de urbanização***, Manuel Leal da Costa, alerta para a continuidade dos estudos do ordenamento de território, no espaço e no tempo, por oposição à descontinuidade de tecidos. A conceção urbanística de então – uma conceção polarizada - era caracterizada pela previsão de espaços intercalares na estrutura das ocupações urbanas. Para Costa esta conceção permitiria a interpenetração da paisagem construída e da paisagem vegetal, tornando os tecidos permeáveis e prolongando-lhe a vitalidade (Costa, 1967, p. 133).

Na sua dissertação ***Descontinuidades Urbanas. Lisboa: estudos para uma estratégia de mudança***, Francisco Vilaça (2008) traça um interessante retrato sobre a evolução urbanística das cidades ocidentais, concluindo que na segunda metade do século XX, o advento dos transportes individuais teve um significativo impacto no fenómeno urbano, fazendo com que as cidades “explodissem”, dispersando-se pelo território e criando “os vastos contínuos urbanos, ou paisagens mistas fragmentadas, unidas pelas novas infra-estruturas de vias rápidas e auto-estradas”. Desta forma, as cidades deixaram de ter limites e perímetros concisos, tornando-se um aglomerado de fragmentos, com ruturas e descontinuidades. (Vilaça, 2008, p. 71).

Tendo focado o seu estudo na cidade de Lisboa, o autor sustenta que é este o tipo de cidade que a capital portuguesa se tornou, por oposição ao núcleo urbano que durante séculos se desenvolveu junto ao rio. Segundo Vilaça, a evolução contínua e regrada de Lisboa ter-se-ia processado sem ruturas até à implementação pelo

Estado Novo, nos anos 40 do século XX, do Plano de Gröer, que visava criar uma estrutura moderna e estabelecer um limite urbano para a cidade, dotando-a de equipamentos ao nível da capital do então Império Ultramarino Português. De acordo com o autor, foi a partir da demarcação deste limite urbano que o “crescimento urbano explodiu, e criou a cidade-outra, desregrada, descontínua, fragmentada e constituída por hiatos” (Vilaça, 2008, p. 71). Desde modo o crescimento urbanístico deixou de ter regras e um desenho de continuidade, tendo como único fio condutor os imperativos de mobilidade e os canais de transporte. Assim, por um lado, as facilidades de movimentação incentivavam à dispersão da população, porém, a necessidade da criação de infraestruturas para sustentar essa mobilidade, gerava um ciclo fechado, produzindo, por sua vez mais descontinuidades no contexto onde se encontrava inserido.

O estudo de Vilaça (2008, p. 72) demonstra o impacto causado por essas infraestruturas, e que resulta na criação de diferentes áreas expectantes e de difícil utilização, consoante a sua tipologia seja rodoviária ou ferroviária, ao longo desses canais de transporte.

As formas urbanas atraídas, como vimos, vão igualmente adaptando-se à presença destas estruturas, procurando tirar partido das possibilidades de qualquer cenário. Esta é a razão do surgimento de tantas urbanizações em condomínios fechados e murados na proximidade destes nós de mobilidade, tomando partido da compressão temporal que estas vias oferecem, oferecendo argumentos com os quais a cidade canónica não pode facilmente competir (como espaço privado exterior, estacionamento, infra-estruturas privadas de lazer). Contudo, vimos igualmente que estas iniciativas privadas surgem com alguma indiferença para com a urbanidade envolvente, procurando desenvolver-se para o seu interior, ao invés de estimular o espaço público envolvente ou dele tirar partido (Vilaça, 2008, p. 72).

Na obra ***Design e Espaço Público: deslocação e proximidade***, (Brandão, 2003) especificamente no subcapítulo *Espaço público e cidade emergente – Os novos desafios*, Nuno Portas faz uso de um termo a que designa de “cidade alargada” para explicar a cidade de hoje como resultado da extensão para além dos seus centros tradicionais. Este modelo de cidade atual difere no sentido em que carece da homogeneidade, continuidade, perímetros e densidade, tão característicos da cidade canónica. Tal, tem a ver com as recentes construções, fruto de planeamentos nem sempre regrados que, inevitavelmente, ditam a forma da cidade. São exemplos disso as grandes infraestruturas rodoviárias, os parques industriais, os condomínios privados, os centros comerciais, etc. Todos eles participam no processo de descontinuidade no desenho da cidade. A resolução para este conjunto de problemas não passa, portanto, por prolongar as redes através de novas infraestruturas totalmente alheias e indiferentes aos vários territórios que perfuram.

Estas questões viárias e de acessibilidade são resolvidas no sentido de possibilitar que as mesmas “contribuam - desde o programa ao projeto - para dar sentido de estrutura, de malha de suporte, aos tecidos construídos e fragmentados, abrindo, através dos nós, a formação de novas condensações que os completem e qualifiquem...” (Portas, 2003, p.17).

Este conceito de “cidade alargada”, que Nuno Portas refere na sua obra, também se encontra patente no texto de João Ferrão, ***Intervir na Cidade: Complexidade, Visão, Rumo***. Neste texto Ferrão refere-se à cidade

como “um objecto de contornos cada vez mais invisíveis”, dado “que há muito que o urbano extravasou o domínio das cidades” (Ferrão, 2003, p. 218). Para o autor é necessário possuir uma visão estratégica, capaz de olhar seletivamente para a cidade, e ao mesmo tempo para os componentes que a distinguem e lhe dão vida, a fim de poder intervir num espaço tão dificilmente delimitável.

A cidade real de hoje é, pois, uma cidade não reconhecida, porque é morfológica e politicamente invisível. E o conceito de região metropolitana remete para uma comunidade imaginada por aqueles que, apercebendo-se dos contornos voláteis das cidades actuais, procuram identificar novos espaços de regulação e de governabilidade urbana (Ferrão, 2003, p. 220).

Desenvolvendo o conceito de *continuidade*, Pedro Brandão (2002) destaca a importância de uma malha urbana coerente, cujo projeto de espaço público deve contribuir para a sua consolidação, reconhecendo que cada espaço é único e, por isso, apresenta um determinado contexto e características que integram um todo.

Neste sentido, a complementaridade dos espaços é fundamental, sendo que os espaços públicos criados devem poder ligar as pré-existências e respeitar a estrutura urbana a fim de não fragmentar o tecido urbano e participar, assim, no melhoramento da qualidade da vida pública.

Nesta noção de continuidade estão associados: as redes viárias (pedonais, clicáveis ou para automóveis); a estrutura verde; o saneamento (redes de águas e de saneamento básico) e os serviços públicos (transportes, recolha de lixo urbanos, iluminação e telecomunicações).

Qualquer projecto de espaço público deve promover a integração do novo espaço, assegurando a ligação dos seus elementos às redes preexistentes (infra-estruturas, equipamentos, revestimento vegetal), segundo uma lógica sistémica (Brandão, 2002, p. 36).

Nuno Portas também enfatiza a importância do SEC (Sistema de Espaços Coletivos), como sendo a base da estrutura do território urbanizado. Para o autor este sistema é o elo de ligação entre os diversos elementos que compõem a cidade, relacionando-os entre si: “é o conjunto de espaços que o sujeito percorre e a partir dos quais lê e percebe a cidade; é a malha que organiza a edificação e que perdura para além dela” (Portas et al., 2011, p. 187).

Segundo Paulo Silva (2010) persiste a discussão acerca da relação entre continuidade urbana e urbanidade, com vários autores a sustentarem que este último conceito pode ser definido como “a manifestação cultural da consciência social” de um determinado grupo e direccionando os seus estudos para a produção cultural da sociedade, enquanto outra franja académica persiste em associar a cidade compacta e contínua – aquele que é o paradigma da cidade tradicional - ao conceito de urbanidade. O autor salienta ainda que esta posição é sobretudo defendida por aqueles que rejeitam as soluções urbanísticas que privilegiam uma menor continuidade na malha construída, as chamadas “cidades de torres”. Nesta perspectiva a urbanidade poderá ser associada a questões de coesão social e de dinâmica, tratando-se de um fenómeno fundamentalmente social (Silva, 2010).

2.2 Exclusão / Inclusão social

Segundo Lourenço (2005) a pobreza continua a ser um fenómeno presente em todo o mundo e nem sequer os países mais ricos conseguiram erradicá-la. Assim, apesar do crescimento económico que se tem vindo a registar nas últimas décadas, os problemas de pobreza e exclusão social tendem a persistir, acentuando cada vez mais as desigualdades existentes entre as diferentes classes sociais.

Recentes relatórios, emitidos pela UE e pela OCDE, demonstram que a pobreza não só está longe de ter sido erradicada, como em diversos países tem vindo a aumentar, fruto de diversas situações, como por exemplo, a presente crise económica que empurrou para o desemprego muitos trabalhadores. Assim, desempregados de longa duração, reformados e pensionistas e famílias monoparentais, assim como indivíduos com baixos níveis de escolaridade, ou ainda, provenientes de minorias étnicas, têm engrossado os contingentes daqueles que se vêm em situações de pobreza e exclusão social, mesmo quando essa pobreza não é evidente, como é o caso dos idosos e das crianças e jovens sem atenção familiar (Lourenço, 2005).

Este fenómeno tem feito com que a problemática da pobreza e da exclusão social tenha estado na agenda do dia de diversos países, nos últimos anos, preocupando não só os responsáveis pelos diversos organismos internacionais de combate à pobreza, como os governos de vários países que buscam soluções para erradicar ou, pelo menos, minimizar esses problemas (Lourenço, 2005).

Neste contexto, o combate à pobreza e exclusão social representam um dos maiores desafios com o qual os países de todo o mundo se defrontam, pelo que se tornou imperativo levar a cabo estudos mais aprofundados deste fenómeno - que até há pouco tempo tinha sido apenas superficialmente analisado - a fim de obter informações que permitam elaborar estratégias de intervenção e implementar políticas sociais mais diversificadas.

A proliferação de estudos e relatórios sobre esta problemática, que mostram a significativa heterogeneidade das situações de pobreza e exclusão social existente nos diversos países analisados, levou a que se debatesse os conceitos de pobreza e exclusão social, não só parte dos cientistas sociais, mas também entre a classe política e os técnicos que intervêm nesses domínios.

Exclusão social é um termo amplamente utilizado na literatura, em diversas áreas como Educação, Sociologia, Psicologia, Política e Economia, para caracterizar a desvantagem social que coloca indivíduos ou comunidades inteiras à margem da sociedade. Segundo Silver (1994) trata-se do processo através do qual a esses indivíduos (ou essas comunidades) é sistematicamente negado o acesso total a vários direitos, oportunidades e recursos, que estão normalmente disponíveis para os membros de um grupo diferente, e que são fundamentais para a integração social dentro desse grupo, como, por exemplo, habitação, emprego, cuidados de saúde, etc., impedindo-os de participar plenamente na vida económica, social e política da sociedade em que vivem. Esta autora identifica também três grandes paradigmas de exclusão, baseados em diferentes conceções de integração e cidadania.

Assim, no paradigma da solidariedade, é a quebra da ligação social - em termos culturais e morais - entre o indivíduo e a sociedade que provoca a exclusão. Segundo este padrão, as fronteiras culturais dão origem "a

categorias dualistas socialmente construídas para ordenar o mundo, definindo os pobres, as minorias étnicas e os desempregados como outsiders desviantes” (Silver, 1994, p. 531).



Fig. 2 - Favela de Paraisópolis (Brasil)
Fonte: Fotografia de Tuca Vieira

No paradigma da especialização, é a discriminação, a diferenciação social, as divisões económicas do trabalho e a separação das esferas, que produzem a exclusão, enquanto que no terceiro paradigma a exclusão surge como consequência da formação de monopólios com identidades culturais distintas. Neste último caso, trata-se sobretudo de grupos poderosos, os quais encetam um processo de “encerramento social” a fim de restringir o acesso aos mesmos por parte de pessoas vindas do exterior (Silver, 1994, p. 531).

O conceito de exclusão social representou para o mundo ocidental, no alvor dos anos 1980, uma resposta face ao crescendo de divisões, fracturas e desigualdades sociais, e que tinham expressão e visibilidade acrescidas na cidade [Hayes et al. 2008, Béland 2007, Bradshaw 2003]. Segundo Gilles Lamarque [1995], a exclusão social não é mais do que o prolongamento do conceito de nova pobreza, engendrado no início da década de 1980 para designar todos os indivíduos que são vítimas da crise económica e que estão sujeitos a múltiplas dificuldades resultantes do processo de desqualificação social. Esse termo designa não só a degradação do mercado de emprego e a decadência/regressão das solidariedades sócio-comunitárias, mas sobretudo a sobrevivência (im)possível de uma população localizada à margem do progresso económico e da partilha dos benefícios daí resultantes [Paugam 1996, p. 6] (Guerra, 2012, p. 92).

Guerra (2012, p. 92) refere que Clavel (1998) utiliza este termo para descrever os processos de desintegração social, enquanto que Paugam (1991 e 1996) e Castel (1995) consideram que o fenómeno da exclusão social se verifica sempre que se fragmentam ou se corroem os laços existentes entre o indivíduo, a sociedade e o Estado.

O conceito de exclusão social encontra-se também intrinsecamente associado aos conceitos de estigmatização e segregação social, os quais aparecem muitas vezes como sinónimos.

As origens históricas do termo *estigma* situam-no na Antiguidade Clássica. Na Grécia antiga esta designação era atribuída a uma espécie de sinal corporal que distinguia o seu portador, conferindo-lhe um estatuto diferente. Ao longo do tempo o termo evoluiu atribuindo a essa diferenciação um carácter pejorativo, associando-o a condutas ou crenças pessoais desaprovadas pelas normas sociais e culturais. Segundo Goffman (2004) desde tempos imemoriais que a sociedade procurou estabelecer um tipo de identidade social comum, que pressupunha o cumprimento de determinadas condutas morais e sociais pré-estabelecidas. Os indivíduos que apresentassem comportamentos desviantes sujeitavam-se a ser estigmatizados. Este tipo de estigma social conduzia frequentemente à sua marginalização social.

Etimologicamente o termo *segregar* significa *separar* ou *marginalizar*. Em Sociologia, a segregação social é entendida como uma separação espacial (geográfica) de um conjunto de pessoas, por motivos raciais, religiosos, étnicos, de classe social, nacionalidade ou qualquer outro tipo de discriminação. Tal como a estigmatização, também a segregação social pode, em casos extremos, conduzir à marginalização e subsequente exclusão social (Goffman, 2004).

Para Guerra (2012, p. 92) nos diversos processos que conduzem à exclusão social inserem-se os resultantes da desinserção social (ruptura de laços de solidariedade; risco de marginalização), e cita Costa (1998), Xiberras (1996) e Hills et al. (2002) quando afirma que estes fenómenos se devem “à desintegração do sistema de actividade económica ou de emprego (perda de competências socioprofissionais, perda de emprego, rendimento insuficiente) e à desinserção das relações sociais e familiares (fragilização das relações interpessoais e dos sentimentos de pertença sócio-comunitários)” (Guerra, 2012, p. 92).

Para Orr (s.d.) o problema com a ideia de exclusão social é que parece haver tantas definições para este conceito, como investigadores que trabalham esta temática. O autor salienta ainda que o facto de este termo ter surgido inicialmente em trabalhos de formuladores de políticas sociais, em vez de académicos, dificulta tanto a sua sistematização, como a identificação de um único atributo unificador para todas as possíveis categorias de exclusão social.

Segundo Orr, os debates acerca desta temática focam-se nos grupos que são, muitas vezes, socialmente excluídos, ou seja, os pobres, as comunidades negras, os desempregados, as pessoas expostas ao crime, os idosos, etc. No entanto, permanece a discussão sobre se o facto de pertencer a alguns destes grupos mais vulneráveis, é condição suficiente para tornar um individuo socialmente excluído. Muitos membros das comunidades negras, por exemplo, recusam a ideia de que são socialmente excluídos, pois apesar desses grupos não se encontrarem, muitas vezes, totalmente integrados na sociedade, os indivíduos que os compõem sentem-se incluídos socialmente (Orr, s.d.).

Em contrapartida, e dado que a exclusão social é normalmente definida por uma combinação de fatores, é possível também um individuo pertencer a um grupo demográfico específico e encontrar-se socialmente

excluído. Esta condição pode, por exemplo, aplicar-se aos desempregados de longa duração, que subsistem com a ajuda da família, e que apesar de não sofrerem quaisquer privações e não poderem ser considerados pobres, se sentem, contudo, socialmente excluídos em virtude do seu desemprego de longa duração (Orr, s.d.).

Outra das características de exclusão social, que recolhe o consenso da comunidade científica nas suas múltiplas definições, é a sua vertente multidimensional. Assim, para que a mesma tenha lugar seria necessário reunir diversas condições, ou seja, seria um tipo particular de combinação de fatores que causaria a exclusão social. Esta particularidade causaria um "ciclo" de exclusão social, algo vulgarmente denominado por "armadilhas de pobreza", e que alude a um conjunto de variáveis cujo efeito acaba usualmente por gerar a exclusão social (SEU, 2004).

Social exclusion is about more than income poverty. It is a short-hand term for what can happen when people or areas face a combination of linked problems, such as unemployment, discrimination, poor skills, low incomes, poor housing, high crime and family breakdown. These problems are linked and mutually reinforcing (SEU, 2004).



Fig. 3 - Bairro no Nordeste de Amaralina, Salvador (Brasil)

Fonte: <http://policiaeviola.blogspot.pt/2011/03/o-bicho-ta-pegando-no-nordeste-de.html>

Na obra *Social Exclusion in European Cities: Processes, Experiences and Responses*, Cars, Madanipour & Allen (2000), no entanto, salientam que o conceito de exclusão social, apesar de ser largamente utilizado, é uma ideia recente, frequentemente associada às noções de segregação social, marginalização e pobreza, para as quais serve muitas vezes de sinónimo. Nesta perspetiva, os autores alertam para a necessidade de sistematizar este conceito, sob pena de “diluir ou transformar a ideia de exclusão social num termo que possa caracterizar qualquer situação social indesejada” (Cars et al., 2000, p. 279).

Social exclusion is not a phenomenon caused by a single specific event or problem. Rather, it is the consequence of a number of different processes (Cars, et al., 2000, p. 286).

Estes autores também se referem ao processo multidimensional que conduz à exclusão social, esclarecendo que o simples facto de se ser pobre, de se estar desempregado ou de pertencer a uma minoria étnica habitando um bairro segregado, não implica, por si só, que se possa vir a ser excluído socialmente, pois estes indivíduos podem ter uma vida social e cultural rica, caso tenham redes de relações que lhe permitam tomar parte numa variedade de atividades sociais. No entanto, quando confrontados com privações sociais ou económicas, em uma ou mais fases da sua vida, estes indivíduos, ou grupos, tornam-se mais vulneráveis aos processos de exclusão social (Cars, et al., 2000, p. 280).

Na mesma obra, em capítulo diferente - **Social exclusion and space** - Ali Madanipour (2000) defende a estreita relação da exclusão social com o espaço, encarando-a por isso, como um fenómeno sócio espacial.

This spatiality of social exclusion is constructed through the physical organisation of space as well as through the social control of space, as ensured by informal codes and signs and formal rules and regulations (Madanipour, 2000, p. 86, 87).

O autor expõe três dimensões da exclusão social: económica, política e cultural. A nível económico afirma que a principal forma de exclusão é a falta de acesso ao emprego, o que leva conseqüentemente à pobreza. No plano político destaca o impedimento da participação na tomada de decisões, referindo como exemplo a baixa representação política por parte de mulheres. A nível cultural traduz-se na marginalização de símbolos, significados e rituais ligados à língua, à religião e à nacionalidade. Reconhece que tal acontece por existir uma minoria social que não segue os padrões da sociedade em geral e é, por isso, estigmatizada pelas suas diferenças.

When combined, these forms of exclusion can create an acute form of social exclusion which keeps the excluded at the very margins of the society, a phenomenon all too often marked by a clear spatial manifestation in deprived inner city or peripheral areas (Madanipour, 2000, p. 78).

Parte destas barreiras podem ser resolvidas a partir de um correto planeamento urbano, porém, o trabalho efetuado ao nível de bairros e populações carenciados tem demonstrado as inúmeras dificuldades em originar efeitos inclusivos.

Face ao fenómeno de segregação social, Ali Madanipour (2000) aponta para duas atitudes distintas. Uma que se baseia na erradicação das diferenças espaciais entre cidadãos carenciados e a restante sociedade, decorrente do pensamento modernista, e outra já pós-moderna, que enfatiza a diversidade. O que acontece é que, se a primeira posição fere a sensibilidade dos indivíduos e gera roturas no tecido social, a segunda posição cria fragmentação social, no sentido em que é gerada uma atitude de desconfiança perante os cidadãos que não pertencem ao mesmo grupo social.

The question of social exclusion and integration, it can be argued, largely revolves around access. It is access to decision making, access to resources, and access to common narratives, which enable social integration. Many of these forms of access have clear spatial manifestations, as space is the site in which these different forms of access are made possible or denied. There is a direct relationship between our general sense of freedom and well-being with the choices open to us in our spatial practices. The more restricted our social options, the more restricted our spatial options, and the more excluded we feel or become (Madanipour, 2000, p. 80).

Maria João Freitas refere que a necessidade de suprimir as diferenças no ambiente construído deu origem ao surgimento de inúmeros bairros de realojamento que vieram alterar o modo de habitar em Portugal. Porém, as populações que outrora viviam em bairros bastante degradados, não viram as condições de habitabilidade melhoradas nestes novos bairros. Como consequência, continuam desintegradas da sociedade em geral, persistindo assim, o fenómeno da exclusão social. Nestes bairros de realojamento reina a alienação e a incapacidade de ancoragem dos seus moradores, que carecem do sentido de pertença e de identidade local. Por outro lado, são alvo de estigmatização e despertam desconfiança e insegurança perante a restante população (Freitas, 2000).



Fig. 4 - Pobreza e exclusão social na Índia
Fonte: <http://www.marketoracle.co.uk/Article10257.html>

Por outro lado, João Ferreira de Almeida et al. (1992) no seu livro ***Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal***, uma obra baseada num estudo sobre a pobreza, encomendado pela Comissão das Comunidades Europeias, cujo relatório data de finais de 1989, analisam os contextos espaciais e relacionais geradores de pobreza e o modo como estes produzem constrangimentos e levam subsequentemente à exclusão social.

Assim, por oposição aos contextos de continuidade, onde a pobreza “tende a ser vivida se não como irresistível, pelo menos como condição natural” sobrepõem-se os contextos de contraste, caracterizados pela

existência de descontinuidades entre pobres e não pobres, onde grupos carenciados e não carenciados mantêm um contato quotidiano, ou, na ausência de um contato direto, retêm uma certa visibilidade, contribuindo para configurações específicas dos modos de vida e das estratégias adotadas por esses grupos (Almeida et al., 1992, p. 111).

Nestes contextos, alguns grupos, constituídos por elementos operários ou da pequena burguesia, dispersam-se por bairros modestos, onde contactam, ou mesmo convivem com sectores um pouco menos desfavorecidos, criando grupos de pertença diversificados que contribuem “para atenuar a crueza da visibilidade de outros sectores sociais claramente contrastantes” e gerando sentimentos de conformismo acerca do seu estatuto social (Almeida et al., 1992, p. 116).

Outros, contudo, devido à ausência de recursos, optam por se inserir em concentrações espontâneas, como bairros de lata, ou institucionais, como os bairros sociais, desenhados e concebidos com a expressa intenção de alojar esses grupos, e muitas vezes projetados sem levar em linha de conta a inserção desses bairros no conjunto do tecido urbano, gerando conseqüentemente a exclusão social desses grupos.

Não há nenhuma fatalidade de fracasso neste tipo de intervenção da política social. Mas é certo que demasiadas vezes, por se acumularem factores negativos de entre os que sumariamente se deixaram indicados, os bairros sociais funcionam como contentores institucionais de pobreza, incapazes de resolver satisfatoriamente os problemas que originaram a sua construção. Geram-se, reproduzem-se, ou agravam-se, então, clivagens internas, mal estar, disrupção cultural e social (Almeida et al., 1992, p. 117).

É por isso fundamental encarar os bairros como partes constituintes da cidade e dar-lhes o devido foco nas opções de planeamento do território, tendo sempre presente que o espaço pode ser uma barreira e excluir mas pode, por outro lado, proporcionar a liberdade para integrar, conforme essas mesmas opções. Segundo Ali Madanipour, (2000) a diminuição de barreiras e a promoção da acessibilidade e liberdade espacial representam, assim, a correta forma de atuar no território.

A propósito do critério da Inclusão/Coesão social, no livro ***O chão da cidade: guia de avaliação do design do espaço público***, Pedro Brandão (2002) faz uso de vários critérios para avaliação da qualidade dos espaços públicos urbanos e enfatiza o direito que todos temos de usufruir dos mesmos, independentemente das diferenças, sejam elas raciais, de nacionalidade, convicção política, etc. Refere que esta perspectiva democrática e pluralista não deve entrar em conflito com a necessidade de serem concebidos equipamentos direccionados para uma determinada satisfação específica de um dado grupo diferenciado. Falamos, por exemplo, de igrejas das diversas religiões que devem ser integradas, segundo uma lógica de planeamento, na estrutura urbana e encaradas como um complemento importante na vida em sociedade.

A elaboração de projectos de espaço público deve ser norteadada pelo princípio da máxima abrangência e encarada como um factor de coesão social, considerando a totalidade do potencial universo dos utentes, sem excepção, sendo de evitar as soluções formais e funcionais que promovam a marginalização ou restrinjam o acesso e o usufruto de quaisquer grupos sociais ou minorias (Brandão, 2002, p. 40).

Neste livro é apresentado um conjunto de estudos de caso onde é aplicada esta metodologia e verifica-se uma adaptabilidade da avaliação da qualidade consoante cada caso específico. A partir desta abordagem torna-se possível saber quais os parâmetros a valorizar, bem como problemas a ter em conta na criação e requalificação dos espaços urbanos.

Esta ideia de inclusão, ou coesão social, defendida por Pedro Brandão, remete-nos para o conceito de *mixidade social* apresentado por François Ascher como sendo uma forma urbana do ideal republicano, a qual, segundo o autor, se encontra “ameaçada por dinâmicas de povoamento e lógicas político-eleitorais” (Ascher, 2010, p. 157).

Assim, esta pretensão urbana que visa limitar os efeitos das dinâmicas de segregação através de uma mistura residencial e uma utilização mais variada dos equipamentos coletivos, tem encontrado obstáculos para a sua concretização, que transcendem largamente as clivagens políticas. Deste modo, a convergência de populações diversificadas, que foi uma das grandes ambições das urbanizações públicas, encontra-se ameaçada pela evolução concreta das cidades, que tendem a concentrar, por um lado, as populações mais ricas, e por outro, as populações mais pobres, gerando naturalmente a segregação social do espaço.

A segregação social do espaço não é um fenómeno novo. Antigamente, fazia-se à escala dos imóveis: assim os ricos habitavam primeiramente nos andares de baixo; depois, com os elevadores, subiram para os andares superiores, antes que o desenvolvimento dos transportes induzisse uma segregação social e funcional à escala dos bairros da cidade. Hoje a segregação desenvolve-se à escala das aglomerações urbanas e apoia-se muitas vezes nos limites comunais, sendo muitas vezes as autoridades locais actores de ligação importantes (Ascher, 2010, pp. 157-158).

De acordo com François Ascher, esta lógica de segregação social não é fácil de ser contestada, pois de um certo ponto de vista, é perfeitamente natural que “populações que têm as mesmas aspirações ou os mesmos modos de vida se agrupem em territórios comuns”. No entanto, esta dinâmica resulta de um egoísmo coletivo e é, por si só, a própria negação da cidade, que vive e se desenvolve graças à sua diversidade e que só funciona na base da solidariedade urbana (Ascher, 2010, p. 158).

O autor enfatiza também a importância dos equipamentos públicos e em especial das escolas, como forma de promover a *mixidade social*. Neste sentido, é fundamental que as diferentes categorias sociais “se encontrem, se conheçam e confrontem as suas expectativas, os seus valores e as suas representações do mundo”, de forma a poder cumprir com a “realização de compromissos operacionais entre lógicas de reagrupamento social e as ambições de justiça” (Ascher, 2010, p. 159).

Segundo Cars et al. (2000, p. 286) existem processos que moldam a exclusão social e influenciam as formas de a combater. O primeiro destes processos diz respeito ao desemprego, pois estar empregado garante uma fonte de rendimento, mesmo quando se trata de um emprego mal pago ou intermitente. Além disso, os empregos possibilitam o estabelecimento de redes sociais que conectam as pessoas, possibilitando-lhe a

participação em outras atividades sociais, enquanto que o desemprego “cria direta ou indiretamente barreiras para a participação em outras arenas e atividades sociais”.

Thus, employment initiatives are a vital element in combating the social exclusion, which leads to disadvantaged neighbourhoods. However, local initiatives on their own cannot solve the problem. Local initiatives to improve education and training, provide incentives for firms to locate in areas and facilitate the development of opportunities to work take place within a framework of national and European-wide measures to harmonise working conditions, promote global competitiveness and establish the single market. The interrelations between local, national and supranational initiatives are poorly understood, but it is clear that their disjunction is part of the problem. Thus, initiatives which do not connect with these wider processes to find local solutions are likely to be ineffective and short lived (Cars et al., 2000, p. 286).

O segundo processo refere-se ao *empowerment* e capacidade de construção. Os autores salientam que muitos dos programas para melhoramento dos bairros são projetados por *outsiders* que desconhecem os problemas e as necessidades específicas dos residentes. Assim, sem o apoio da população local é muito provável que essas iniciativas fracassem pois é pouco plausível que estejam direcionadas para as suas necessidades mais urgentes. Cars et al., (2000, p. 287) salientam a necessidade de dar aos residentes locais um lugar nos mecanismos de decisão de modo a que eles se sintam representados e possa fazer ouvir a sua voz.

No entanto, existem várias barreiras, tanto práticas como sociais, que impedem a participação dos residentes. As barreiras sociais incluem as disparidades do seu estatuto social, diferentes entendimentos sociais e culturais acerca da natureza dos fóruns de decisão, fraca formação académica e diferenças de linguagem. Os problemas práticos, como o cuidado das crianças, as responsabilidades domésticas, ruas inseguras, transportes públicos inadequados ou a falta de locais para a realização de encontros públicos também criam barreiras que inibem a participação dos residentes nesses mecanismos.

Lowering these barriers is a necessary but not sufficient condition of empowerment. Outsider ‘partners’, including local government, must also be prepared for residents to take power and to listen when they exercise their voice in planning, implementing and managing local projects. Otherwise, neighbourhood regeneration programmes simply reproduce the wider processes of social exclusion at the local level (Cars et al., 2000, p. 287).

Guerra (2012, p. 94) também refere a importância da inclusão dos residentes, quer a sua participação nos projetos de Urbanismo em particular, quer o seu envolvimento no planeamento em geral, sobretudo tratando-se “de uma população historicamente excluída de qualquer tipo de decisão”. A autora alerta, no entanto, que esse envolvimento deverá levar “em linha de conta a pluralidade e heterogeneidade de situações de exclusão e de estigmatização, diferenciadamente vividas e sentidas nos quotidianos”. Assim, qualquer intervenção que seja efetuada num destes bairros deve ser antecedida de uma consulta aos seus residentes, a fim de auscultar as suas aspirações, gostos, motivações e interesses para que se sintam incluídos nestes processos e não se distanciem dos poderes estabelecidos. Neste contexto “qualquer estratégia de requalificação deverá assumir as condições

sociais estruturantes da população em presença, dando particular enfoque à sua persistência enquanto matizadoras da apropriação e vivência social do território” (Guerra, 2012, p. 94).

Face ao paradigma da exclusão social surgiu nos últimos anos uma aproximação dinâmica e proactiva ao bem-estar que passa pela implementação de estratégias de inclusão social como resposta à exclusão. Estes processos, “indissociáveis das dinâmicas de informação, conhecimento e inovação da nossa sociedade” (Winden, 2001 apud Guerra, 2012, p. 95) requerem investimentos e competências adequadas para “potenciar e desenhar condições para a inclusão, num esforço holístico por parte dos atores sociais e sociedades” assim como “um reconhecimento do conhecimento implícito e tácito imanente das práticas dos atores sociais, das comunidades e das instituições” (Gertler 2001 apud Guerra, 2012, p. 95). A autora salienta ainda que:

Estes caminhos só são possíveis de percorrer, escorados na compreensão da pluralidade das diferenças dos indivíduos em sociedade. Exclusão, segregação, integração e, actualmente, inclusão (entendida como educação/cidadania inclusiva) são marcas de um caminho longo, de investigação, de praxis, de questionamento constante de concepções e práticas, que reflectem um afinamento do trilho de acordo com as características económicas, sociais e culturais de cada época. A consciencialização da sociedade pelos seus direitos (direito à educação, à igualdade de oportunidades, à participação activa nas políticas que conduzem as suas vidas) e a luta empreendida com o sentido de justiça e equidade, transformaram a abordagem à cidade. Um outro olhar, tentando ultrapassar a exclusão e a segregação, abriu assim caminho para a integração, respeitando a individualidade e a diferenciação de actor social. A este respeito, é importante a mudança de perspectiva acerca dos processos e mecanismos de segregação sócio-espaciais em meio urbano, admitindo-se que não existem determinismos, na medida em que muitas das perspectivas acerca da concentração e da segregação descaram as oportunidades oferecidas pela presença de redes de solidariedade local em muitos destes contextos e que têm demonstrado um papel de coesão integradora (Bolt et al. 1998 apud Guerra, 2012, pp. 95-96).



Fig. 5 - Segregação social nas cidades. Favela de Caracas (Venezuela)
Fonte: Courtesy of "Landscapeofaztlan's Weblog"

2.3 Espaço público no planeamento urbano e nas políticas urbanas

Que significado pode ter hoje uma cultura pública comum?
Daniel Innerarity

Para Daniel Innerarity (2006, p. 10) o termo “público” utiliza-se para designar aquilo que é do interesse geral e a sua conotação lembra de imediato um espaço onde os membros de uma comunidade política debatem os assuntos de interesse comum, procurando encontrar soluções para as tensões e conflitos que afetam essa sociedade, reunindo nele “a totalidade dos processos de configuração da opinião e da vontade colectivas “. O espaço público seria, assim, uma reminiscência da ágora ateniense, a praça pública onde os cidadãos de Atenas se reuniam para debater as questões relativas ao governo da cidade (Innerarity, 2006, pp. 13-14).

Por espaço público podemos entender também como conceito sistematizado no século XVIII pelo filósofo e sociólogo de origem alemã, Jürgen Habermas, o qual remete para a noção de “esfera pública”. Este “espaço”, que emergiu na Europa em pleno Iluminismo, apresentava então o formato de círculos de debate público, organizados por uma elite intelectual burguesa que se reunia em clubes e salões privados. Esses debates políticos eram apoiados pela imprensa da época e serviam então de mediadores entre o Estado e a sociedade civil.

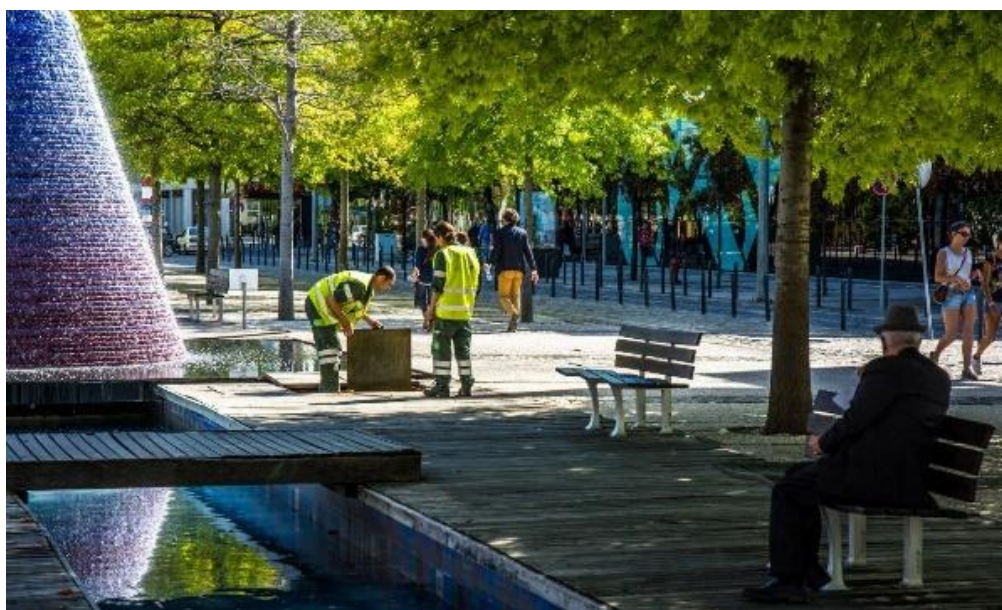


Fig. 6 - Parque das Nações, Lisboa
Fonte: Junta de Freguesia do Parque das Nações

No entanto, apesar do importante papel que esse conceito de espaço público desempenhou na definição das democracias modernas, evitando que a política se limitasse ao “exercício de uma dominação estratégica ou à aplicação de uma técnica puramente instrumental de configuração das relações sociais” (Innerarity, 2006, p. 20), o mesmo autor defende que, atualmente, ele demonstra estar necessitado de uma nova reflexão (Idem, p. 11).

Espaço público e cidade são, assim, conceitos que estão intimamente ligados, pois esta última é o lugar por excelência onde o espaço público se pode apresentar como o “espaço cívico do bem comum” onde o cidadão exerce os seus direitos de cidadania. É no ambiente urbano que se reflete a ordem social e que decorre grande parte da existência social e cultural (Innerarity, 2006, pp. 107-108).

[...] a cidade foi sempre uma promessa utópica de emancipação económica e política: espaço próprio das liberdades cívicas: do ponto de vista civilizatório era um espaço de autogoverno; do ponto de vista social, era – apesar de todas as tensões e conflitos – um lugar de integração; e, do ponto de vista cultural, tornava possível ao indivíduo libertar-se das coacções do clã familiar e das regulações sociais das comunidades locais (Innerarity, 2006, pp. 110-111).

Sendo o espaço público um dos potenciais elementos agregadores do tecido urbano, torna-se também ele um dos parâmetros mais exigentes e complexos de solucionar neste novo modelo de cidade.

Para Nuno Portas et al. (2003, p. 16) o espaço público rapidamente se tornou alvo de debate sobre as políticas urbanas ao ser encarado como um “valor urbano em si mesmo”, capaz de impulsionar processos económicos e culturais.

Para dar ênfase a esta ideia, o autor identifica três momentos. No primeiro refere os programas de regeneração das áreas centrais com os melhoramentos urbanos realizados nas áreas delimitadas da cidade consolidada ou da periferia, como a pedestrianização, praças, parkings, frentes de água ou parques urbanos.

No segundo, é referida uma nova geração de projetos sustentados nos planos estratégicos da cidade que procuravam investir no espaço público “com perspectivas de valorização de redes de transporte inter-modal, de reconversão de vazios urbanos (fabris, portuários, militares...), de enquadramento de equipamentos de excelência, frequentemente ligados a candidaturas a eventos excepcionais (ou, agora, aos novos “franchisings” culturais...)” (Portas, 2003, p. 16). Estes projetos são por vezes tidos por imediatistas e ilusórios: “...é patente a dificuldade (política e técnica) para enfrentar os problemas emergentes da outra cidade, (dita exterior, não histórica, da descontinuidade e da fragmentação), que, entretanto, cresceu à sua ilharga, “sem modelo” reconhecível.” (Portas, 2003, p. 16).

Já no terceiro momento, caminhando noutra direcção, recorre-se a uma investigação que procura estudar as redes da cidade. Porém, ainda não foram encontrados modelos de desenho que possibilitem responder “à nova escala e complexidade das extensões urbanas; às novas velocidades e modos de conexão; às novas dimensões ecológicas das paisagens; aos novos ambientes e lugares de sociabilidade (...) Estamos como que perplexos perante a heterogeneidade das geografias, a dimensão previsível das intervenções, o peso das infra-estruturas em atraso e também a carência de modelo de referência, para atacar o que nasceu sem ele.” (Portas, 2003, p. 16).

Em *Chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público*, (2002) Pedro Brandão enfatiza a enorme importância de um desenho de qualidade do espaço público para uma boa apropriação e vivência do

mesmo. O espaço público deve, por isso, ser valorizado na medida em constitui parte da cultura urbana e da cidadania.

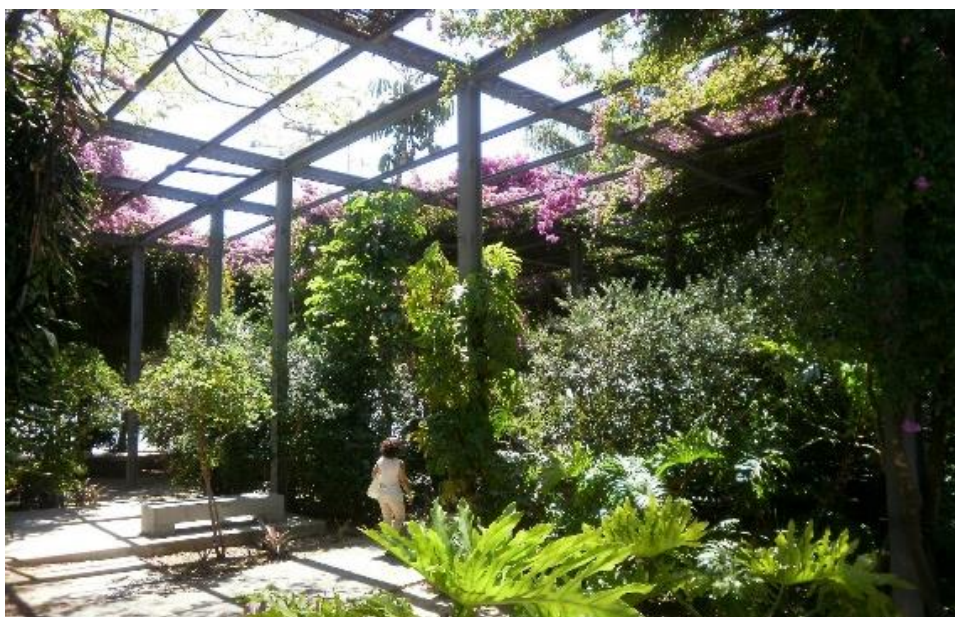


Fig. 7 - Parque das Nações, Lisboa
Fonte: Junta de Freguesia do Parque das Nações

Nesta obra são enumerados os parâmetros e critérios a ser considerados na elaboração de um projeto de espaço público, constituindo assim um método de avaliação. Estes critérios são definidos a partir de uma colaboração multidisciplinar tendo por base um entendimento ao nível do lugar e do contexto ambiental, cultural, social, económico e político. É também tido em consideração que um projeto de espaço público de qualidade “serve o seu objectivo, é sustentável, eficiente, coerente e flexível, corresponde às expectativas e necessidades dos utilizadores e fornece espaços aptos a serem apropriados, estimados e usufruídos pelas suas comunidades.” (Brandão, 2002, p. 18).

Diante dos vários critérios que devem reger a elaboração de projeto de espaço público – Identidade; Continuidade/Permeabilidade; Segurança/Conforto/Aprazibilidade; Mobilidade Acessibilidade; Inclusão/Coesão social; Legibilidade; Diversidade e Adaptabilidade; Resistência/Durabilidade; Sustentabilidade – é reconhecível que aqui estão patentes critérios que procuram fazer face às fragilidades em foco nesta investigação: descontinuidade urbana e exclusão social.

Para Nuno Portas, os espaços públicos encerram três diferentes significados, que ele identifica como sendo **função**, **forma** e **signo**. Assim, o espaço público tem variadas **funções**, podendo servir como via de acesso ou local de encontro ou de comércio – como os mercados tradicionais que se realizavam nas praças, numa “multiplicidade de usos e modos de apropriação vão definindo a identidade dos espaços que são o seu suporte que, a certo momento, a função original pode deixar de ser a predominante, ou até de existir, sem que tal identidade seja posta em causa” (Portas et al., 2011, p. 189).

No que respeita à **forma**, esta é o suporte da edificação e estrutura do conjunto, pois os espaços públicos “regulam ritmos, alinhamentos e cérceas; determinam os espaçamentos entre os edifícios; criam percursos e relações”, dando continuidade, unidade, legibilidade e sentido à cidade.

Por último, por **signo** o autor pretende salientar o valor simbólico que os espaços públicos adquiriram, como “palco de um alargado conjunto de práticas e rituais colectivos”, tornando-se um “símbolo da cidade – das suas partes e dos seus tempos – e da cidadania – espaço da sua representação e celebração” (Portas, 2011, p. 189).

A cidade é uma lição de urbanismo, de arquitectura e de qualidade de desenho urbano e paisagístico, de arte urbana e de harmonia de mistura de tempos arquitectónicos, de identidade com o lugar e respectivos microclimas, de história milenar espalhada à superfície e enterrada no subsolo [...] de arte única dos pavimentos yin e yang de desenhos tão à nossa maneira simbólicos iniciados no Rossio em 1848, de escadinhas onde corre gente e outrora corriam os rios e de chafarizes a provar a abundância da água [...] de inteligência e engenho de uso de materiais, formas e cores, de grandeza pela simplicidade de fazer cidade sobre sete colinas integrando e desenhando com o céu e o rio, o clima e a luz [...] (Ramos, 2005, pp. 43-44).

Este pequeno trecho retirado do texto de Maria Celeste Ramos *Lisboa na minha ideia de cidade – como exemplo de cidade multifacetada*, é ilustrativo da importância do espaço público como elemento estruturador que possibilita o encontro e consigna o direito do homem à beleza. A autora salienta a importância de “viver” a cidade, de a poder percorrer a pé desfrutando de ambientes naturalizados e humanizados que só um bom desenho de espaço público pode proporcionar. Segundo Ramos (2005) urge fazer uma fusão entre ecologia, desenho da cidade e respeito pela memória natural e urbana. Como exemplo de pólo de vida a autora apresenta um bairro tradicional de Lisboa – Santo Amaro - concluindo ser urgente requalificar os espaços públicos e salientando a importância e a versatilidade do verde urbano, como “espaços de recuperação da saúde dos cidadãos” (Ramos, 2005, p. 47).

O espaço público não é um simples espaço entre edifícios ou ruas que foi deixado vazio, nem é público por questões jurídicas, mas um espaço multifuncional onde as relações sociais se desenrolam. É um espaço físico, simbólico e político que conta a história da cidade, um palco onde a sociedade atua, convive, desfruta, onde se desenrola a sua vivência pública e onde as pessoas se encontram quer formal ou informalmente, quer estes encontros sejam ou não programados. É também através do espaço público de uma cidade que é possível avaliar a qualidade de vida dos seus cidadãos e o seu grau de cidadania, pois a qualidade de uma cidade encontra-se refletida na qualidade do espaço público de que ela dispõe (Borja & Muxi, 2000).

A qualidade do espaço público de uma cidade assume, assim, uma enorme importância na qualidade de vida dos seus habitantes, pois quanto mais atrativo ele seja, quanto maior for o número de pessoas e atividades que se desenrolem nesse espaço, maior será a avaliação qualitativa e quantitativa da participação cívica e política dessa cidade.



Fig. 8 - Jardim de Santo Amaro, Lisboa
Fonte: Sítio da CML, 2016

No processo de “construção” de uma cidade é de primordial importância levar em linha de conta o espaço público e a sua valorização, quer nos processos de urbanização, quer nos mecanismos de atuação, transformação e produção do espaço urbano preconizados nos sistemas de planeamento territorial, pois este espelha tanto os equilíbrios, como as tensões existentes na sociedade (Salgueiro, 1992).

Para uma eficaz gestão do espaço público, importa que antes tenha sido levado a cabo o correto ordenamento do território, ou seja, que tenham sido analisadas as localizações e articulações mais adequadas para infraestruturas e espaços públicos, assim como edifícios e respetivos usos, de forma a que os recursos disponíveis sejam devidamente rentabilizados e a qualidade de vida das populações preservada. Para se efetuar esse ordenamento é necessário levar em linha de conta o solo e a sua propriedade (Carvalho, 2003).

O solo pertence sempre a alguém, quer o seu proprietário seja um privado ou uma entidade pública. Isso implica que os direitos sobre a propriedade do solo, caso esta seja privada, poderão entrar em rota de colisão com o interesse público no caso do ordenamento de uma cidade e dos fins para que se pretende para aquele espaço. Neste contexto, as políticas urbanas de ordenamento do território deverão ser capazes de regular esses conflitos de interesse no que diz respeito à gestão daquele que se pretende que seja um espaço público (Carvalho, 2003).

Assim, a demarcação e delimitação do espaço público resulta dos mecanismos de regulação do território que se encontra em rápida evolução, sendo que na organização do espaço urbano é essencial identificar e compreender quais são os elementos que constituem a cidade, assim como entender qual é a sua relação com as diferentes formas de crescimento urbano (Solá-Morales, 1997).

Segundo George, Lopes & Gerardo (2009), o espaço público deverá obedecer aos seguintes requisitos:

- **Continuidade visual.** Deverá ser assegurada a necessária visibilidade dos espaços públicos, através da definição de uma solução urbanística que evite situações de ocultação, como muros ou túneis, alargando essa visibilidade aos espaços envolventes.

- **Definição funcional e de pertença.** Deverá ser inequivocamente definida a delimitação do espaço público, o seu objetivo funcional e a sua pertença. Isso permitirá que os mesmos sejam estimados e preservados, apresentando-se ordenados, aprazíveis e capazes de promover o equilíbrio da vida social, acolhendo os diversos grupos sociais e as mais diversas atividades. Só assim se poderá minimizar a ocorrência de conflitos provocados pela apropriação indevida desses espaços.

- **Qualidade ambiental.** É fundamental que esses espaços estejam devidamente proporcionados. Devem ser confortáveis providenciando luz e sombra de forma equilibrada e saudável, pois “a qualidade ambiental é um elemento chave em toda a construção de cidade” (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 340).

- **Forma e dimensão dos espaços adequados às suas funções e valências.** O dimensionamento dos espaços públicos deve ser adequado à sua função, pois este ajuda a caracterizar a sua qualidade ambiental e a ajustar-se à sua situação hierárquica. Assim, numa zona de vocação comercial devem ser previstas calçadas mais largas para circulação pedonal.

- **Boas condições de acessibilidade.** As boas condições de acessibilidade aos espaços públicos por parte daqueles que têm mobilidade reduzida é um direito que lhes está consignada na legislação portuguesa (DL 163/2006 de 8 de agosto). A facilidade de acessos permite também que o espaço seja mais frequentado, mais “vivido” por parte dos moradores e contribui para o sucesso da sua função.

- **Zonas verdes visíveis e atrativas.** Na definição das zonas verdes deverá haver um cuidado e um controlo informal, para que as mesmas sejam visíveis, sem zonas de ocultação, que possam ser propícias a comportamentos desviantes. Assim, a densidade arbórea e arbustiva deve ser controlada de modo a que se obtenha o ensombramento desejável, mas sem gerar zonas de menor visibilidade.

- **Mobiliário urbano resistente, na quantidade certa e nos locais adequados.** A escolha do mobiliário urbano deve privilegiar a resistência do mesmo, não só à deterioração natural, como aos danos intencionais. A quantidade deve ser adequada à expectativa da intensidade do seu uso no espaço público e a sua localização deve centrar-se nos locais de maior visibilidade, maior circulação, pedonal e automóvel, e, se possível, próximo de zonas de comércio ou de equipamentos com muita atração. A colocação de mobiliário urbano em zonas de menor visibilidade resulta, quase sempre, que o mesmo seja intencionalmente danificado.

- **Boa iluminação.** A iluminação dos espaços públicos é um importante elemento dissuasor da danificação intencional. Assim, os espaços públicos deverão estar equipados com candeeiros resistentes ao vandalismo – com luminárias de maior altura, dentro dos limites aconselhados pela luminotecnica - que possam providenciar uma boa iluminação artificial noturna, a fim de aumentar os níveis de segurança proporcionados pelos espaços públicos (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 341).



Fig. 9 - Projeto de renovação do mobiliário urbano na área central de Albergaria-a-Velha
Fonte: <http://www.engenhariaeconstrucao.com/2015/08/novo-espaco-publico-albergaria-a-velha.html>

2.4 Resumo / Conclusão do capítulo

A problemática das descontinuidades urbanas está associada à existência de falhas estruturais no tecido edificado que geram vazios desarticulados e que substituem os espaços qualificados que a cidade consolidada geralmente apresenta. Estes vazios infraestruturais contribuem para segregar estes territórios que assim se afastam da cidade, gerando “ilhas sociais”, fruto de apropriações espontâneas do espaço, habitadas por populações carenciadas de baixos extratos sociais, com vivências muitas vezes marginais.

Afastados fisicamente da cidade, a segregação social acaba por gerar fenómenos de exclusão social, fruto das “armadilhas de pobreza” em que estas populações se veem inevitavelmente apanhadas.

É nestes contextos, que a estruturação do espaço público se reveste de particular importância como elemento fundamental da cidade capaz de corrigir essas falhas estruturais, agregando e dando uniformidade ao tecido edificado.

Neste capítulo procurou-se sistematizar e analisar estes três conceitos essenciais - descontinuidades urbanas, exclusão social e espaço público - os quais servirão para análise e avaliação dos casos de estudo, dado que os mesmos são bairros sociais periféricos e é neste tipo de apropriação do espaço que o fenómeno da exclusão social mais se faz sentir.

3 Periferias e políticas de habitação

A ocupação da Coroa Norte da cidade de Lisboa iniciou-se com a construção de quintas de recreio da aristocracia, que seguiam os antigos caminhos e azinhagas de saída da cidade. A partir destes caminhos destacam-se três eixos, que partindo do triângulo da Estefânia, faziam a ligação ao Lumiar, Charneca e Sacavém, através da Calçada de Arroios (composta pela Estrada do Arco do Cego, Estrada de Entrecampos, Rua Oriental, Estrada do Lumiar e Calçada de Carriche), da Estrada da Amoreira e da Estrada de Sacavém.

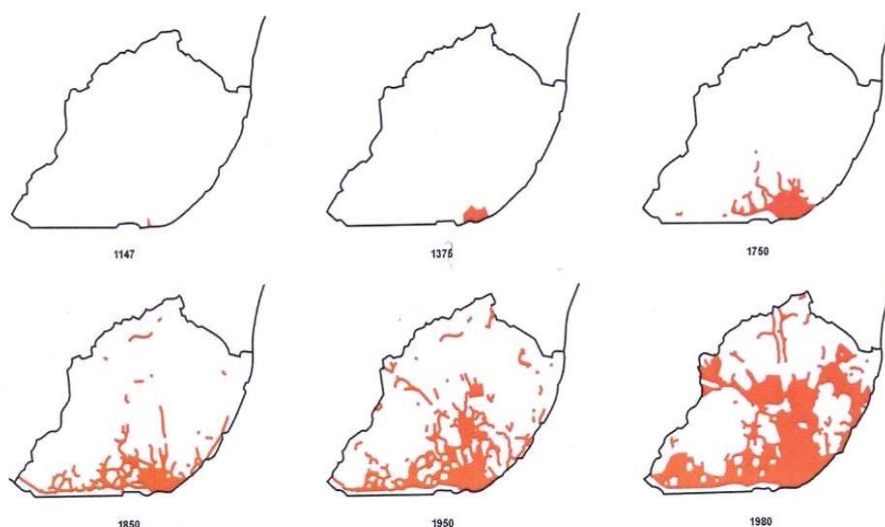


Fig. 10 - Evolução da cidade de Lisboa (1147-1980)
Fonte: AML (Arquivo Municipal de Lisboa) - Arquivo fotográfico



Fig. 11 - Planta da cidade de Lisboa de 1852
Fonte: AML - Arquivo fotográfico



Fig. 12 - Planta da cidade de Lisboa de 1947
Fonte: AML - Arquivo fotográfico

Na primeira metade do século XX, a paisagem rural é modificada pela construção ao nível de equipamentos e bairros de habitação, como o Aeroporto de Lisboa e o Bairro da Encarnação, projetados segundo as linhas de ação do plano de ordenamento do território, sob a direção do ministro Duarte Pacheco. Em contraponto, a rede viária não sofre nenhuma alteração continuando a apoiar-se nas antigas estradas, o que a torna desadequada para as novas funções que lhe são impostas com estas intervenções.

A delimitação destas áreas periféricas por vias estruturantes, assim como as operações urbanísticas que “cortam” a continuidade da malha urbana e a ligação a outras zonas da cidade, geram fenómenos de segregação urbana e conseqüentemente de exclusão social. Por outro lado, o crescimento desregrado das periferias, na ausência de um planeamento adequado, resultou na sua transformação em entidades urbanas sem uma ligação fluída ao núcleo urbano central, propiciando a segregação social.

3.1 Evolução do planeamento urbano de Lisboa

A política urbana de Duarte Pacheco, enquanto se manteve à frente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC) acompanhou o surto de modernização lançado pelo Estado Novo, cujo desenvolvimento exigia a construção de um conjunto de infraestruturas, como estradas, portos, caminhos de ferro, aeroportos e obras de hidráulica, essenciais para que essa modernização se processasse (Silva, 1994, p. 12).

Em 1938, Duarte Pacheco decidiu contratar o arquiteto-urbanista Étienne de Gröer, para assumir o cargo de urbanista-conselheiro técnico da Câmara Municipal de Lisboa o qual, juntamente com os serviços técnicos municipais, deveria definir as grandes linhas de desenvolvimento da cidade e levar a cabo o estudo que serviria de base ao Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL) (Silva, 1994, p. 15).

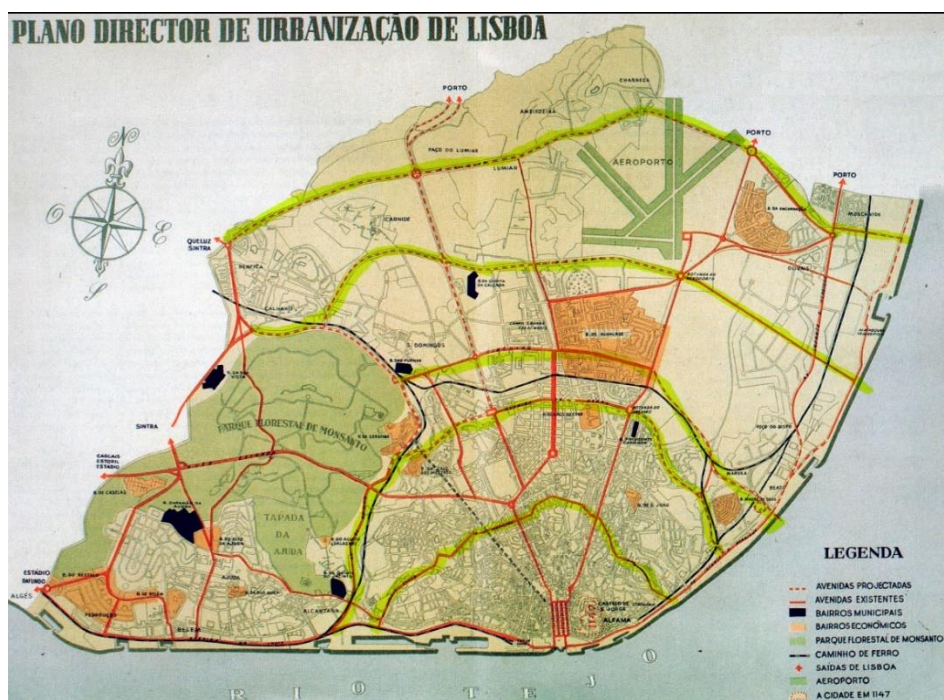


Fig. 13 - Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1948
Fonte: AML - Arquivo fotográfico

Em 1948 o Plano Director da Cidade de Lisboa estava concluído e foi aprovado pela CML, embora nunca tivesse tido aprovação governamental. As principais linhas de força do plano foram as seguintes:

- Criação de uma rede viária radiocêntrica a partir de um eixo construído pela Avenida António Augusto de Aguiar e o seu prolongamento até à estrada Lisboa-Porto;
- Organização de densidades populacionais decrescentes do centro para a periferia;
- Criação de uma zona industrial na zona oriental da cidade, associada ao porto;
- Construção de uma ponte sobre o Tejo no Poço do Bispo-Montijo, ligada a uma das circulares;
- Construção de um aeroporto internacional na parte norte da cidade;
- Criação de um parque em Monsanto com cerca de 900ha, e uma zona verde em torno da cidade que incluiria o Parque de Monsanto e que se prolongaria pela várzea de Loures até ao Tejo (Silva, 1994, p. 18).

O “Plano de Gröer” é um Plano Director típico daquela época. Produz um retrato das condições futuras da cidade de Lisboa a obter através das suas propostas sectoriais. Nela está enraizada a ideia de que as alterações físicas a introduzir permitiriam obter certas características sociais. Admita que, por exemplo, através de habitações condignas para toda a população seria possível alterar o padrão das relações sociais. O determinismo físico é uma constante ao longo de todo o Plano. Nele estão inscritos certos valores sociais,

prevalecentes naquela época entre os urbanistas, os quais, de resto, se coadunam com os do regime, como veremos (Silva, 1994, p. 18).

O principal instrumento do plano foi o zonamento. O espaço foi dividido em áreas com diferentes usos, às quais se aplicava legislação específica, impondo ao mesmo tempo uma divisão social do mesmo e salvaguardando o valor da propriedade em certas áreas. Este Plano Diretor revela uma estrutura urbana que reparte o espaço em função dos diferentes níveis de rendimento. Assim, os bairros operários encontram-se junto das zonas industriais, supostamente com o objetivo de reduzir as desvantagens que adviriam de longas deslocações entre o local de residência e o do trabalho (Silva, 1994, pp. 19-20).

Segundo Silva (1994, p. 20), no que respeita à habitação este plano reflete também a visão social da época, assim como a ideologia do regime, o qual encarava a habitação social de forma paternalista, ignorando os fatores que estavam na origem dos bairros da lata, e supondo que os mesmos seriam resolvidos pelas propostas do Plano Diretor.

Em fevereiro de 1954 a Câmara Municipal de Lisboa criou o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU). O GEU foi encarregado de proceder à revisão e atualização do “Plano de Gröer”, de onde resultou, em 1959, o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (PDUL) o qual manteve a maior parte das propostas do plano anterior, embora tivesse introduzido significativas alterações.

Entre estas destaca-se a construção da ponte sobre o Tejo a partir de Alcântara ligando a Almada, uma autoestrada contornando o Parque de Monsanto (de Alcântara por Campolide até à Buraca) e a construção de duas autoestradas, uma para norte e outra para sul na continuação da ponte. O GEU esteve também envolvido no lançamento da urbanização dos Olivais – Norte e Sul – assim como de outras zonas da cidade. O fim do PDUL ditou também a extinção do GEU que foi substituído pelo GTH (Gabinete Técnico de Habitação), o qual ficou encarregue de urbanizar vastas áreas da cidade, com o objetivo de criar habitação social que estava prevista no PDUL de 1959 (Silva, 1994, p. 24).

Na década de 1960 a CML encomendou ao arquiteto-urbanista francês George Mayer-Heine que elaborasse uma revisão do PDUL devido à necessidade de um instrumento que enquadrasse a nova realidade urbana, nomeadamente o aumento do tráfego automóvel, o arranque da rede de metropolitano, a construção da ponte sobre o Tejo e o início do processo de terciarização do centro e do crescimento dos arredores da cidade.

O Plano Geral de Urbanização de Lisboa de Mayer-Heine, elaborado entre 1963 e 1967, consistia num instrumento de ordenamento do território que abrangia a totalidade da área do concelho. As principais linhas orientadoras deste plano foram:

- A criação de um eixo-distribuidor, apoiado a norte e a sul na autoestrada do Norte e na ponte, passando pelo Aeroporto;

- O prolongamento da Av. da Liberdade como grande eixo monumental, mas com funções de autoestrada como no PDUL anterior, com o objetivo de descongestionar a Baixa e criar um novo polo que atraía o tráfego para fora do centro, o Alto do Parque;
- A divisão da cidade em “unidades base de planeamento”, designadas por Unidades de Ordenamento do Território (UNOR’s) (Silva, 1994, p. 26-27).

Ao mesmo tempo em que se elaborava e implementava o PDUL-1967 eram levados a cabo obras de urbanização e construção de habitação social (GTH e DSUO³), dos realojamentos relacionados com os acessos à ponte, assim como as obras de saneamento do Vale de Alcântara, da construção do metropolitano até Alvalade, para além de outros arruamentos destinados a melhorar as condições de trânsito na cidade (Silva, 1994, p. 27).

Na década de 90, as transformações operadas nas grandes cidades começaram a colocar em causa os métodos e os processos de planeamento que tinham sido utilizados ao longo das décadas de 40 e 60, pelo que em 1992, a CML aprovou o Plano Estratégico de Lisboa, um novo plano diretor que visava estabelecer as linhas orientadoras da atuação municipal com vista ao ordenamento e desenvolvimento da cidade.

Assim, a partir do cruzamento das debilidades e potencialidades da cidade, estabeleceram-se grandes objetivos estratégicos enunciados no 1.º Plano Estratégico de Lisboa:

- Fazer de Lisboa uma cidade atrativa para viver e trabalhar;
- Tornar Lisboa competitiva nos sistemas das cidades europeias;
- Reafirmar Lisboa como capital metrópole;
- Criar uma administração moderna, eficiente e participada

Com esses objetivos em mente pretendia-se operar profundas transformações na cidade de forma a resolver as graves carências então existentes, nomeadamente ao nível da habitação e das infraestruturas urbanas. Previa-se também a requalificação de alguns dos seus espaços públicos, com o objetivo de proporcionar uma melhoria da qualidade de vida dos residentes (CML, 2016).

O modelo de ordenamento do Plano Estratégico de Lisboa de 1992 constituiu, na altura, uma inovação nos modelos de planos estratégicos europeus, de cariz socioeconómico. Este plano integrou um modelo urbanístico espacializado e diferenciado em quatro áreas ou unidades territoriais com alguma homogeneidade, tendo em vista as especificidades das suas potencialidades, assim como das suas problemáticas:

- I - Área Central de Lisboa – Centro da cidade e da AML (Área Metropolitana de Lisboa);
- II - Charneira Urbana - Arco Terciário Direcional;
- III - Coroa de Transição – Periferia com articulação Metropolitana;

³ Direção dos Serviços de Urbanização e Obras

IV - Arco Ribeirinho – Ligação da cidade ao rio sem perder o porto.

Modelo Urbano - Zonas



Fig. 14 - Modelo urbano, zonas
Fonte: Sítio da CML, 2016

Com vista à concretização deste plano foram criadas duas estruturas importantes: o Conselho do Plano, constituído por representantes de instituições, agentes e operadores, os quais tinham como missão aprofundar o seu desenvolvimento e a sua revisão quando necessária e uma Agência de Desenvolvimento para a Modernização da Base Económica de Lisboa (AMBELIS) (CML, 2016).

O 1.º Plano Estratégico de Lisboa estava concebido para ficar concluído no ano 2000. Importa referir que na década de 90 a cidade foi palco de importantes transformações ao nível de infraestruturização de saneamento, rede viária, estrutura verde e recolha seletiva do sistema de resíduos sólidos urbanos e dotação de alguns equipamentos coletivos nomeadamente de lazer. Colmatando todas essas profundas mudanças estão as importantes operações de requalificação da zona ribeirinha, efetuada pela Administração do Porto de Lisboa e da Zona Oriental da cidade, com vista à realização da Expo-1998 (CML, 2016).

No entanto, devido a dificuldades ao nível da sua implementação e acompanhamento, tanto de ordem cultural, como de ordem política não foi possível dar uma continuidade eficaz à concretização das ações do PEL.

O programa *Visão Estratégica para a Cidade de Lisboa* surgiu no seguimento da criação do Departamento de Planeamento Estratégico, em 2002, e pretendia constituir um referencial das políticas do executivo anterior, em detrimento de um 2.º Plano Estratégico tradicional, optando-se por definir objetivamente um conjunto reduzido de ideias-chave e eixos estruturantes, recorrendo à metodologia e valores básicos do Planeamento Estratégico.

A Visão Estratégica – Lisboa 2012, sistematiza o processo de planeamento estratégico em Lisboa, visando qualificar e modernizar a cidade e é suportada por quatro eixos de desenvolvimento urbano:

- Lisboa, Cidade de Bairros
- Cidade de Empreendedores
- Cidade de Culturas
- Cidade de Modernidade e Inovação

A estratégia de intervenção urbanística segundo estes eixos de desenvolvimento, baseia-se em linhas de orientação estratégica e em ações que abrangem várias temáticas e dinâmicas sociais, históricas, culturais, ambientais, económicas, tecnológicas, etc. (CML, 2016).

3.2 Habitação social

Intrinsecamente relacionadas com o planeamento municipal encontram-se as políticas de habitação. De facto, a resolução dos problemas habitacionais de uma grande urbe passa pela intervenção do Estado. Segundo Silva (1994, p. 87) na génese do desenvolvimento das propostas urbanísticas dos séculos XIX e XX, encontra-se a habitação, cuja primeira proposta legislativa remonta a 1864, e que desde então nunca mais parou.

No entanto, verifica-se que as políticas de habitação social não têm sido capazes de deter a proliferação de bairros de barracas. Sempre que a situação se tornava crítica, sobretudo quando era necessário proceder ao realojamento de populações abrangidas por obras de urbanização, recorria a soluções de emergência com carácter provisório, com uma duração prevista de 10 anos. A exceção terá sido os programas da CML – DSUO, GTH e

EPUL, e do Estado com o MOP⁴ (DGEMN⁵ e FFH⁶), intervenções de carácter definitivo ligadas ao processo de planeamento municipal (Silva, 1994, p. 88).

Durante o período da Ditadura Militar foi adotado um modelo político para fazer face ao crescimento desordenado, e muitas vezes clandestino, da cidade. O crescimento demográfico, resultante dos fluxos migratórios provenientes das zonas rurais que demandava a cidade em busca de trabalho, teve como resultado a proliferação dos bairros de barracas situados na periferia do tecido urbano consolidado, sobretudo na zona do Rego, Campolide e Sete Rios (Silva, 1994, p. 89).

O termo *bairros sociais*, que atualmente se emprega para designar os bairros de realojamento, teve a sua origem em 1918, durante a primeira República, no âmbito de uma política de habitação com o mesmo nome (Bairros Sociais) (Cachado, 2013. p. 138). Em 1926 ainda não estavam concluídos os dois bairros sociais cuja construção tinha sido iniciada durante a vigência desse programa e a CML decidiu municipalizá-los, com o objetivo de terminar as obras do bairro social do Arco do Cego e utilizar as casas do bairro social da Ajuda, que já se encontravam concluídas (Silva, 1994, p. 90). A sua ocupação por parte de funcionários da CML estava, porém, muito longe do fim social a que esses bairros se destinavam, dado que o seu custo final impedia o acesso aos fogos por parte da população mais carenciada, devido ao valor das rendas, demasiado elevadas para os seus fracos rendimentos (Silva, 1994, p. 91).

Mais tarde, já na vigência do Estado Novo, foram experimentados outros conceitos, tanto em termos legislativos como na sua aplicação. Um desses conceitos traduziu-se no Programa das Casas Económicas, o mais longo e mais ambicioso programa de habitação implementado pelo Estado Novo. Lançado pelo ministro Duarte Pacheco, em 1933, o programa promoveu a construção de bairros sociais baseados em conceitos arquitetónicos inovadores à época (Cachado, 2013. p. 138), constituídos por moradias unifamiliares, a chamada “casa portuguesa” (Silva, 1994, p. 108). Compreendidos por esse programa de “casas baratas” ficaram os bairros da Ajuda, Alto da Ajuda, Alto da Serafina, Arco do Cego, Alvito, Calçada dos Mestres, Caselas, Encarnação, Madre de Deus e Terras do Forno (Silva, 1994, p. 113).

Em 1938 surgiu o Programa das Casas Desmontáveis, destinado a famílias que não conseguiam aceder ao programa das Casas Económicas, as quais afinal, não eram assim tão económicas. A finalidade destas casas *desmontáveis* era providenciar habitação temporária às famílias em situações mais graves de alojamento, até que estas tivessem condições de ingressar no Programa das Casas Económicas. Essas famílias iriam então pagar uma prestação ao longo de 25 anos, findos os quais, a casa ficaria na sua posse (Cachado, 2013. p. 138). Inseriu-se nesse programa os “bairros de casas desmontáveis” da Quinta da Calçada, da Boavista e das Furnas (Silva, 1994, pp. 128-129).

O programa das “casas para famílias pobres”, sucedeu ao dos “bairros de casas desmontáveis”. A

⁴ Ministério das Obras Públicas

⁵ Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

⁶ Fundo de Fomento da Habitação

construção do primeiro bairro teve início em 1946, na Quinta do Jacinto, em Alcântara, constituído por 23 moradias unifamiliares de caráter definitivo. “A partir de 1950 optou-se pela construção de habitações coletivas, na Quinta do Jacinto e no Bairro do Grilo” (Silva, 1994, p. 130). Este programa seria aplicado em todo o país, ao contrário dos bairros de casas desmontáveis que só foi implementado em Lisboa.

Em Lisboa, o programa das “casas para alojamento de famílias pobres” abrangeu os seguintes bairros: Quinta do Jacinto, Camarão da Ajuda, bairro do Grilo, bairro do Padre Cruz, bairro da Quinta do Charquinho, bairro da Quinta das Pedralvas, bairro da Quinta das Mouras, bairro da Quinta de Santa Luzia, bairro da Boavista e bairro do Casalinho da Ajuda (Silva, 1994, p. 131).

Em 1945 o Governo lançou o programa das casas de renda económica, destinado à classe média que por razões diversas se encontrava excluída do regime das casas económicas. Segundo a Lei nº 2007 de 1945, as casas de renda económica tinham de obedecer a determinadas condições, entre as quais “serem edificadas por sociedades cooperativas ou anónimas, especialmente constituídas para os fins deste diploma ou nele integradas, por organismos corporativos ou de coordenação económica, instituições de previdência social, empresas concessionárias de serviços públicos, empresas industriais e outras entidades idóneas de direito privado” (Silva, 1994, p. 136). Este programa estendeu-se a todo o país, mas teve maior incidência em Lisboa. De acordo com Silva (1994, p. 137) das 2490 casas de renda económica que se construíram até 1950, 2066 (83%) situavam-se em Lisboa, maioritariamente no bairro de Alvalade, e cerca de 100 fogos no Camarão da Ajuda.

O Plano Diretor de Urbanização de Lisboa de 1959 viria propor um aumento da percentagem de fogos com rendas económicas nas áreas que iriam ser urbanizadas de novo. Este plano dividiu a cidade em três tipos de zonas habitacionais: zonas estabilizadas que não deveriam sofrer grande evolução; zonas novas de expansão da cidade e as zonas já urbanizadas onde se poderia reconstruir e remodelar e que constituíam a maior mancha da cidade (Silva, 1994, p. 158).

O GTH (Gabinete Técnico de Habitação) e o DSUO (Direção dos Serviços de Urbanização e Obras da CML) continuaram a promover a construção de habitação social para as famílias mais carenciadas, com a finalidade de erradicar gradualmente os bairros de lata, em especial os do Vale de Alcântara, como o Casal Ventoso. A escolha da localização recaiu sobre a zona oriental da cidade, junto à zona industrial, Chelas e Olivais (Silva, 1994, p. 162).

O alargamento das atribuições do GTH, em 1970, à eliminação das barracas no concelho de Lisboa, traduziu-se em milhares de realojamentos em vários pontos da cidade. A primeira intervenção verificou-se num núcleo com 140 fogos junto ao Bairro da Criz Vermelha. Em 1972 o parque habitacional da CML cifrava-se em 16.473 fogos, construídos ou adquiridos em áreas a renovar (Silva, 1994, p. 164).

Destinada a suprir as necessidades de alojamento das populações mais carenciadas e subsequentemente mais fragilizadas socialmente, a habitação social coloca condicionantes que têm de ser resolvidas através da Arquitetura e do Urbanismo de maneira a que esses espaços possam estar adaptados às especificidades dessas populações, marcadas pela pobreza, pela imigração, pela escassez de recursos, de forma

a poder evitar que esses espaços se transformem em fatores geradores de exclusão social (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 12). Assim, o espaço deve ser adotado à realidade social dessas populações gerando coesão e, se possível continuidade da malha urbana.

A habitação social destina-se a populações de fracos recursos, pelo que o fator económico é logo um dos primeiros a ter em consideração e que se reflete na escolha dos terrenos para construção. A localização dos mesmos, geralmente em zonas periféricas ou desvalorizadas, afastadas, portanto, dos centros urbanos funciona inevitavelmente como elemento de segregação e de exclusão social (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 13).

Na conceção arquitetónica e urbanística destes bairros um dos elementos mais preponderantes são os custos de construção, que se pretendem tendencialmente baixos. Assim, verifica-se que entre os fatores que influenciam o custo construtivo encontram-se o número de pisos de cada unidade, assim como o respetivo número de fogos que cada uma dispõe. Elementos arquitetónicos como a profundidade dos edifícios e a altura dos pisos, as áreas e tipologias dos fogos e, por último o sistema construtivo, são outros fatores que se encontram associados ao custo da construção (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 13).

Entre estes fatores, destaca-se os resultados apresentados pelos estudos de Harald Dellmann, J. Kirchenmann e H. Pfeiffer, citados em George, Lopes & Gerardo (2009, p. 13) que se referem à relação existente entre o custo construtivo e o número de pisos dos edifícios. Assim, de acordo com estes estudos, enquanto o custo de construir um edifício com apenas um piso é elevado, se o mesmo edifício tiver entre 2 a 4 pisos esse valor diminui proporcionalmente ao aumento do número de pisos. No entanto, no escalão imediatamente acima – 4 a 5 pisos – os custos sofrem um agravamento motivado pela necessidade de instalar um elevador. A partir de 5 pisos e até ao máximo de 8, os custos são novamente reduzidos proporcionalmente ao aumento de pisos, para aumentarem novamente se for acrescentado mais um piso. Esse aumento é motivado pelo facto de que a partir de 9 pisos há necessidade de implementar medidas especiais de segurança contra os riscos de incêndio. Acima dos 9 pisos e até um máximo de 12, os custos de construção podem reduzir ligeiramente, mas acima desse número os valores aumentam rapidamente (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 14).

Na génese do PER estava a resolução de um problema visto como uma “chaga social”, tal como se pode verificar do texto do próprio decreto-lei que o fundamenta:

A erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e conseqüente realojamento daqueles que nelas residem impõem a criação de condições que permitam a sua total extinção (Decreto-Lei nº. 163/93 de 7 de maio, DR Série I – a nº 106 de 07-05-1993, p. 2381).

Aqui a erradicação passa necessariamente pela demolição das barracas e posterior realojamento dos residentes, numa tentativa de mudar o seu estilo de vida e conseqüente espectro de exclusão social que pairava sobre as populações que habitavam esses bairros, envolvendo os municípios neste processo. Estas intenções estão explícitas no texto legislativo onde são propostos às autarquias programas de inserção social das

comunidades envolvidas, “visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou dotadas” (Cachado, 2013, p. 142).

No entanto, pese embora os nobres propósitos que estão subjacentes à implementação deste programa, cedo as problemáticas associadas ao realojamento em habitação social foram alvo de reflexões críticas e alertas por parte de especialistas, como o artigo publicado em 1994, na revista **Sociedade e Território**, assinado por Fonseca Ferreira. Sob o título **Lições e prevenções para o PER**, o autor alerta para os perigos escondidos neste modelo: “O PER tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais, serviços de administração burocratizados” (Ferreira, 1994, p. 10). Na mesma publicação, em **As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas**, Isabel Guerra apela às entidades responsáveis no sentido de implementarem estratégias de desenvolvimento social urbano da cidade, relembrando outras experiências em que o realojamento densificado resultou em fracassos devido à “crescente heterogeneidade cultural dos bairros” (Guerra, 1994, p. 11).

O mesmo número desta revista **Sociedade e Território**, contou também com um artigo de Maria João Freitas que mencionou o facto de que muitos programas de realojamento obedecem mais a objetivos políticos do que sociais, preocupando-se mais em atingir objetivos quantitativos, ou seja, realojarem o maior número possível de famílias, em vez de planearem esse realojamento de forma a ir de encontro às necessidades das populações-alvo. A mesma autora chamou também a atenção para o perigo de isolamento, especialmente dos residentes mais idosos, forçados a deixar o ambiente familiar onde viviam nos bairros degradados para se encerrarem em torres nos prédios de realojamento (Freitas, 1994, p. 31).

3.3 Resumo / Conclusão do capítulo

Neste capítulo procurou-se traçar um retrato da evolução das políticas urbanas e de habitação social levadas a cabo na cidade de Lisboa desde a primeira metade do século XX. Face ao exposto, é possível verificar que processos com origens e quadros políticos e programáticos semelhantes resultaram em impactos espaciais que se traduziram em descontinuidades urbanas capazes de gerar condições propícias para a exclusão social.

Da análise que foi efetuada é possível retirar algumas considerações. Os programas implementados durante o Estado Novo e mais tarde, já após a Revolução de 1974, tinham como objetivo primordial o embelezamento de forma a transmitir uma ideia de cidade moderna e cosmopolita, através da erradicação dos bairros de barracas degradadas que provocavam sérios estragos na paisagem urbana.

Assim, num contexto político de promoção de habitação social surgiram os bairros sociais, que apesar de responderem às necessidades habitacionais das populações mais carenciadas, mantiveram e, por vezes, até agravaram muitas das problemáticas já existentes.

A nível socioeconómico mantiveram-se os problemas de desemprego ou emprego instável e mal remunerado, fruto de fracas qualificações profissionais e baixos níveis de escolaridade, fazendo com que nesses territórios surgissem verdadeiras bolsas de pobreza e de exclusão social, que tornavam ainda mais vulneráveis essas populações.

São vários os processos que estão na base da evolução da ocupação de um território. Processos de desenvolvimento social, económico e ambiental que transformam a paisagem, seja ela natural ou construída, desenvolvendo-se muitas vezes em camadas à medida que se desenrolam as dinâmicas de urbanização.

A escolha do local de construção dos bairros sociais esteve sempre associada, por um lado à localização das indústrias onde a sua população laborava, nomeadamente locais periféricos e pouco aprazíveis e por outro, ao fator económico, privilegiando-se terreno baratos e desvalorizados, localizados em contextos pouco interessantes no aspeto paisagístico.

Essa opção fez com que a localização destes bairros se situe geralmente nas periferias das cidades e que sendo vizinhos entre si, formem muitas vezes uma coroa que delimita os municípios aos quais pertencem.

Tal, aliado a graves carências a nível de acessibilidades e as descontinuidades com o restante tecido urbano contribuíram para que à segregação territorial se associasse o isolamento social.

De ponto de vista urbanístico esses bairros apresentam notórias fragilidades como a ausência de infraestruturas e equipamentos coletivos geradores de dinâmicas sociais. Por outro lado, as construções de fraca qualidade, aliadas à incapacidade de manutenção e conservação dos edifícios originaram rapidamente paisagens urbanas degradadas que contribuíram para acentuar os fenómenos de exclusão social na periferia da cidade de Lisboa.

No entanto, um olhar mais atento através dos casos de estudos, os quais partindo de uma origem semelhante, registaram, no entanto, dinâmicas de desenvolvimento diferentes, permite investigar a contribuição e o papel que o espaço público pode desempenhar como fator inclusivo.

Neste contexto o papel representado pelo desenho e forma do espaço público apresenta uma enorme importância nas dinâmicas sociais, sobretudo quando a identidade social se sobrepõe à identidade territorial e a organização espacial dimensiona e condiciona os comportamentos sociais.

Assim, o desafio que se coloca relativamente ao espaço público passa por interpretar as contradições físicas e estruturais que o mesmo apresenta, com a finalidade de o reestruturar de modo a que este possa promover a interação entre os processos sociais e espaciais. Assim, associado às dinâmicas de vivência urbana e social, o espaço público poderia funcionar, não só como elemento de integração territorial e espacial, como também de integração social.

Tendo estas premissas em vista, a análise dos casos de estudo, que é feita no capítulo seguinte, permite identificar as diferenças resultantes dos diferentes modelos de espaço público que foram adotados e o impacto que os mesmos tiveram no desenvolvimento das dinâmicas sociais dos bairros selecionados.

4 Os bairros da Ameixoeira (PER) e Padre Cruz

No contexto das políticas de habitação social em Portugal, o Programa Especial de Realojamento (PER) é um dos planos mais ambiciosos de sempre.

Rita Cachado

Na génese do surgimento dos bairros sociais encontra-se o êxodo da população rural que em meados do século XIX demandou as cidades em busca de trabalho. Esta demanda, gerada pela industrialização crescente nos grandes núcleos urbanos, que reclamava mão-de-obra desqualificada e indiferenciada, a que se juntou a escassez de trabalho nos meios rurais, provocou um verdadeiro caos nas cidades, desprovidas de estruturas urbanas em condições aceitáveis de salubridade que pudessem suprir as necessidades de alojamento provocadas pelo súbito aumento demográfico.

Assim, à semelhança do que aconteceu um pouco por todas as grandes cidades da Europa, também em Lisboa, face à escassez de terrenos nos centros urbanos, se recorreu às zonas periféricas das cidades, onde até então só existiam quintas e outras explorações agrícolas e pecuárias, sendo desenvolvidos programas de habitação para alojar estas populações desfavorecidas e de fracos rendimentos.



Fig. 15 - Bairro operário da Areosa

Fonte: <https://musgueirasul.wordpress.com/2013/03/27/origem-da-habitacao-social-1900-ate-1960/>

No artigo *O Bairro Social do Arco do Cego: uma aldeia dentro da cidade de Lisboa*, Maria Júlia Ferreira descreve a forma como o sector privado procedeu ao aproveitamento de terrenos agrícolas nessas periferias para nele construir habitações coletivas de baixa qualidade, caracterizadas pela elevada densidade de ocupação e pela prática de subaluguer a várias famílias (Ferreira, 1994, p. 697).

Ao longo do princípio do século XX, esta situação de precariedade acabaria por se generalizar devido à falta de soluções para resolver este problema, dando origem aos chamados “bairros operários”. Esta “villas” ou

“ilhas” como também são usualmente designadas, consistiam em aglomerados de habitações precárias, em condições de insalubridade, onde em espaços exíguos residiam por vezes várias famílias, cujos rendimentos não permitiam o recurso a alojamentos condignos (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 8).

Estas segregações urbanas e sociais que compunham então a periferia das cidades fez com que, a partir da década de 1940, o crescimento das mesmas se invertesse, crescendo para “fora de portas”. Em resultado deste alastramento da cidade, diversos outros fenómenos urbanos ocorreram, como a terciarização dos centros históricos, com edifícios inicialmente utilizados como habitação alocados para o estabelecimento de diversas atividades terciárias e a deslocação da atividade industrial para a periferia (Cardoso, 1993, p. 25).

Durante a década 60 a subsistência destas ilhas suburbanas gerou “implicações graves e continuadas no ordenamento do território”, situação que se agravou quando as condições económicas das populações rurais se deterioraram levando a que uma nova vaga de famílias desesperadas afluísse às cidades em busca de melhores condições de vida. Esta demanda desenfreada iria dar origem à construção de bairros clandestinos de barracas nas periferias das cidades e em particular na cidade de Lisboa (George, Lopes & Gerardo, 2009, pp. 8-9).



Fig. 16 - Bairro da Cova da Moura, Amadora
Fonte: Fotografia de Mariana Fernandes

A construção clandestina conheceu um significativo aumento a partir de finais da década de 70, sobretudo na área metropolitana de Lisboa (AML), em virtude da falta de iniciativas de promoção de programas de habitação. De facto, o endividamento excessivo do Estado português devido aos empréstimos contraídos nos anos anteriores para a realização de empreendimentos do setor público e cooperativo obrigou a que os governantes portugueses chegassem a um acordo com o FMI que levou à suspensão de novas iniciativas nesta área (Ferreira, 1988, p. 60).

Face à ausência de alternativas que permitissem satisfazer as necessidades de alojamento das famílias, a construção de bairros clandestinos disparou.

Uma parte dos bairros clandestinos é conhecida pela designação “bairros de barracas”, que cresceram muito nesta altura, não só em virtude da crise financeira, como também devido ao afluxo de imigrantes na sequência da independência das ex-colónias africanas. Muitos imigrantes sem capacidade económica assentaram nestes bairros de barracas, onde, numa situação de ausência de loteamento formal, compraram casas ou terrenos a baixos custos aos primeiros ocupantes, refizeram ou construíram de raiz, e melhoraram a construção conforme a disponibilidade para adquirir novos materiais. No caso específico da AML, a construção informal terá beneficiado do estatuto equívoco da antiga Estrada Militar, onde os bairros cresceram fortemente (Cachado, 2013, p. 139).

Durante a década de 80, o número de barracas cresceu exponencialmente. Na área metropolitana de Lisboa os bairros expandiram-se para a periferia da cidade de Lisboa. Segundo Teresa Salgueiro, no início dos anos 80 haveria já mais de 16.500 famílias a morar nessas condições só na AML (Salgueiro, 1985, p. 63). Os concelhos de Lisboa, Amadora, Loures e Oeiras tinham o maior número de famílias a viverem em bairros de barracas (Cachado, 2013, p. 140).



Fig. 17 - Bairros da lata em Lisboa nos anos 60-70

Fonte: <http://reguengo.hautetfort.com/archive/2006/05/21/bairros-da-lata-de-lisboa-decada-60-70.html>

A criação do Fundo de Fomento da Habitação em 1969 foi o ponto de partida para as ações que se desenrolam durante a década de 1970, com dois objetivos conjuntos. Se por um lado as autoridades competentes punham em marcha planos integrados de construção massiva de habitações de carácter social que visavam responder às necessidades de realojamento das populações mais carenciadas, por outro, estes planos tinham em simultâneo um outro objetivo, de âmbito mais económico do que propriamente social: a desocupação dos terrenos e espaços urbanos que tinham sido objeto de apropriação por parte dessas populações e que, entretanto, devido

à sua localização, se tinham valorizado consideravelmente. Esta operação levaria à expropriação de vastas áreas urbanas, nomeadamente em Almada, Setúbal, Amadora, Porto, Aveiro, entre outros núcleos urbanos (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 9).

No entanto, o arranque das obras de construção dos referidos bairros de realojamento só viria a concretizar-se no período que se seguiu ao 25 de abril de 1974, tendo o mesmo recebido um grande impulso pela necessidade urgente de dar resposta às carências habitacionais do êxodo gerado pelo processo de descolonização ultramarina. Com efeito, aos problemas pré-existentes de falta de habitação para as famílias mais carenciadas, que se verificava um pouco por todo o país, veio somar-se o retorno à metrópole de cerca de meio milhão de portugueses provenientes da ex-colónias ultramarinas, em condições de grande carência económica e fragilidade emocional.

Com o agravamento do panorama habitacional gerado por este extraordinário aumento demográfico, o Estado português decidiu assumir a responsabilidade pela resolução do problema. Neste sentido, promoveu e financiou a construção de centenas de novos bairros sociais, dos quais resultaram dezenas de milhares de fogos, destinados a realojar não só os retornados das ex-colónias como as outras populações carenciadas provenientes dos núcleos de habitações precárias, entretanto demolidos. O resultado destas operações traduziu-se em cerca de 100.000 famílias que ao longo de mais de 30 anos foram realojadas nos bairros sociais criados pelo Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) nos finais dos anos 80, e mais tarde, já na década de 90, pelo Plano Especial de Realojamento (PER) e resultou ainda na desocupação e posterior reaproveitamento de terrenos de elevado valor fiduciário, os quais foram cruciais para a construção de algumas obras públicas de grande dimensão social e económica (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 9).

A responsabilidade pelo financiamento destes projetos coube exclusivamente ao governo, durante a primeira década, tendo as competências da promoção dos novos bairros sido transferida para as autarquias locais, transferência essa ditada pela falência técnica e financeira de alguns desses projetos. A administração central ficou, contudo, responsável pela regulação e financiamento dos projetos apresentados pelos municípios (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 9).

Assim, no que concerne à evolução histórica dos bairros de realojamento, podemos identificar três momentos distintos:

O primeiro teve início em 1969 e prolongou-se até à década de 1980. Recorrendo a modelos urbanísticos e arquitetónicos importados de outros países da Europa, o programa “Promoção Direta” impulsionou a construção de milhares de fogos em todo o país. Este programa viria a ser substituído pelo Programa Municipal de Habitação, que visava combater a proliferação dos bairros de barracas – habitações precárias de construção provisória – e foi aplicado em todo o país, com condições de financiamento muito vantajosas. Tal como o próprio nome indica, os municípios assumiam então a responsabilidade de promover, dinamizar e gerir estes projetos. O PIMP – Plano Integrado a Médio Prazo, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa foi o projeto com maior visibilidade, tendo-se previsto a construção de mais de 11.000 fogos de realojamento. Este plano esteve operacional entre 1987 e

1993, no entanto só foi implementado em alguns concelhos onde as carências de alojamento eram mais prementes (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 10).

O PER – Programa Especial de Realojamento foi criado em 1993 com o objetivo de ser aplicado apenas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com vista a erradicar de forma definitiva os núcleos de habitação precária, os chamados “bairros de lata”, bairros degradados que proliferavam às portas das principais cidades. Apesar da adesão massiva da quase totalidade dos municípios destas duas áreas metropolitanas, o programa não registou resultados tão satisfatórios como se previa de início, pois ao fim de 13 anos de vigência do mesmo, apenas 2/3 dos 50.000 fogos previstos, foram efetivamente construídos (George, Lopes & Gerardo, 2009, p. 10).

Em 1990 perante a manifesta insuficiência do PIMP para afastar definitivamente da cidade a chaga social que as barracas representam, começamos a reclamar do Governo um novo programa, considerando que apenas um investimento público significativo (...) poderia permitir o acesso dos mais desfavorecidos à habitação. (...) Só em meados de 1993 o Ministério das Obras Publicas resolveu apresentar o Programa Especial de Realojamento - PER. (Franco 1997 apud Costa, Subtil, 2013, p. 7)

Seguidamente, serão apresentadas as análises de ambos os bairros desde a sua génese e evolução, edificado e população atualmente, integração territorial via acessibilidades e transportes, desenho e forma urbana até aos resultados obtidos através de observações do autor e da avaliação por parte de outros agentes, destacando as entrevistas realizadas aos presidentes da Associação de Moradores da Ameixoeira e Padre Cruz, Moreira da Fonte e Elisete Andrade, respetivamente, ao arquiteto João Paciência e ao presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Fábio Sousa. Importa ainda destacar três documentos que em muito auxiliaram este estudo, são eles os relatórios de ambos os bairros relativos ao Plano de Ação 21 e Estrutura de Monitorização da Agenda 21, o Relatório Diagnóstico da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara e o relatório do estudo “A conceção do espaço público em bairros de realojamento como pressuposto estruturador dos processos de inserção social”.

4.1 Bairro PER da Ameixoeira

4.1.1 Génese e evolução

Os vestígios da sua ocupação humana remontam até ao período pré-histórico, nomeadamente ao Paleolítico, Neolítico e Calcolítico, conforme comprovam os achados arqueológicos encontrados na zona do Alto dos Pinheiros, do Pinhal da Charneca e da Cerca dos Inválidos do Comércio. Pensa-se inclusive que o atual Forte da Ameixoeira tenha sido erigido no mesmo local onde existia um povoado do Calcolítico. Por outro lado, foram achados vestígios de cistas funerárias no Olival do Morgado, que os arqueólogos



Fig. 18 - Localização do bairro
Fonte: Google Maps, Adaptação do relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

classificaram como sendo túmulos celtas. Descobertas arqueológicas realizadas no século XVIII comprovam também a presença romana na Várzea de Santa Susana, documentada por uma ara como uma inscrição funerária em latim, datada do século III (Consiglieri, Ribeiro, Vargas & Abel, 1993).

A posterior ocupação muçulmana, que se terá verificado entre os séculos VIII e XII, é comprovada pela existência de “covas”, tulhas ou silos subterrâneos e também por velhas lendas que atribuem a fundação a um mouro chamado Amixo, de onde derivou o topónimo *Mixoeira*, designação pela qual a Ameixoeira área era conhecida até ao século XVII (Consiglieri et al., 1993, p. 104).

O local também teve outras designações, nomeadamente *Ameijoeira* e *Funchal*. A primeira estará associada, de acordo com Júlio de Castilho (1904), à descoberta nesta área de uma considerável quantidade de amêijoas fósseis.

Quando à origem do termo *Funchal*, esta poderá ser atribuída a uma lenda, segundo a qual a imagem de Nossa Senhora terá sido encontrada no meio dos funchais que então revestiam uma parte do Monte de São Gonçalo, durante uma das batalhas travadas pela conquista da cidade, e que opôs cristãos e mouros no cimo deste monte (Consiglieri et al., 1993, p. 104).

Em 1147, após a conquista da cidade de Lisboa aos mouros, e no âmbito do programa de povoamento levado a cabo por D. Afonso Henriques, para assegurar a ocupação e defesa dos territórios conquistados, os terrenos que compõem esta área foram objeto de doação régia às classes privilegiadas, nobreza e clero, que aí se estabeleceram, construindo neles as suas quintas e palácios.

Trata-se de uma zona periférica de hortas e de quintas onde predominava a atividade agrícola e que no passado constituía o “termo” de Lisboa. Este, à semelhança do que acontecia noutras cidades era essencial para o abastecimento de bens alimentares da cidade, pois era nas quintas dessa zona periférica que eram cultivados as frutas e os vegetais que constituíam a principal fonte alimentar da população urbana.

O termo “saloio”, utilizado para designar a população rural dos arrabaldes da cidade, em especial, das zonas onde eram produzidos os alimentos para consumo citadino, está fortemente vinculado à origem da Ameixoeira. Esta vocação agrícola teve também forte influência no modo como este território evoluiu historicamente, caracterizado pela existência de quintas e pequenos núcleos rurais, assim como algumas edificações religiosas e que se reflete no núcleo histórico da Ameixoeira, que Fernandes (1989, p. 76) refere possuir “larginhos simpáticos” e ser “saloio mas equilibrado”.

Assim, segundo Eugénio do Espírito Santo, enquanto a cidade se desenvolvia, a população da Ameixoeira permanecia estagnada no tempo, num local onde os jornais não chegavam, onde não se desenrolava qualquer tipo de atividade social e onde o péssimo estado das vias de comunicação levava a que os seus habitantes tivessem de se resignar a um estilo de vida simples e “saloio”, que “dava à Ameixoeira uma perfeição sertaneja” (Espírito Santo, 1997, p. 38).

Aquilo que hoje constitui o núcleo histórico da Ameixoeira desenvolveu-se durante os séculos XIV e XV, através de uma “teia” de pequenos caminhos construídos para dar acesso aos campos, às quintas e aos casais,

assim como aos pequenos núcleos populacionais que, entretanto, se desenvolveram ao longo destas vias e que constituem a base do atual sistema viário (Fernandes, 1989).



Fig. 19a, 19b - Cruzeiro da Ameixoeira (1950) e panorâmica registada a partir do Cruzeiro (1960)
Fonte: AML - Arquivo Fotográfico

A par da prática agrícola destinada ao fornecimento de bens alimentares à cidade, a localização privilegiada destes terrenos, próximos da capital, mas beneficiando dos ares sadios que ainda podiam ser encontrados nos “termos” das cidades, por oposição ao ambiente insalubre e pestilento que, durante o período do Antigo Regime caracterizava os centros urbanos das grandes cidades, terá sido o fator preponderante para que esta freguesia fosse cobiçada pela nobreza e pelos burgueses abastados.

Assim, a partir do século XVIII, a Ameixoeira tornou-se no local de lazer das classes privilegiadas que aí mandaram erigir palacetes, mansões senhoriais e quintas de recreio, adornados de requintados jardins que refletiam os gostos barrocos da aristocracia da época.

Com a extinção do Termo de Lisboa, ocorrida em 1852, os limites da cidade foram redefinidos e a área foi dividida em dois concelhos, Olivais, a nascente e Belém, a poente, vindo a freguesia da Ameixoeira incorporar-se no primeiro.

Em 1885, a freguesia da Ameixoeira volta a ser incorporada na cidade de Lisboa, no momento em que são construídas as intervenções defensivas para fins aduaneiros. Nesta freguesia, por ser o limite do concelho, assiste-se à construção do Forte D. Carlos I e também à construção da estrada da circunvalação.



Fig. 20 - Estrada da Ameixoeira entre 1890 e 1945
Fonte: AML - Arquivo Fotográfico

Com o objetivo de promover a expansão da cidade, sustentada por terrenos públicos, a autarquia adquiriu diversas propriedades entre 1938 e 1962 e em meados do século XX, a paisagem rural já se encontrava modificada pela construção ao nível de equipamentos e bairros de habitação, como o Aeroporto de Lisboa e o Bairro da Encarnação, projetados segundo as linhas de ação do plano de ordenamento do território, sob a direção de Duarte Pacheco.

O caráter pacato e saloio da Ameixoeira iria sofrer um forte abalo com a construção do primeiro bairro social, nos anos 70, o bairro camarário das Galinheiras.



Fig. 21 - Barracão na Azinhaga da Torrinha, 1961
Fonte: AML - Arquivo Fotográfico

Nos anos seguintes a paisagem rural desta “aldeia” iria adquirir uma feição mais urbana quando a procura por terrenos baratos ditou a proliferação de empreendimentos caracterizados por blocos de betão isolados, sem que os mesmos obedecessem a planos urbanísticos que obstassem ao surgimento de descontinuidades na malha urbana.



Fig. 22 - Terrenos da Azinhaga da Torrinha, 1961
Fonte: AML - Arquivo Fotográfico

Surgiram assim, durante a década de 70, de forma dispersa, em torno do Bairro das Galinheiras, outras áreas urbanas de génese ilegal como a Quinta da Torrinha e o Alto do Chapeleiro. A ocupação desregrada do

território por estes bairros clandestinos, ou “guetos”, como também são vulgarmente conhecidos, resultou em descontinuidades urbanas não só no que se refere ao tecido edificado, como em termos de infraestruturas públicas e rodoviárias.



Fig. 23a, 23b - Rua Direita da Ameixoeira, 1964
Fonte: AML - Arquivo Fotográfico



Fig. 24a, 24b - Cartografia atual e antiga (sobreposição do edificado sobre planta de 1911 - Silva Pinto)
Fonte: Google Maps, Centro Cartográfico da FAUL

Com o desenvolvimento de políticas de gestão municipal, verificou-se a necessidade de garantir que o tecido edificado nos bairros de realojamento obedecesse a planos específicos que garantissem que a construção

dessas habitações fosse levada a cabo de forma a garantir uma continuidade da malha urbana. Assim, na primeira década de 2000 foi implementado o Programa Especial de Realojamento (PER) da Ameixoeira, com vista à urbanização e recuperação dessa área.

Como se verá mais à frente, no âmbito deste programa foram construídos vários lotes de habitação social, os quais se destinavam ao realojamento de indivíduos que habitavam em barracas provisórias e outras habitações insalubres ou clandestinas, não só no antigo bairro das Galinheiras, como também um pouco por todas a área da grande Lisboa.



Fig. 25 - Fotografia aérea sobre parte do edificado PER, empreendimento da Ameixoeira e Casa da Cultura Cigana
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Entre as famílias que foram realojadas no bairro PER da Ameixoeira, entre outubro de 2001 e dezembro de 2003, estavam as populações oriundas da Quinta da Pailepa (1), Quinta do Louro (2), Charneca (3), Vale do Forno (4), assim como a comunidade circense da zona de Carnide. Dos concelhos de Loures e da Amadora também vieram algumas famílias que se instalaram neste bairro.



Fig. 26 - Bairros cuja população foi realojada no PER da Ameixoeira
Fonte: Adaptação do Google Maps, relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Em contraponto, a rede viária não sofreu nenhuma alteração continuando a apoiar-se nas antigas estradas, o que a torna desadequada para as novas funções que lhe são impostas com estas intervenções.



Fig. 27a, 27b - Azinhaga das Galinheiras em 1962 e atualmente
Fonte: AML - Arquivo Fotográfico, Autor

<i>Elementos Infraestruturais</i>	Cronologia	
	<i>Datas</i>	<i>Políticas Públicas e Municipais/ Dinâmicas Sociais</i>
	1800 – 1910	<i>Termo da Cidade – Plantas Silva Pinto</i>
	1940 – 1970	<i>Abastecimento Agrícola Lisboa</i>
	1948	<i>Plano de Groer – Espaço verde a preservar</i>
<i>Construção das AUGI</i>	1960 -1980	
<i>Construção do Bº dos Pré-Fabricados das Galinheiras para realojamento</i>	1970	
<i>Construção da zona de Promoção Imobiliária</i>	1990 – 2010	
	1994	<i>PDM Lisboa – Núcleo Urbano de interesse histórico da Ameixoeira</i>
<i>Construção dos PER</i>	1996 – 2006	
	1998 – 2001	<i>Realojamento dos moradores dos Pré-fabricados</i>
	2003	<i>Realojamento forçado das Famílias do Vale do Forno nos PER aumento conflitualidade</i>
<i>Abertura da Estação de Metro da Ameixoeira</i>	2004	
<i>Abertura traço do Eixo Norte-Sul</i>	2007	
	2008	<i>Proposta 1330 /2008 Delimitação das AUGI</i>
	2014	<i>Projeto Policiamento Comunitário PM Ameixoeira/Galinheiras</i>
	2013	<i>1ª Delimitação da Área de Reabilitação urbana sistemática de Santa Clara</i>
	2016	<i>ARU de Santa Clara</i>

Fig. 28 - Análise temporal e territorial integrada - alterações estruturais, físicas, de estruturas e sociais
Fonte: Relatório diagnóstico da ARU (Área de Reabilitação Urbana) de Santa Clara



Fig. 29a, 29b, 29c, 29d, 29e - Extrato das Cartas Militares de Loures (1938-2009)
Fonte: Centro Cartográfico da FAUL

O bairro PER da Ameixoeira está localizado na antiga freguesia da Ameixoeira, que conjuntamente com a freguesia da Charneca integram atualmente a freguesia de Santa Clara.

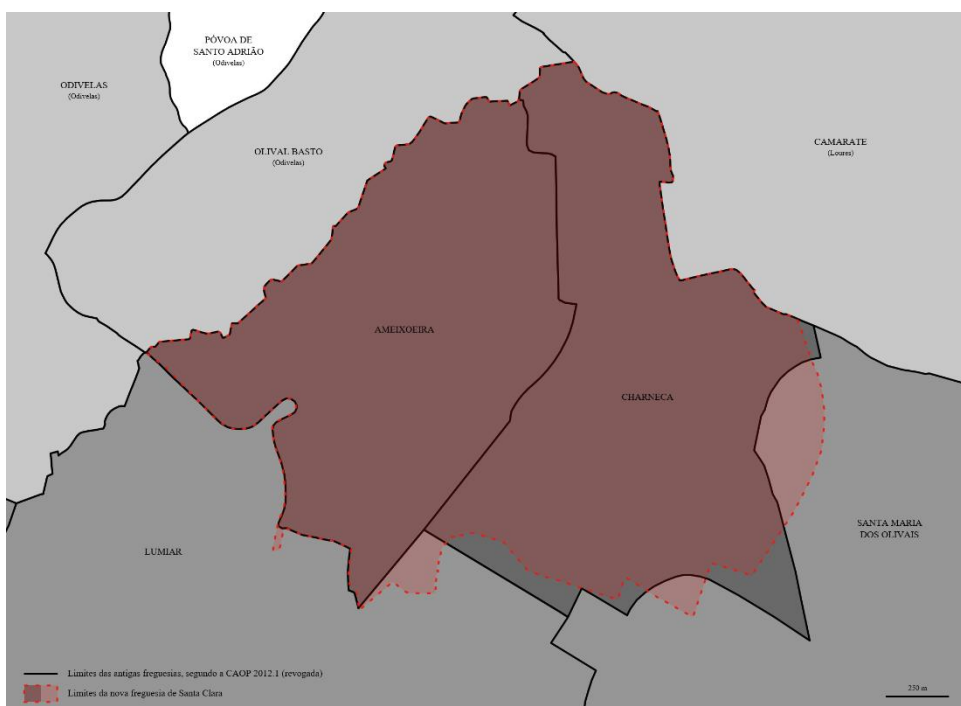
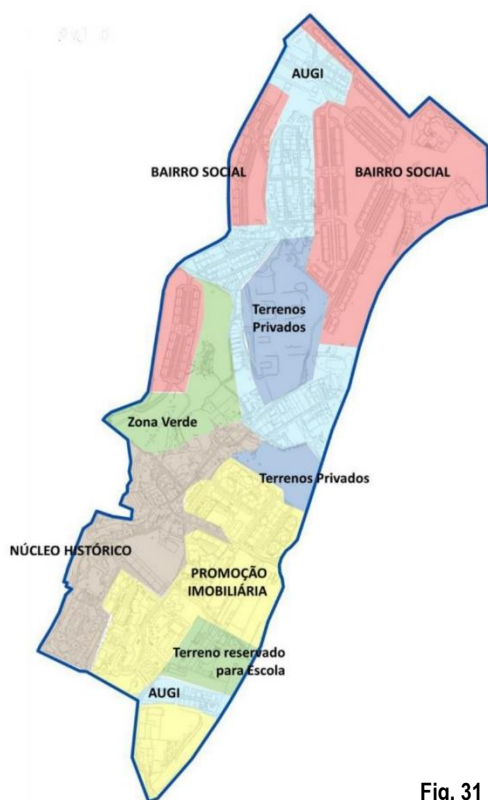


Fig. 30 - Limites da freguesia de Santa Clara
Fonte: Sítio da CML, 2016



Área urbana de gênese ilegal (AUGI)

Bairros sociais - engloba os bairros geridos pela GEBALIS bem como os que foram construídos no âmbito de programas de construção a custos controlados.

Núcleo histórico - engloba a zona composta pelos edifícios identificados como património, as antigas quintas e as zonas adjacentes que mantêm a estrutura das antigas azinhagas

Zona de Promoção Imobiliária - engloba edifícios de habitação em regime de venda ou arrendamento no âmbito do mercado imobiliário

Fig. 31 - Tipologias de ocupação da ARU
Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara

O bairro PER da Ameixoeira encontra-se inserido na Coroa Norte de Lisboa, ocupando uma posição central no tecido urbano da cidade e é constituído por um conjunto de infraestruturas viárias de importância crucial, não só a nível regional, mas também nacional, servindo de eixo viário entre o centro da cidade e os concelhos vizinhos.

Assim encontra-se delimitado a norte pela Circular Regional Interna de Lisboa (CRIL), a oeste pela Calçada de Carriche e a sul e este pela 2ª Circular. Grande parte desta área encontra-se também ocupada pelo Aeroporto da Portela, que para além de ser um equipamento de importância vital para a cidade, também contribuiu para a evolução destes tecidos urbanos. De facto, a área infraestrutural e logística do aeroporto é um elemento fragmentário desses tecidos pois divide-os em duas parcelas que ficaram subsequentemente isoladas e sem comunicação entre si. De igual modo, o Eixo Norte-Sul, apesar da sua importância vital como rede de articulação interna e externa, também acaba por funcionar como elemento de fragmentação pois divide a parte ocidental desta zona.

Este bairro situa-se numa zona de fronteira entre os concelhos de Lisboa - freguesias de Santa Clara, Lumiar e Santa Maria dos Olivais -, Loures - freguesias de Camarate e Prior Velho - e Odivelas - freguesia de Olival de Basto.



Fig. 32 - Delimitação viária do bairro
Fonte: Adaptação do Google Maps

A Ameixoeira conjuntamente com a Charneca e a freguesia do Lumiar integram, desde 1885, a chamada Alta de Lisboa, uma zona planáltica, cuja morfologia é marcada pelo Monte de São Gonçalo, o qual desliza até às

várzeas da Ameixoeira e do Lumiar e cuja localização elevada lhe concede uma vista privilegiada, ar puro e uma beleza paisagística ímpar.

Toda esta área, nos anos 90, foi objeto de uma importante reestruturação no âmbito do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, ou Plano da Alta de Lisboa (PUAL), designação pela qual também é conhecido. Este projeto, destinado a dinamizar e centralizar a cidade, redefiniu uma nova malha urbana, ao reestruturar os tecidos existentes a partir do prolongamento do principal eixo viário que permite a expansão da cidade para norte.



Fig. 33 - Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL)
Fonte: SGAL

Uma das áreas que resultou desarticulada do contexto citadino, por via dessa expansão urbana, foi precisamente a Ameixoeira. É constituída por núcleos que se desenvolveram a partir de um conjunto de pequenas quintas suportadas por uma rede viária constituída por caminhos estreitos, azinhagas e calçadas, incapaz de suportar o seu crescimento. Nesta zona, situada a norte do Lumiar, é notória a demarcação entre o tecido urbano consolidado e os núcleos dispersos que a caracterizam.

É uma área de grande complexidade e heterogeneidade, não só a nível físico, como político, social e económico. Caracterizada por uma morfologia que integra planaltos, vales, cumes e encostas, o tecido destes aglomerados urbanos encontra-se fragmentado, apresentando uma malha descontínua e sem relação entre si, característica da sua situação periférica onde a cidade consolidada colide com uma cidade dispersa, carente de suportes físicos e sociais que permitam a sua articulação.

O território é caracterizado pelo terreno acidentado e está localizado entre a escarpa natural que delimita o núcleo histórico da Ameixoeira e o bairro das Galinheiras.



Fig. 34a, 34b - Vista aérea sobre o território correspondente ao bairro e a sua envolvente
Fonte: Google Earth

A rede viária que serve o bairro PER da Ameixoeira teve origem na antiga rede composta por calçadas e azinhagas que permitiam acesso aos núcleos agrícolas e aos pequenos largos das localidades então existentes no território. Estas vias que asseguravam as principais ligações entre as diferentes zonas não têm, atualmente, capacidade para satisfazer as necessidades requeridas pela população residente nesta área.

Um dos exemplos que podemos apontar é o da Rua Direita da Ameixoeira, no núcleo histórico da localidade, que apenas possui uma única faixa de rodagem, de duplo sentido e em mau estado de conservação.



Fig. 35a, 35b - Rua Direita da Ameixoeira e Azinhaga das Galinheiras
Fonte: Autor

Esta liga a Ameixoeira e as Galinheiras pela Azinhaga das Galinheiras, assim como a Ameixoeira e a Rua Grafanil através da Azinhaga da Torrinha. Também a Azinhaga das Galinheiras, o acesso viário mais direto ao bairro, apresenta-se estreita, sem passeios e em mau estado de conservação.

Estas condições deficientes de mobilidade e acessibilidade contribuem ainda mais para o isolamento das populações mais fragilizadas como as crianças e os idosos. (Civitas 21, 2012, pp. 55-56). Torna-se, pois, essencial haver uma estrutura viária e espaços pedonais que assegurem a circulação de pessoas e bens entre estes dois núcleos populacionais – Ameixoeira e Galinheiras – como forma de preservar a continuidade dos tecidos urbanos.

O território onde o bairro PER da Ameixoeira se encontra inserido é, a nível viário, de importância crucial, dada a proximidade com o Aeroporto da Portela.

A estrutura rodoviária integra as principais ligações nacionais que partem de Lisboa tanto para o norte, como para o sul de Portugal - a autoestrada A1 para o norte, as pontes Vasco da Gama e 25 de abril para o sul, assim como outras ligações regionais como as autoestradas A5 para a linha de Cascais, A8 para oeste e IC19 para Sintra, para além das principais vias locais – a Segunda Circular, o Eixo Norte/Sul e a CRIL, o que faz dela o ponto central da mobilidade da capital.

A presença desta estrutura viária tem implicações negativas a nível de ligações internas do território que atravessa, pois divide-o em duas partes sem qualquer comunicação entre elas. A construção do Eixo Norte/Sul foi, no entanto, importante em termos de mobilidade, garantindo à Ameixoeira uma via rodoviária rápida que lhe permite aceder mais facilmente ao centro urbano da cidade, integrando este território, outrora altamente segregado, na área metropolitana de Lisboa.



Fig. 36 - Eixo Norte/Sul
Fonte: Wikipédia

Outro fator importante que ameniza os problemas de mobilidade da população foi a abertura, em 2004, da estação de metropolitano da Ameixoeira, que permite a acessibilidade dos seus residentes a todas as partes

da cidade, contribuindo para aumentar a centralidade do bairro e reduzir o espectro da exclusão social. No entanto, o percurso desta parcela do bairro (PER) à estação, que está situada no centro da Ameixoeira, é de aproximadamente 3,5 quilómetros, representando um obstáculo para a população mais idosa, que não sendo provida de transporte público se não o individual, se vê impossibilitada de chegar à estação pelos seus próprios meios.

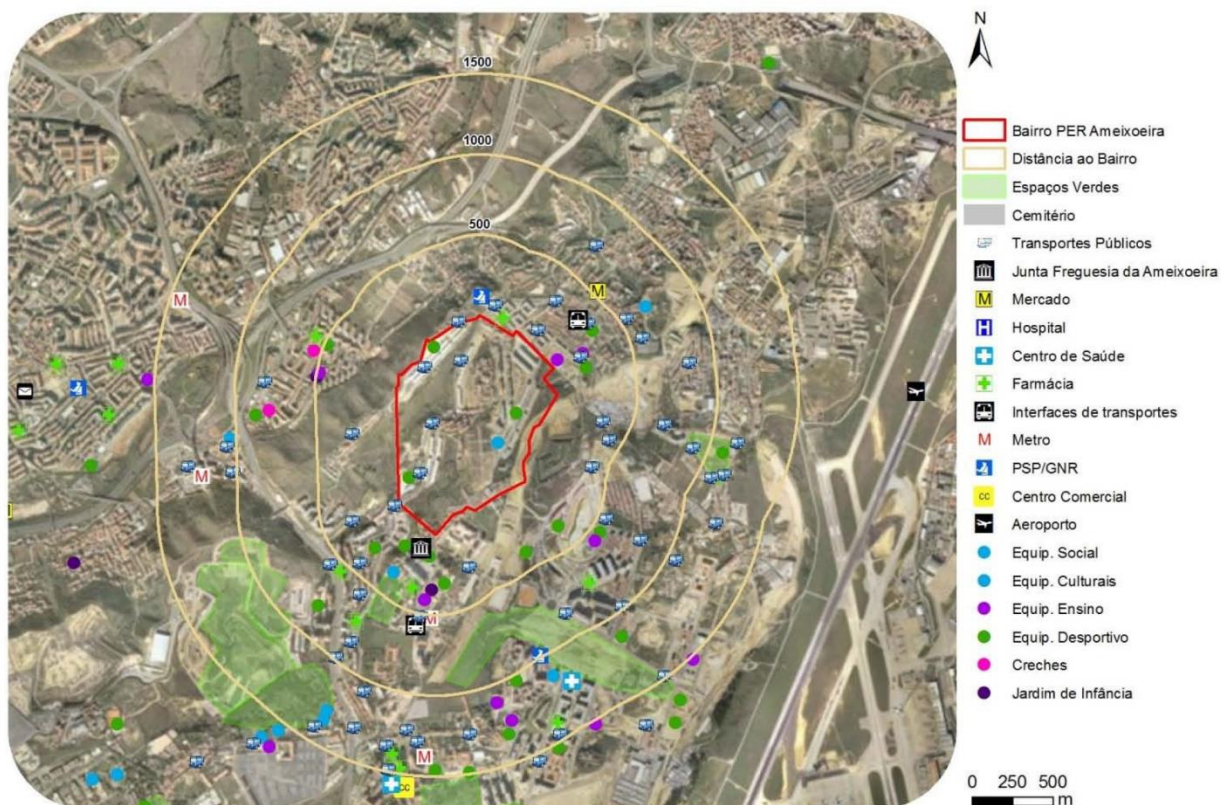


Fig. 37 - Mapa de proximidades das principais atividades ao bairro
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

As carreiras que circulam nesta zona servem apenas as ruas periféricas do bairro pelo que os moradores das zonas 4, 5, (ver Fig. 41) bem como do Empreendimento da Ameixoeira têm de se deslocar até às ruas Grafanil, Alto do Chapeleiro e Maluda.

No núcleo histórico, junto à Azinhaga da Cidade, encontra-se a estação de metropolitano da Ameixoeira que dá acesso à Linha Amarela, que por sua vez, estabelece a ligação entre o Rato e Odivelas. Assim, a fraca cobertura por parte da rede de transportes urbanos do bairro faz com que a população esteja dependente do transporte individual.



Fig. 38 - Azinhaga da Cidade,
Ameixoeira
Fonte: <http://mapio.net/o/2978995/>

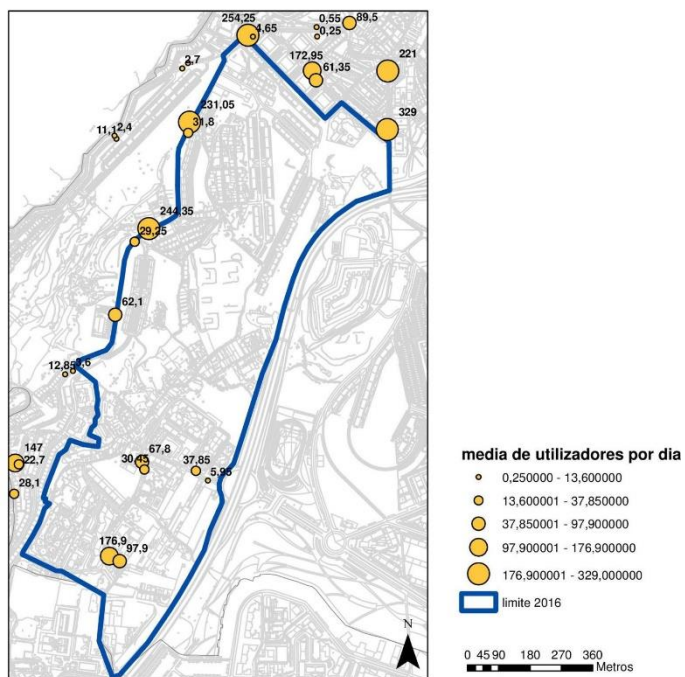


Fig. 39 - Paragens Carris da ARU de Santa Clara
 Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara

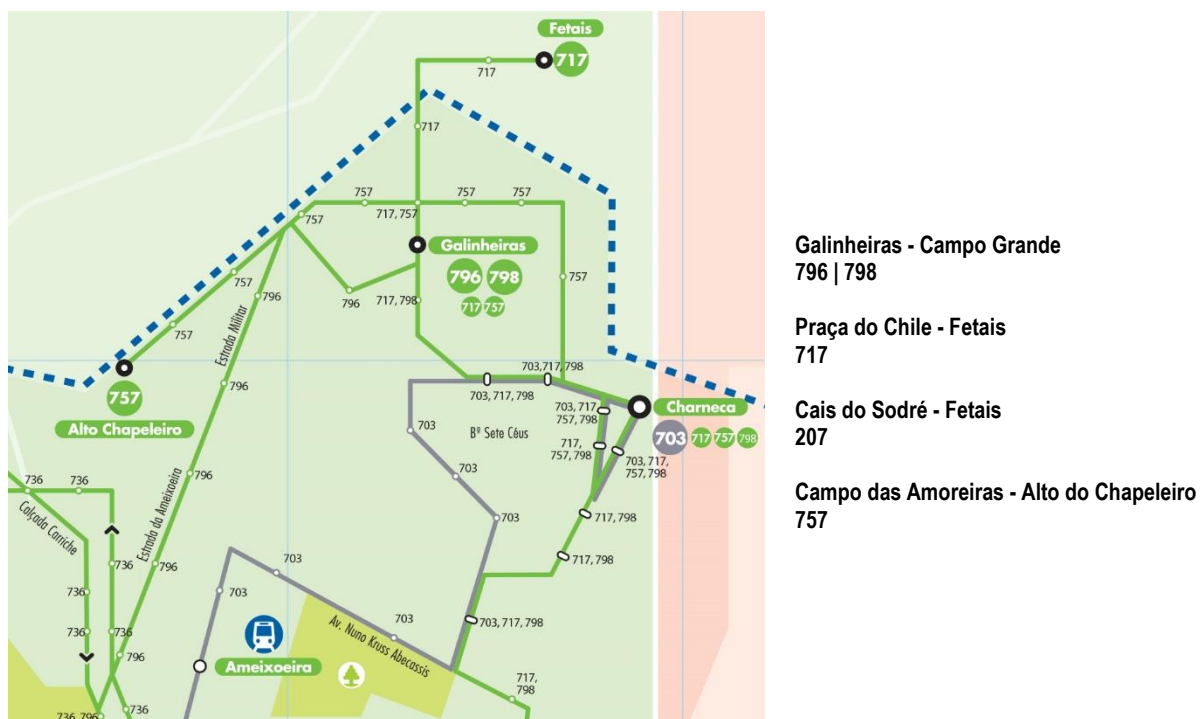


Fig. 40 - Extrato do mapa de rede de transportes de Lisboa da Carris
 Fonte: Carris

O bairro PER da Ameixoeira é composto por diversas zonas edificadas, onde os fogos se encontram distribuídos por edifícios de 3 a 6 pisos agrupados em banda e repartidos por zonas.

Em cada uma destas zonas, os edifícios encontram-se dispostos por blocos ao longo das vias rodoviárias que cruzam o território, apresentando uma malha urbana homogénea. Porém, esta homogeneidade deixa de existir no conjunto de todas as zonas.

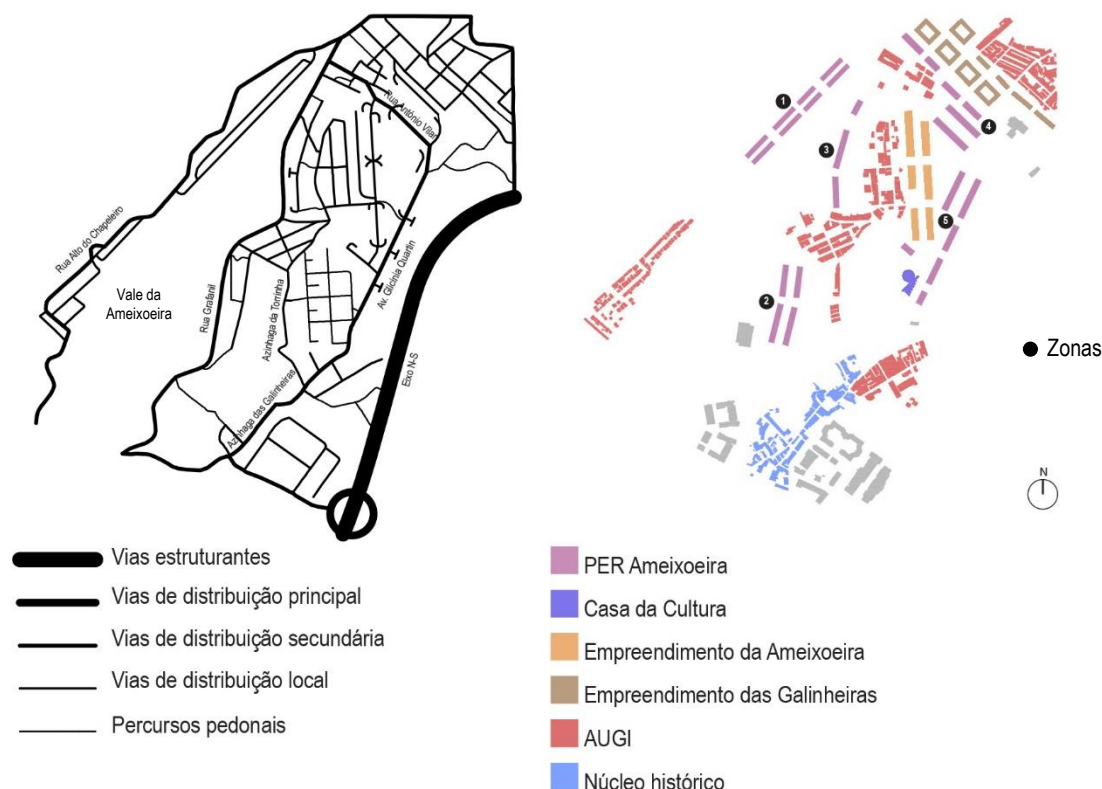


Fig. 41a, 41b - Plantas esquemáticas: vias e edificado (Esc. 1:20.000)
 Fonte: Autor, Google Maps, Centro Cartográfico da FAUL

Os fogos construídos destinam-se na sua quase totalidade a fins habitacionais, com exceção de alguns onde foi instalado o Centro de Desenvolvimento Comunitário da Ameixoeira e aqueles que se encontram ocupados pela Gebalis, EEM. Obedecem a diversas tipologias de habitação, pensadas para dar resposta às necessidades de áreas habitacionais úteis, resultantes da composição dos diferentes agregados familiares.

No plano inicial de construção estava previsto reservar os fogos do piso térreo dos edifícios para que neles fossem instaladas unidades comerciais. No entanto, devido a problemas relacionados com a segurança e gestão desses espaços, os mesmos acabaram por ser progressivamente encerrados e os poucos que existem pertencem à Casa da Misericórdia. Este clima de insegurança e criminalidade deve-se em grande parte aos contantes episódios de tiroteio que ocorrem no bairro, assim como às atividades ilícitas relacionadas com a venda de armas e drogas.

Além disso, o valor do arrendamento dos espaços é bastante elevado, assemelhando-se aos valores das unidades comerciais do Parque das Nações, conforme proferido por um trabalhador de uma associação do bairro, numa breve conversa informal.



Fig. 42a, 42b - Espaços comerciais encerrados
Fonte: Autor

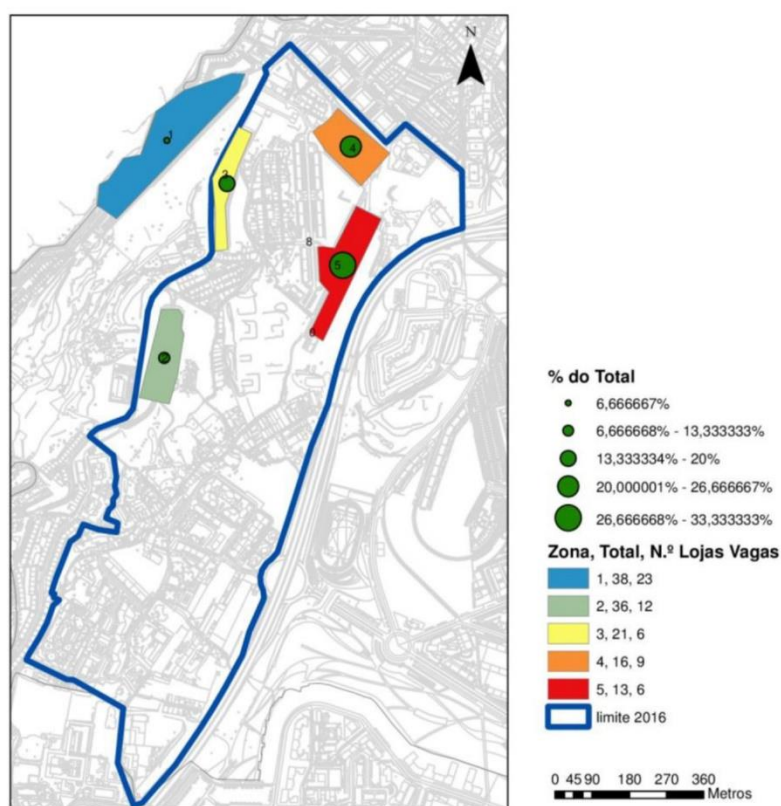


Fig. 43 - Lojas vagas do bairro
Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara

João Paciência, um dos arquitetos que projetou os blocos habitacionais do bairro, relata que, normalmente, estas operações eram feitas numa negociação muito direta entre a CML e algumas empresas de construção civil, que depois recorriam a gabinetes externos de projeto. Como foi o seu caso. Era facultado um programa de necessidades de habitação para a população mais carenciada que resultava de um levantamento, executado à priori, a partir do qual era determinado o número de pessoas que era necessário realojar numa zona específica, com uma certa configuração do agregado familiar. Desta informação nascia um programa de áreas e espaços que se traduziam em tipologias T1, T2 e T3.

As verbas disponíveis para serem aplicadas na construção eram escassas, o que representava um grande constrangimento. Neste sentido, era exigida uma grande contenção no custo da solução pelo que os gabinetes de arquitetura deveriam encontrar resposta a estas necessidades.

Em termos de materiais, para que a construção fosse barata, estes tinham de ser robustos e económicos. A pormenorização também não podia ser complexa e o desenho da arquitetura tinha de ser também muito pensado no sentido de não provocar custos desnecessários na construção. Paciência dá como exemplo o facto de as janelas não poderem ser muito grandes, os pavimentos normalmente eram cerâmicos, um material mais acessível e as paredes e tetos eram rebocados e pintados com tinta plástica. O ideal seria “ter quase um lego onde fosse possível fazer combinações”. Tudo tinha de ser reduzido à sua expressão mais simples a fim de não extravasar este quadro de contenção da solução e das verbas para construir, sempre sob a liderança das empresas de construção que tinham feito, prioristicamente, um contrato com a CML e que, de certa forma, eram quem decidia, em última análise, qual a solução a implementar.

Tal, teve como resultado a rápida deterioração das condições de habitabilidade dos fogos, que apresentam no geral um fraco estado de conservação, havendo mesmo situações em que a degradação evidente obrigou a que os mesmos ficassem devolutos.

Esse estado de degradação, resultante tanto da falta de manutenção como de atos intencionais de vandalismo, é sobretudo visível a nível das áreas comuns de alguns edifícios. Mesmo quando estas situações não se repercutem na totalidade do bairro, a existência desses focos de degradação do edificado, não só a nível das suas estruturas como dos equipamentos que as servem, como, por exemplo, os elevadores, tem uma repercussão negativa na qualidade de vida dos moradores, em especial na população mais idosa e naqueles que possuem mobilidade reduzida, contribuindo para o seu isolamento ao limitar o seu acesso ao exterior.

Este foi o retrato apresentado pelo presidente da Associação de Moradores da Ameixoeira, Moreira da Fonte, afirmando que o estado geral do edificado é francamente mau, com edifícios que foram intencionalmente danificados, não só a nível dos espaços comuns, como também dos equipamentos – elevadores e equipamentos de extinção de incêndios vandalizados – e inclusive dos próprios espaços privados.⁷



⁷ Segundo Moreira da Fonte a cultura e os hábitos dos indivíduos de etnia cigana, tradicionalmente nómadas e habituados a viver ao ar livre, não se coaduna com o estilo de vida de quem habita num apartamento. Os ciganos não gostam de portas, porque os fazem sentir presos. Por isso a porta da rua está habitualmente aberta e dentro das habitações as portas interiores são geralmente arrancadas. Além disso, habituaram-se a que lhe sejam facultadas novas habitações quando as suas se tornam inabitáveis, motivo pelo qual se dedicam a destruir intencionalmente os seus apartamentos (Cf. entrevista a Moreira da Fonte).



Fig. 44a, 44b, 44c, 44d - Mau estado de conservação de edifícios e zonas do espaço público
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Segundo João Paciência “a habitação social, apesar de todos estes constrangimentos, deveria traduzir-se em edifícios que não parecessem habitação social” ou seja, deveriam ter algum cuidado no desenho, ainda que muito simples, para que não fossem tendencialmente carimbados como “coisa pobre”, miserabilista.

Em relação ao espaço exterior, afirma que este acabava por ser sempre a última coisa a fazer, no entanto, verificava-se posteriormente a falta de verba para o efeito uma vez que representava um custo elevado de manutenção no tempo.

Os espaços vazios não foram alvo de proposta e vão continuar expectantes. São o retrato da nossa sociedade.
João Paciência

Com o desenvolvimento da cidade industrial e com o fenómeno da urbanização, as classes foram estratificadas. No centro ficavam as classes mais altas uma vez que tinham um maior poder de compra e o terreno era mais caro. As pessoas com menos recursos eram “empurradas” para a periferia, acabando por se formarem muitos guetos e problemas de exclusão social já que eram zonas mal equipadas, mal vigiadas e “não havia densidade urbana suficiente para que se criassem viscosidades e equilíbrios de convivência”.

A própria textura do tecido urbano ficou rarefeita porque os PER acabavam por ficar instalados em restos da cidade, zonas onde não seria honroso construir, normalmente nos cumes dos montes já que nos vales haveria a necessidade de construir socalcos, o que seria mais dispendioso.

O resultado final é um lençol rasgado com franjas onde são implantados edifícios para as pessoas viverem. Nunca pode dar bom resultado.

Tudo advém de um princípio de estratégia de planificação correta e isto tem a ver com o poder político, económico, social e com intenções de organizar a cidade de uma determinada maneira. No fundo a atividade da Arquitetura e do Planeamento está muito dependente destas estratégias de decisão política e económica que determinam o crescimento das cidades. Não resolvem problemas, são apenas ferramentas. A essência das coisas está a montante, na gestão política, económica e do desenvolvimento da organização da sociedade como um todo.

João Paciência

AS DESCONTINUIDADES DO TERRITÓRIO (DES)URBANIZADO E O FENÓMENO DA EXCLUSÃO SOCIAL NA COROA NORTE DA CIDADE DE LISBOA

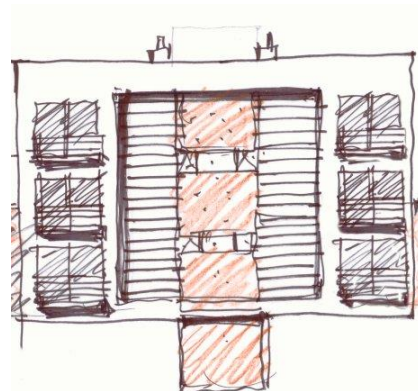
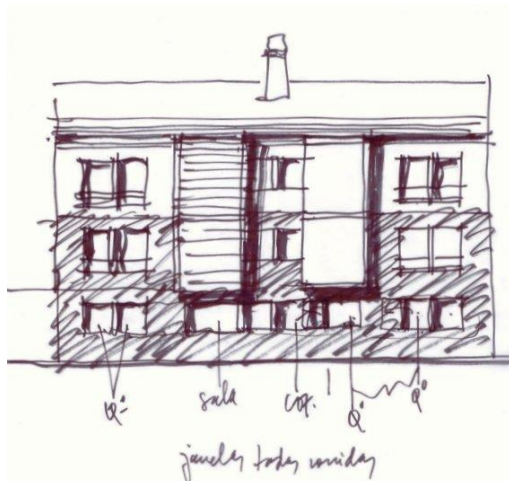


TIPOLOGIAS	T1	T2	T3	T4	Total Fogos
Zona 3	9	69	30	9	117
Zona 2A	24	120	53	14	211

ÁREAS POR ZONAS (3 e 2A)				
Zonas	Habituação	Altura média(Hab)	Comércio	Estacionamento
3	10.845,21 m ²	3,00 m	2.919,58 m ²	4.257,00 m ² (156 lugares)
2A	19.566,99 m ²	3,76 m	3.191,00 m ²	6.222,31 m ² (211 lugares)
TOTAL	30.412,20 m ²		6.110,58 m ²	10.479,31 m ² (367 lugares)

ÁREAS POR ZONAS (3 e 2A)						
Zonas	Tipo Contrato	Projecto Geral	Construção	Prazo de Construção		
		CML		HSE	CML	
3	PER / CDH	AO*	H*	Em curso	Set. 2001	Nov. 2001
2A	PER / CDH	AO*	Em análise	Em curso	Dez. 2001	Dez. 2001

AO = Aprovada
H = Homologada



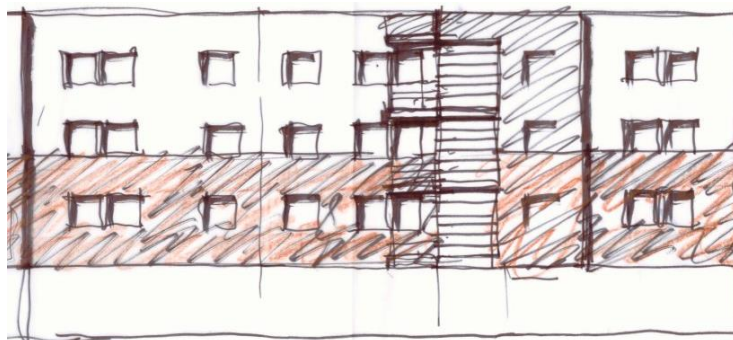


Fig. 45a, 45b, 45c, 45d, 45e, 45f, 45g, 45h, 45i - Fotografias, desenhos dos blocos habitacionais e tabelas das áreas por zonas
Fonte: Atelier João Paciência

Segundo Moreira da Fonte, quando se construiu o edificado relativo ao PER existia já o bairro das Galinheiras. Aí habitavam pessoas de etnia cigana há largos anos e estes estavam devidamente enquadrados no ambiente que os rodeava.

A construção que viria a ser iniciada destinava-se, portanto, ao realojamento desses moradores das Galinheiras bem como de outros bairros sociais das redondezas com o propósito de extinguir os bairros de lata.

Moreira da Fonte considera que o grande problema deste realojamento foi o facto de não se ter estudado e trabalhado, à priori, as questões da integração dos realojados, muitos deles de etnia cigana, que contemplam ideologias diferentes.

Outro grave problema consistiu no desagrado por parte dos mesmos face à mudança de habitação e, no fundo, de vida.

Considera que o realojamento foi também mal gerido no aspeto de terem sido colocadas pessoas idosas a morar em pisos acima do rés-do-chão, sem elevador. Tal aconteceu por não ter sido verificada esta situação numa fase inicial, tendo desencadeado a necessária e urgente reformulação, que por sua vez também representou um problema acrescido já que não foram levados em conta os prazos de construção para poderem reclamar.

O presidente da Associação de Moradores afirma que, quando vaga uma casa, é aberto concurso para a sua reatribuição, no entanto, esse processo é demorado e, nesse espaço de tempo, a casa é destruída. Quando esta é recuperada, é assaltada ou ocupada abusivamente. Os desacatos e as situações de violência são constantes.

Para agravar a situação, a polícia recusa-se muitas vezes a entrar no bairro para intervir nestes episódios de violência, temendo pela sua própria segurança. Porém, ainda que escasso para o número de ocorrências, existem dois tipos de policiamento de proximidade - normal/ esporádico e comunitário - onde dois agentes se encarregam de vigiar e reportar.

Dada à vulnerabilidade económica dos moradores, a Casa da Cultura Cigana - inicialmente pensada para acolher ações de animação, tal como festas, casamentos, batizados, na procura da inclusão social - foi

transformada em cantina comunitária. O objetivo seria fornecer refeições a preços reduzidos à população local mais carenciada.

A sua inauguração foi a 9 de setembro de 2013, resultado da candidatura ao programa BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa).⁸ O edifício estava desocupado desde 2006.



Fig. 46a, 46b, 46c - Casa da Cultura Cigana da Ameixoeira (Cantina Comunitária)
Fonte: Sítio da CML, 2016

⁸ «O Programa BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção prioritária de Lisboa é criado pela Câmara Municipal de Lisboa, no quadro do Programa Local de Habitação (PLH), como um instrumento de política pública municipal que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projectos levados a cabo por juntas de freguesia, associações locais, colectividades e organizações não governamentais, contribuindo para o reforço da coesão socio-territorial no município.» (CML, 2010)

4.1.2 Características sociais e demográficas

Segundo dados de 2011, o total de habitantes do bairro PER da Ameixoeira é de 5029 indivíduos, correspondendo a 42,39% do total de residentes da antiga freguesia da Ameixoeira (Civitas 21, 2012).

A área do bairro tem aproximadamente 92,5 hectares, resultando numa densidade populacional de 54 hab/ha.

Indicadores-Chave	Valor	Fonte
Área (ha)	92,5	-
População Residente (n.º)	5029	Censos, 2011
Densidade Populacional (hab./ha)	54	-
Famílias (n.º)	1783	Censos, 2011
Alojamentos Total (n.º)	2152	Censos, 2011
Edifícios (n.º)	341	Censos, 2011

Tab. 1 - Indicadores chave do bairro PER da Ameixoeira
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Assim, segundo os dados constantes do relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local), em dez anos este bairro registou um crescimento populacional de 205,34%, o que corresponde a um aumento de 3382 indivíduos, resultante do processo de realojamento que teve início em outubro de 2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento. A esmagadora maioria dos indivíduos realojados no bairro PER da Ameixoeira é proveniente de outros núcleos populacionais situados tanto nesta freguesia, como também na freguesia da Charneca, nomeadamente a Quinta do Louro, a Quinta da Pailepa e o bairro das Galinheiras (Civitas 21, 2012).

Área Territorial	População 2001	População 2011	Taxa de variação (%)
Concelho de Lisboa	564657	547733	-3,0
Freguesia da Ameixoeira	9644	11863	23,01
Bairro PER Ameixoeira	1647	5029	205,34

Tab. 2 - Evolução da população residente (Censos, 2001 e 2011)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Relativamente à população residente, à data de 2011, 51,4% pertenciam ao género feminino e 48,6% ao género masculino. Quanto à distribuição dos indivíduos por núcleos familiares, verificou-se que o número registado correspondia a 1783 famílias. Trata-se também de uma população jovem, com um índice de envelhecimento situado em cerca de 79 idosos por cada 100 jovens. Por outro lado

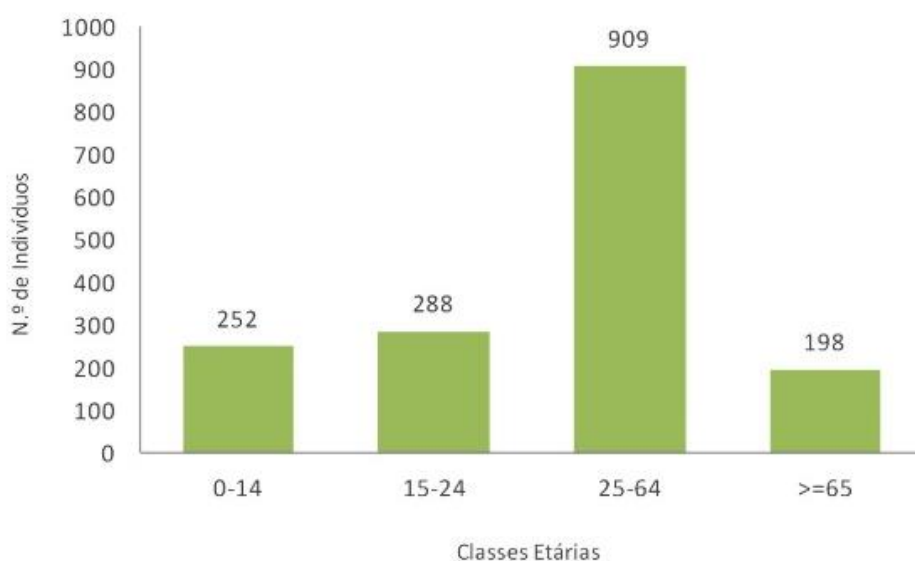
(...) o índice de Dependência de Idosos, que relaciona a população idosa e a população em idade ativa, é inferior ao Índice de Dependência de Jovens, que relaciona a população jovem e a população em idade ativa, correspondendo, respetivamente, a 16,54 e 21,05. Como consequência, em 2001, o Índice de Dependência Total, que relaciona a população considerada inativa ou dependente com a população considerada ativa, situou-se em 37,59 que é um valor inferior à média nacional (48,1) (Civitas 21, 2012, pp. 36-37).

Segundo o relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local), que cita a Parceria Local de Bairro, a população para além de ser jovem, é constituída por famílias com um número elevado de dependentes, o que acrescido ao seu baixo nível socioeconómico, aumenta também o seu grau de vulnerabilidade.

Índice de Envelhecimento	78,57
Índice de Dependência dos Jovens	21,05
Índice de Dependência dos Idosos	16,54
Índice de Dependência Total	37,59

Tab. 3 - Índices de Envelhecimento e Dependências no bairro PER da Ameixoeira (Censos, 2001)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

De igual modo, relativamente aos dados dos Censos de 2001, verifica-se que dos 1647 indivíduos residentes no bairro PER da Ameixoeira a essa data [2001], havia uma maior incidência da população ativa dos 25 aos 64 anos, representando 909 indivíduos, a que se seguia a população jovem, situada na faixa etária dos 15 aos 24 anos, com 288 residentes. Quanto aos restantes indivíduos, 252 tinham menos de 15 anos e a população de idosos (> 65 anos) compreendia 198 residentes (Civitas 21, 2012).



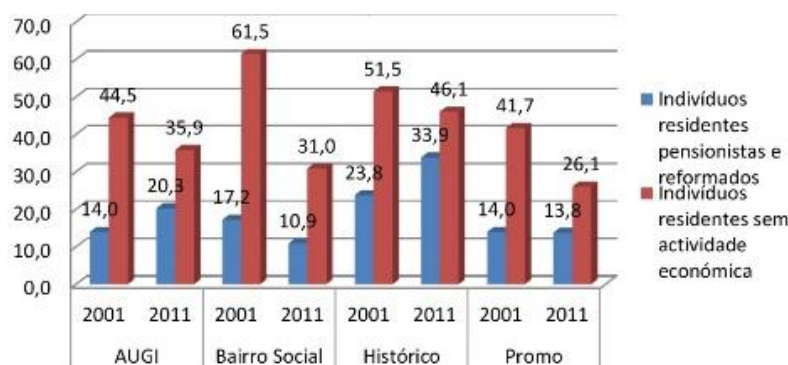
Gráf. 1 - População residente no bairro PER da Ameixoeira segundo grupos etários (Censos, 2001)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

O nível escolar dos habitantes é bastante baixo, como se pode verificar através da análise das suas habilitações literárias. Existe uma elevada percentagem (31,9%) de residentes que só possuem o 1.º ciclo do ensino básico, e inclusive uma percentagem significativa da população (15,3%) é analfabeta. Por outro lado, a percentagem dos residentes detentores de cursos superiores é apenas de 3,2% da população, por oposição aos 66,3% dos indivíduos que detinham a escolaridade mínima obrigatória em 2001, o que reflete os acentuados níveis de abandono escolar conducentes à precoce inserção no mercado de trabalho. De igual modo, neste bairro regista-se um número elevado de desempregados, ou indivíduos sem qualquer tipo de atividade profissional, em resultado dos baixos níveis de escolaridade da população, o que dificulta o acesso ao emprego qualificado (Civitas 21, 2012).

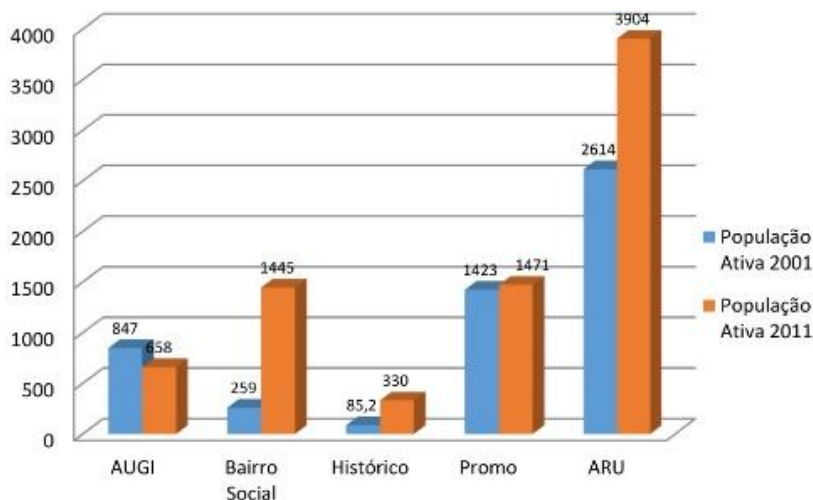


Gráf. 2 - Habilitações literárias da população residente no bairro PER da Ameixoeira (Censos, 2001)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

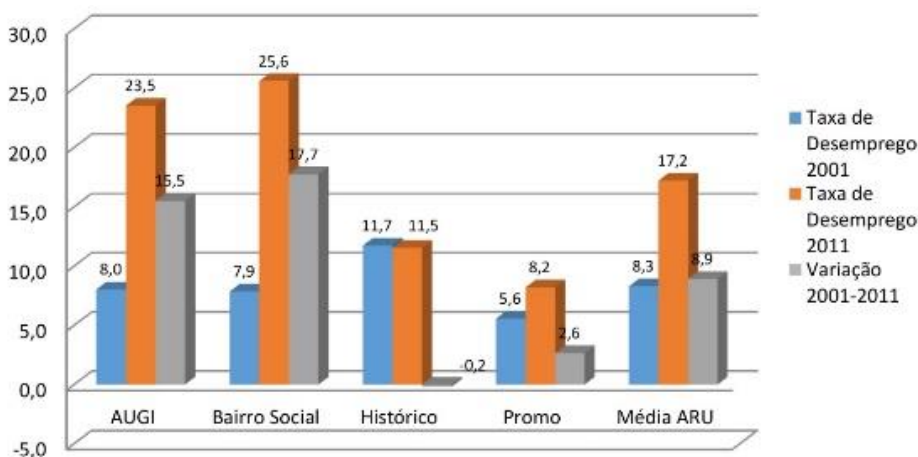
Este baixo nível das habilitações literárias dos habitantes do bairro, devido ao abandono escolar precoce, aliado às reduzidas competências pessoais, sociais e profissionais influencia, naturalmente, o que se segue, ou seja, a elevada taxa de desemprego e a dependência de subsídios e outros tipos de apoios sociais que gera a vulnerabilidade desta população.



Gráf. 3 - Residentes sem atividade económica e reformados 2001-2011 por zonas
Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara



Gráf. 4 - Comparação da população ativa da ARU em 2001 e 2011 por zonas
Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara



Gráf. 5 - Comparação das taxas de desemprego na ARU e zonas delimitadas em 2001-2011
Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara

Relativamente à heterogeneidade cultural, curiosamente, aquilo que é apontado pelo relatório elaborado no âmbito do Plano de Ação 21 e Estrutura de Monitorização da Agenda 21 de Lisboa, como sendo um dos pontos fortes deste bairro, ou seja, a mistura de diferentes etnias, assim como o peso significativo da população jovem (Civitas 21, 2012, p. 53) é precisamente o que causa mais problemas e que obsta à integração social dos seus habitantes.

Segundo Moreira da Fonte, a convivência quase forçada de grupos antagónicos de etnia cigana tem provocado episódios contínuos de conflitos e violência entre as diferentes famílias, contribuindo para o crescimento do sentimento de insegurança dos moradores do bairro.⁹

⁹ Existem abaixo-assinados dos próprios ciganos contra os ciganos do Vale do Forno, o grupo mais problemático deste bairro (Cf. entrevista a Moreira da Fonte).

Este relatório aponta também para a fraca participação dos moradores em iniciativas comunitárias. Conforme Moreira da Fonte, apesar da dinâmica que a Associação de Moradores deste bairro tem imprimido às ações que tem levado a cabo para tentar melhorar a qualidade de vida no bairro, todas essas iniciativas comunitárias têm esbarrado com a falta de civismo dos moradores que se apressam a danificar o que foi melhorado. Porém, o presidente desta associação acredita que a mudança pode acontecer a partir da sensibilização das crianças com recurso a campanhas e programas simples, mas eficazes, como torná-las “guardiãs” de uma lâmpada a fim de, com estes pequenos gestos, promover a conservação do bairro.

As escavações que aconteceram entre os dias 18 a 21 de julho de 2016, num afloramento (porção de rocha do solo posta a descoberto) na Ameixoeira, onde terão sido encontrados fósseis de um mamífero marinho que ali viveu há vários milhões de anos já que aquele local terá sido outrora uma praia tropical, contaram com a ajuda de mais de 100 crianças e jovens das escolas do bairro.

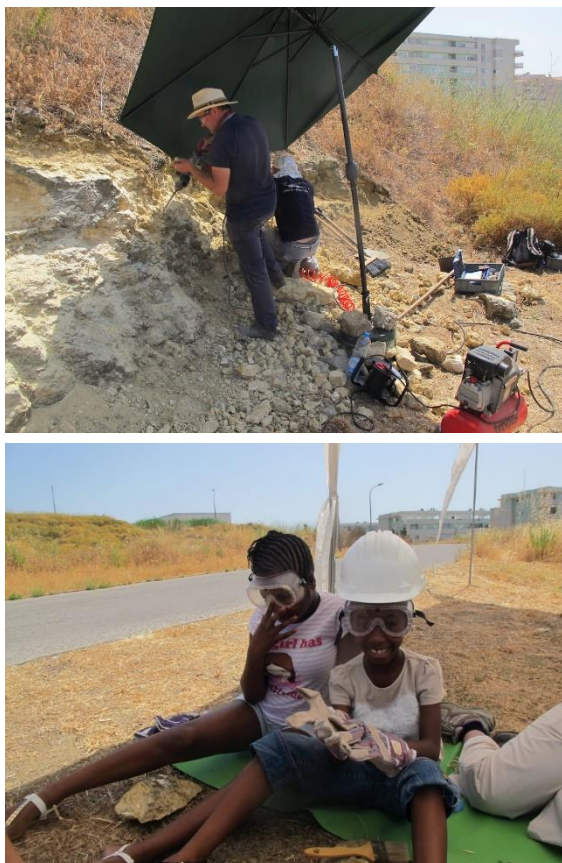


Fig. 47a, 47b - As crianças das escolas da Ameixoeira ajudam nos trabalhos

Fonte: <http://www.wilder.pt/historias/encontrados-em-lisboa-fosseis-de-mamifero-marinho-com-milhoes-de-anos/>

Segundo foi possível constatar pessoalmente, a pobreza é uma realidade presente neste bairro, fenómeno que tende a agravar-se face à atual situação económica que o país atravessa. Como referido acima, o baixo nível de competências pessoais, sociais e profissionais, resultante da baixa escolaridade da população faz com que uma percentagem significativa da mesma tenha empregos precários e pouco qualificados ou se encontre

desempregada. Por outro lado, por parte de alguns residentes, regista-se também a acumulação de empregos, devido à necessidade de aumentar os rendimentos para poder fazer face às despesas dos seus agregados familiares. O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) e de outros tipos de subsídios ou apoios sociais é também elevado.

Perante este panorama de precariedade laboral e fragilidade social, não surpreende, pois, que neste bairro proliferem diversas atividades ilícitas, nomeadamente o tráfico de droga, os assaltos ou até o tráfico de armas, potenciados pela ausência de policiamento adequado, o que contribui para que este seja um bairro especialmente problemático em termos de segurança.

As características específicas do espaço edificado do bairro, com edifícios dispersos e sem zonas de lazer e espaços públicos qualificados, que promovam uma interligação entre eles, não são suscetíveis, porém, de fomentar o convívio entre os residentes das diferentes zonas.

Assim, as relações sociais desenvolvem-se em função da proximidade e a etnia que habita em cada uma das zonas. De referir que o facto da população do bairro ser constituída por comunidades de etnias diferentes que tradicionalmente se incompatibilizam e dificilmente desenvolvem relações de vizinhança entre elas, também não ajuda a que se desenvolvam processos de pertença e de identidade local, potenciando o grau de isolamento dentro do próprio bairro.



Fig. 48a, 48b, 48c, 48d - Convívio entre moradores vizinhos na sua zona de residência e no mercado, ao domingo
Fonte: Autor

4.1.3 Desenho e espaço público

O bairro possui ruas motorizadas com lugares de estacionamento demarcados para evitar os estacionamento abusivos e assegurar que a circulação rodoviária e pedonal se processe em segurança, possuindo também iluminação pública. Contudo, estas são apenas ruas de passagem pois não possuem qualquer tipo de espaço de lazer comum, que promova a socialização dos residentes. Nota-se também a ausência de cuidados de conservação desses mesmos arruamentos que se encontram degradados em alguns locais.



Fig. 49a, 49b, 49c, 49d, 49e, 49f - Aspeto das ruas e parques infantis do bairro
Fonte: Autor

Apesar de existirem alguns parques infantis e pequenos espaços verdes de convívio nas áreas que delimitam as zonas residenciais (Fig. 49), nos espaços intersticiais entre os edifícios existem terrenos baldios, espaços desocupados, por vezes expectantes sem qualquer tipo de aproveitamento que conferem descontinuidade à malha urbana, como se pode verificar nas seguintes imagens.

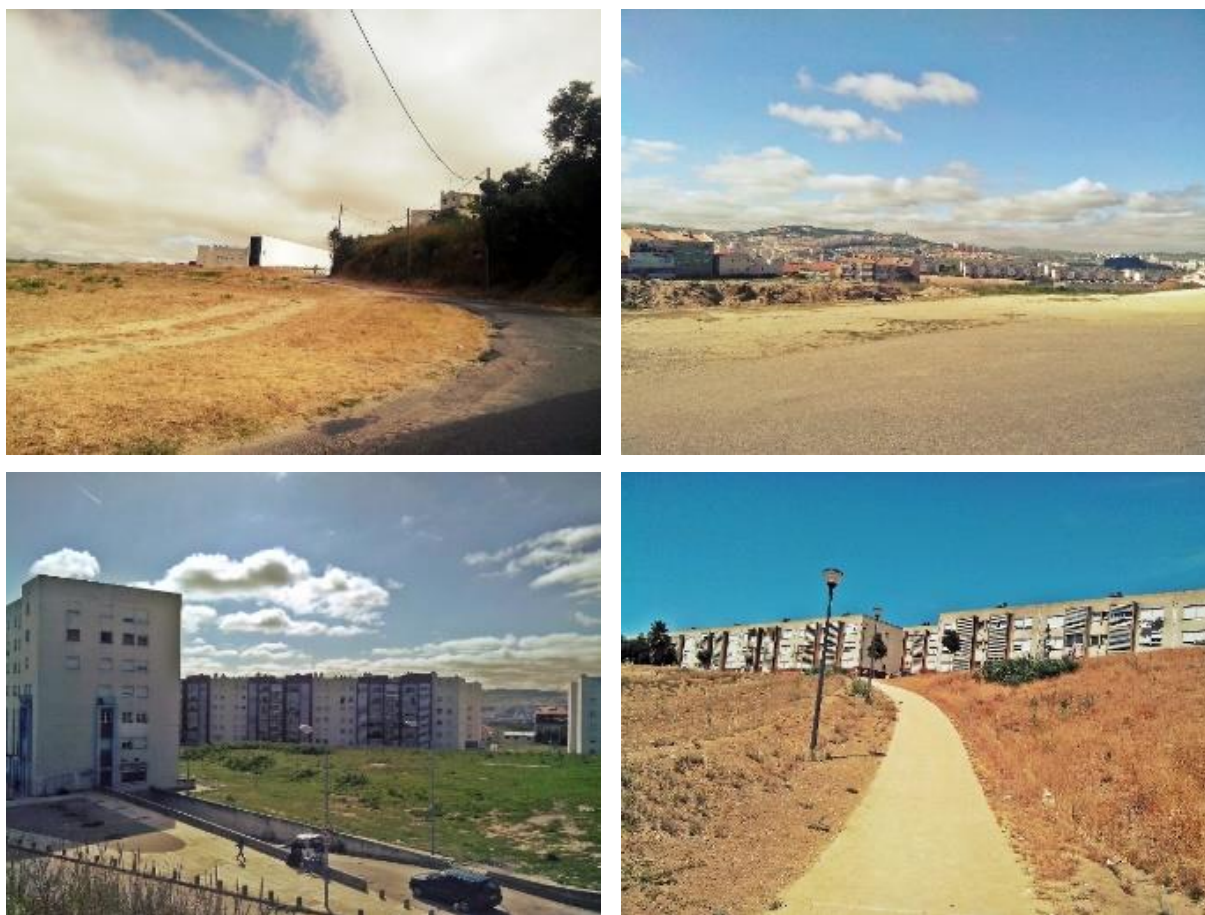


Fig. 50a, 50b, 50c, 50d - Espaço público desqualificado
Fonte: Autor

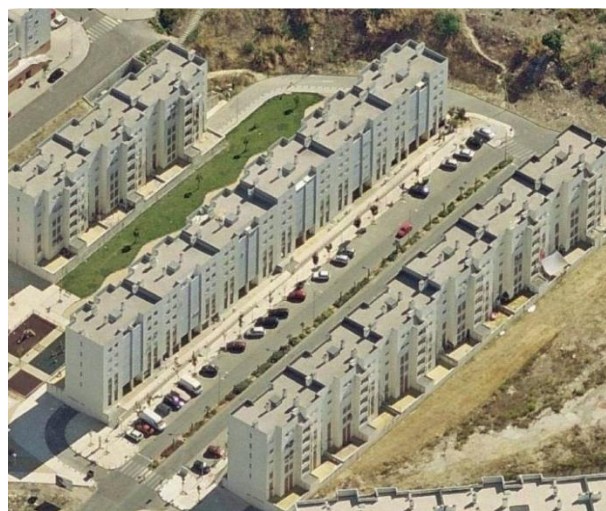


Fig. 51 - Contraste da qualidade do espaço público no interior das zonas habitacionais e nas suas periferias
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)



Fig. 52 - Espaços urbanos expectantes do bairro
Fonte: Adaptação do Google Maps

A ausência de espaços públicos qualificados que possam interligar os tecidos edificados conduz ao seu isolamento e gera graves problemas sociais.

Também a falta de higiene e de limpeza dos espaços públicos do bairro é notória, percebendo-se um progressivo desleixo e falta de zelo por parte dos serviços camarários. Tal, resulta na acumulação de resíduos urbanos no espaço público. Esta imagem de degradação e sujidade contribui ainda mais para a falta de qualificação ambiental e estética do bairro.



Fig. 53a, 53b - Deposição indevida de resíduos urbanos
Fonte: Autor

Segundo Moreira da Fonte, os espaços onde era suposto criar infraestruturas de lazer e espaços verdes não foram usados e ficaram ao abandono. Já foram feitos vários projetos a fim de sensibilizar a população, mas esses espaços expectantes, que viriam a ser espaços verdes, continuam a ser um amontoado de lixo.

A Associação de Moradores está recentemente a elaborar uma proposta para planear um espaço verde, recorrendo ao uso de uma máquina para retirar o lixo e aplanar o terreno nas áreas de declive acentuado compreendidas entre os blocos habitacionais que apresentam potencial para constituírem espaços qualificados. O bairro tem também problemas com as águas pluviais do Eixo Norte-Sul, que alcançam as traseiras dos blocos habitacionais junto ao mesmo e afetam as infraestruturas ao nível das garagens, não podendo, por isso, ser ocupadas.

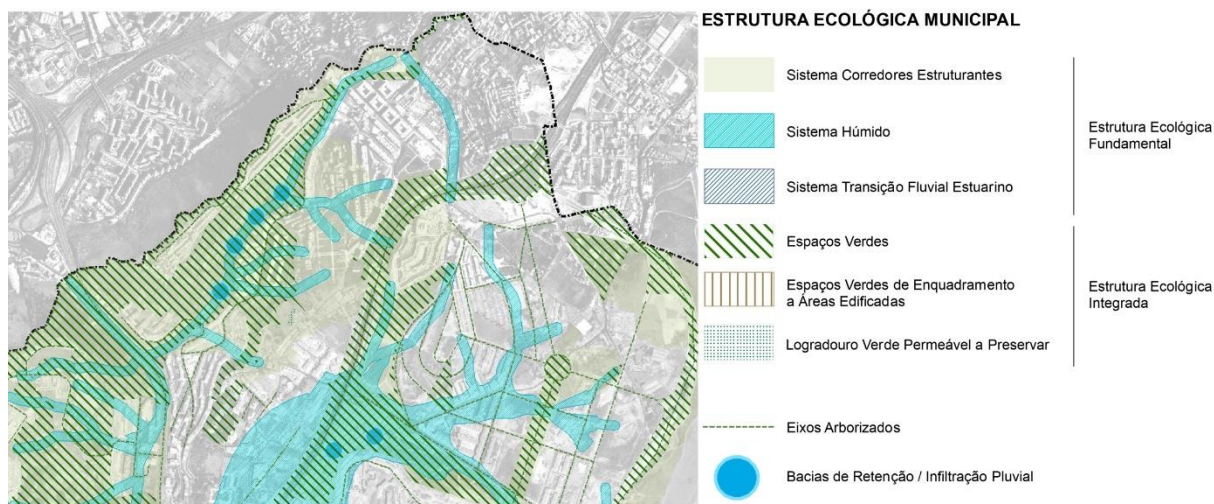


Fig. 54 - Extrato da Estrutura Ecológica Municipal
Fonte: Plano Diretor Municipal de Lisboa (2012)

Foram feitas várias comunicações à Câmara Municipal de Lisboa bem como à Junta de Freguesia, mas nenhuma destas entidades assume a responsabilidade pela resolução do problema.

A CML sugeriu fazer parqueamentos, porém exigia mais dinheiro pelos mesmos do que pela renda das casas, o que se tornaria insustentável. A zona das garagens apresenta-se danificada, as bocas-de-incêndio foram destruídas e neste momento o espaço serve para tudo menos para o fim a que destinava, sendo lá que, abusivamente, se criam animais, como por exemplo, cavalos e porcos.

Percebe-se, assim, alguma dificuldade do bairro em conseguir um maior apoio por parte dos órgãos políticos.

Face a tudo isto, a Câmara Municipal de Lisboa, mais concretamente a Direção Municipal de Urbanismo, realizou um relatório diagnóstico relativamente a uma área previamente delimitada (ARU de Santa Clara) que abrange o bairro PER da Ameixoeira. Neste relatório foi elaborado um estudo com o objetivo de identificar os pontos fracos da área e traçar algumas estratégias de intervenção.

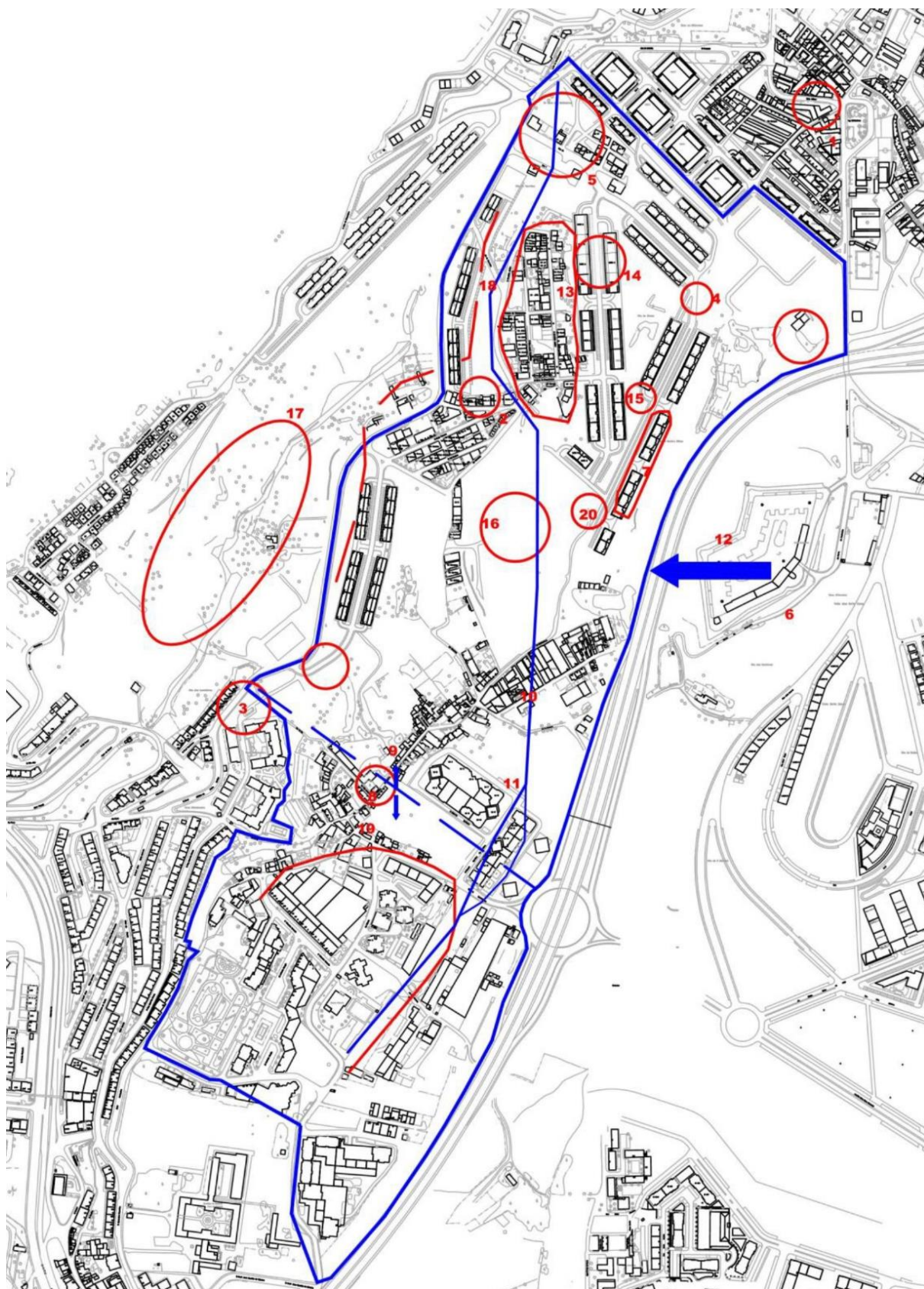
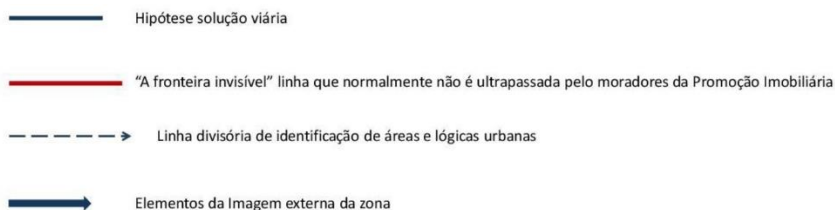


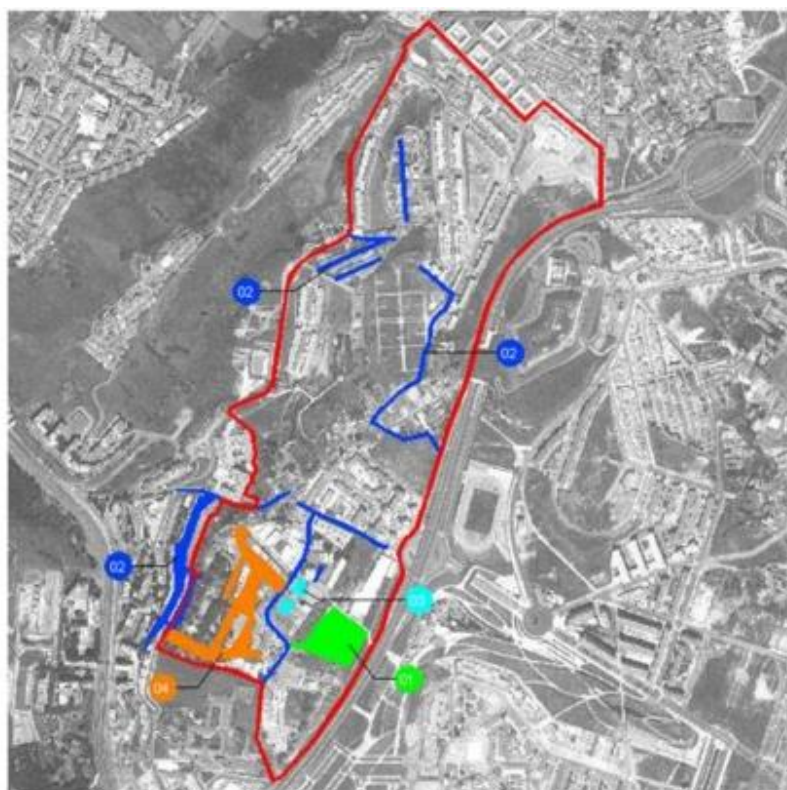
Fig. 55 - Mapa de registo georreferenciado de situações resultante das sessões *Focus Groups*
Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara



1. Zona de tráfico e consumo de droga. Zona de conflito, violência e criminalidade com foco bar local e zona labiríntica pátios permite zona de fuga à polícia;
2. Ruas sem saída: Ruas Varela Silva e Fernanda Alves;
3. Rua sem saída;
4. Barreiras arquitectónicas; os residentes fizeram a demolição dos muros de suporte para ter melhor acessibilidade para uma pessoa em cadeira de rodas; Entretanto os utentes SCML identificaram cerca de 90 barreiras arquitectónicas à mobilidade; Zona onde ninguém vai e zona de conflito;
5. Obras ilegais em lojas municipais que servem com o igreja e que implicaram risco para a estrutura do prédio; além disto houve referência constante às alterações perigosas da habitação social e sobretudo as puxadas ilegais sobretudo água, luz e inclusive gás (muito perigoso);
6. Localização da nova Esquadra próximo da feira das Galinheiras;
7. Separador central da Av. Glicínia Quartim impede inversão de marcha rápida e já houve pessoas com carros assaltados e vandalizados;
8. Zona inacessível com o exterior e com dificuldade de circulação no interior;
9. Acesso pedonal necessário curto prazo;
10. Percepção/imagem das zonas: Clandestino e Histórico. Falta de ligação entre a duas zonas;
11. Futura via para aumento de acessibilidade;
12. Toda a zona não vem representada em alguns mapas e por GPS só existe identificada a estrada da circunvalação;
13. Torrinhã: fraca qualidade da habitação e conservação zero;
14. Lojas vazias e vandalizadas;
15. Ringue/Campo de Futebol: ruído nocturno, insegurança e vandalismo;
16. Falta de espaços públicos de encontro para as comunidades;
17. Faltam infra-estruturas e iluminação no Vale da Ameixoeira;
18. Autocarros da carreira 796 não circulam depois das 20h; Muita gente não paga bilhete nos transportes públicos; Falta de estacionamento seguro e ordenado;
19. A fronteira invisível entre zonas local a partir do qual os moradores da zona de promoção privada não passam "também porque não precisam";
20. Equipamento de difícil gestão em processo de reestruturação e redefinição de funções e valências.



Fig. 56a, 56b, 56c, 56d, 56e, 56f, 56g, 56h, 56i - Pesquisa *Focus Group*
 Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara



- DELIMITAÇÃO ARU
- 01 PARQUE DISSUASOR
- 02 PLANO PAVIMENTAR LISBOA
- 03 EQUIPAMENTOS ESCOLARES
- 04 INTERVENÇÃO "UMA PRAÇA EM CADA BAIRRO"

PROPOSTA PARA LISBOA 2015-2020



Síntese Propostas (Imagem/Edificado/Espaço Público/Políticas Sociais/Gestão Municipal)
Imagem urbana: desenho e gestão urbano, perceção do exterior, etc. Sob o signo da insegurança – Incidência do tema ao longo da conversa As fronteiras invisíveis – georreferenciação (Vide Anexo) Círculo vicioso da exclusão: insegurança cria isolamento e marginalização do território, Isolamento cria insegurança e marginalidade e falta de circulação interna à zona o que cria atomização espacial e social Quebrar o isolamento e melhorar a comunicação da imagem para o exterior
Edificado: ocupação, uso, qualidade, valorização, manutenção etc. Triângulo Estratégico: ordenar, requalificar e reabilitar Desenvolver novas estratégias para gestão da habitação social e das lojas municipais
Espaço Público: barreiras, mobiliário, uso, sinalética, leitura, etc. Triângulo Estratégico: ordenar, requalificar e reabilitar Mobilidade e inter-conetividade interna Espaço público é preciso, já Uma zona à procura de um centro Resgatar a memória das quintas e do campo "Emendar" erros desenho urbano e barreiras – georreferenciado Vide anexo Aumentar acessibilidade e mobilidade pedonal segura
Políticas Sociais: habitação, educação, coesão social inclusão, saúde, segurança, etc. Equipamentos âncora em falta: centro de saúde, esquadra, metro Atividade económica e emprego precisa-se Promover coesão social e a comunicação e colaboração entre grupos e culturas Promover inclusão, participação e o trabalho em parceria Intensificar projetos de promoção competências e empowerment
Gestão Municipal: limpeza urbana e manutenção espaço público, habitação; espaços verdes, equipamentos coletivos, iluminação, sinalética, Estratégia para a governação e gestão autárquica: proximidade, continuidade, responsabilidade Concluir os projetos em curso: Vale da Ameixoeira, Pavimentar; Uma Praça em cada Bairro; Recuperação de 3 Lotes pela Gebalis, Novas Vias

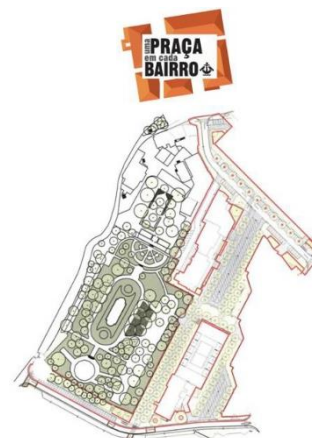


Fig. 57a, 57b, 57c, 57d - Pesquisa Focus Group
Fonte: Relatório diagnóstico da ARU de Santa Clara

4.2 Bairro Padre Cruz



4.2.1 Gênese e evolução

Os primeiros documentos que registam a ocupação desta zona remontam ao século XII e dão conta de uma zona rural, constituída por quintas pertencentes às classes mais privilegiadas, ou seja, à nobreza e ao clero, nomeadamente a algumas ordens religiosas.

O desenvolvimento urbano desta área terá apenas ocorrido já nos finais do século XIX, altura em que registou um crescimento considerável, com a edificação de alguns palácios para residência da aristocracia, assim como de diversos conventos e igrejas. Por essa altura também se estabeleceram algumas indústrias na zona, o que levou à construção de habitação destinada a albergar os operários que laboravam nessas fábricas, assim como as suas famílias.

A população residente sofreu um considerável aumento demográfico na década de 60, fruto do êxodo rural que demandou a cidade em busca de trabalho nos grandes empreendimentos então promovidos pelo Estado Novo.

O acentuado fluxo populacional não encontrou resposta no parque habitacional de Lisboa, incapaz de prover habitação condigna para albergar tantas famílias. O resultado foi a proliferação de bairros clandestinos constituídos por barracas precárias, sem condições de salubridade, um pouco por toda a periferia da cidade. Havia também a necessidade de realojar os habitantes provenientes das zonas abrangidas por operações urbanísticas como a construção da Cidade Universitária e a Ponte 25 de abril, assim como funcionários municipais. A soma de todos esses fatores esteve na gênese da origem do bairro Padre Cruz, uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1959 e 1962.

Criado de raiz para albergar as populações provenientes de bairros precários de vários pontos da cidade, registou ao longo dos anos, diversas transformações, operadas para solucionar os problemas estratégicos associados ao crescimento e gestão da cidade de Lisboa, pelo que a sua história é também a história da cidade, e até mesmo, do país.



Fig. 59a, 59b - Cartografia atual e antiga (sobreposição do edificado sobre planta de 1911 - Silva Pinto)

Fonte: Google Maps, Centro Cartográfico da FAUL

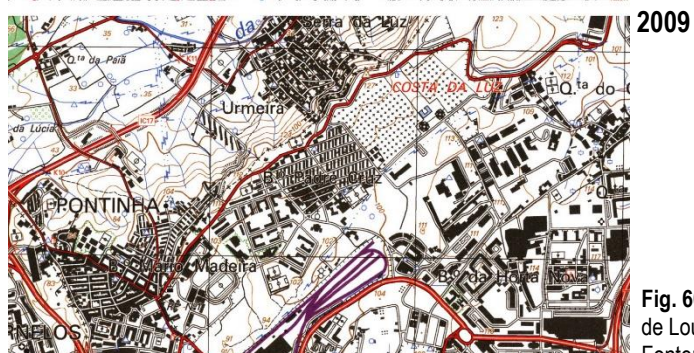
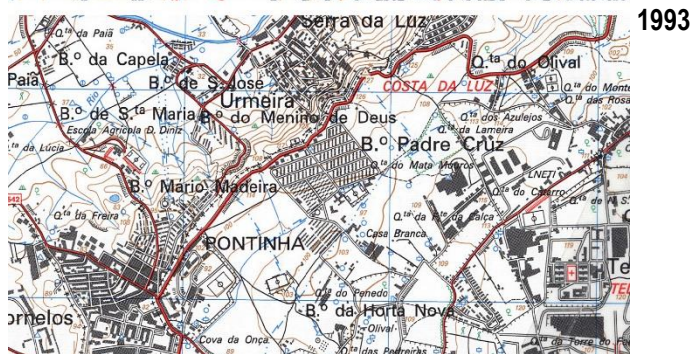
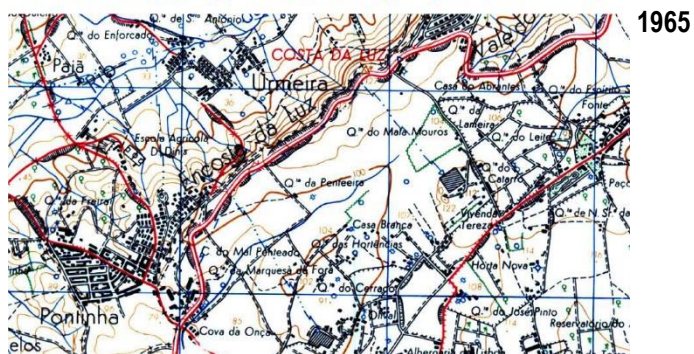
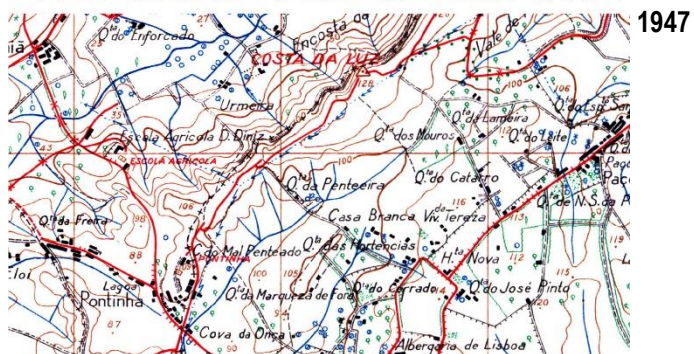
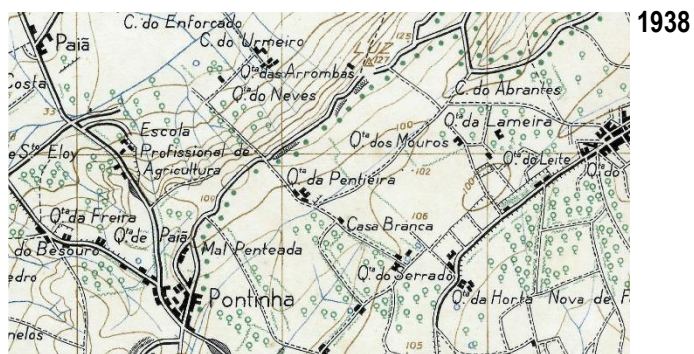


Fig. 60a, 60b, 60c, 60d, 60e - Extrato das Cartas Militares de Loures (1938-2009)
Fonte: Centro Cartográfico da FAUL

Situado no Alto da Penteeira, na freguesia de Carnide, no limite ocidental do concelho de Lisboa, o território onde está localizado o bairro Padre Cruz, encontrava-se ocupado anteriormente por quintas, entre as quais uma antiga quinta de grandes dimensões, denominada de Quinta da Penteeira, cuja denominação se encontra relacionada com a atividade económica do seu proprietário, ou seja, o fabrico de pentes.

Atualmente o bairro ainda se encontra rodeado de quintas antigas que têm sido gradualmente urbanizadas à medida que a cidade se vai estendendo.

A localização geográfica dos conjuntos residenciais tende a ter menos importância em termos de avaliação de qualidade de vida do que propriamente a questão da acessibilidade. É possível ter um estilo de vida urbano e de qualidade numa localização periférica desde que os seus moradores tenham de igual modo acesso a um conjunto de funções e serviços que lhes permita uma vivência social nos seus bairros e que estes não sirvam apenas de dormitórios. No entanto, é fundamental que estejam também servidos de acessos que permitam a mobilidade dos residentes, seja através de vias rodoviárias rápidas, seja por transportes públicos.

À data da sua construção, a rede viária que permitia aceder a este território era essencialmente constituída por azinhagas e caminhos de terra batida. Atualmente a realidade é diferente.

Apesar de se encontrar afastado do centro urbano da cidade, o bairro Padre Cruz está bem servido de acessos, sejam rodoviários seja de transportes públicos, o que faz com que a sua situação periférica não seja tão penalizadora para os seus habitantes. Ainda assim, vêem-se confrontados com os custos que essas deslocações implicam, não só a nível económico, como em termos de tempo gasto, em particular nas horas de maior tráfego, que saturam as vias rodoviárias.

O bairro beneficia de uma integração privilegiada na rede viária local que oferece uma quantidade de opções. A Estrada Militar da Circunvalação liga o bairro à Pontinha, a Benfica e ao centro de Carnide. Dela partem a Rua Prof. Lindley Cintra, a Rua Prof. Pais da Silva e a Rua do Tejo, constituindo as três principais vias que servem o bairro e que asseguram todas as ligações à zona envolvente do mesmo.

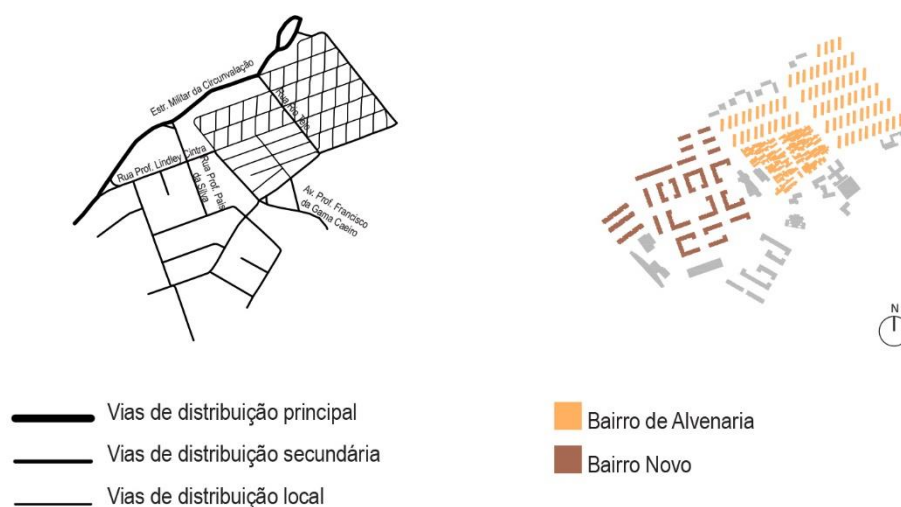


Fig. 61 - Plantas esquemáticas: vias e edificado (Esc. 1:20.000)
Fonte: Autor, Google Maps, Centro Cartográfico da FAUL

Os acessos rodoviários que permitem a ligação com o resto da cidade também estão localizados muito perto do bairro. Assim, a menos de um quilómetro para norte é possível aceder ao IC17 e a partir daí alcançar rapidamente tanto a A8 como a Calçada de Carriche. Mais perto ainda, mas para sul, a cerca de 500 metros, a Rua Rio Tejo liga à Avenida Cidade de Praga, que possibilita o acesso a Telheiras, ao Eixo Norte/Sul e à Segunda Circular. No sentido oposto, esta avenida liga à Avenida do Uruguai, na continuação da qual é possível aceder à Pontinha e a Benfica.



Fig. 62 - Delimitação viária do bairro
Fonte: Adaptação do Google Maps

Trata-se de um território que faz transição entre a cidade consolidada e as zonas urbanas periféricas e que se confronta a noroeste com a Estrada Militar da Circunvalação **[1]** (Fig. 63) - que separa o bairro da encosta da Serra da Luz, uma zona íngreme pertencente ao concelho de Odivelas, avistada na zona mais elevada do território -, a sudoeste com o Quartel do Regimento de Engenharia n.º 1 **[2]** (Fig. 63) - que separa o bairro da zona da Pontinha -, a nordeste com o cemitério de Carnide **[3]** (Fig. 63) e a sudeste com o Parque de Material e Oficinas do Metropolitano de Lisboa **[4]** (Fig. 63), assim como com alguns espaços reservados às hortas urbanas comunitárias.

Além disso, existe uma grande zona de terrenos que se encontram desocupados e que constituem um vazio na malha urbana que delimita o bairro, segregando-o em relação às áreas circundantes.

Este conjunto de espaços gera uma descontinuidade no tecido edificado e cria uma barreira física que isola o bairro do resto da cidade, determinando a qualidade de vida dos seus habitantes.

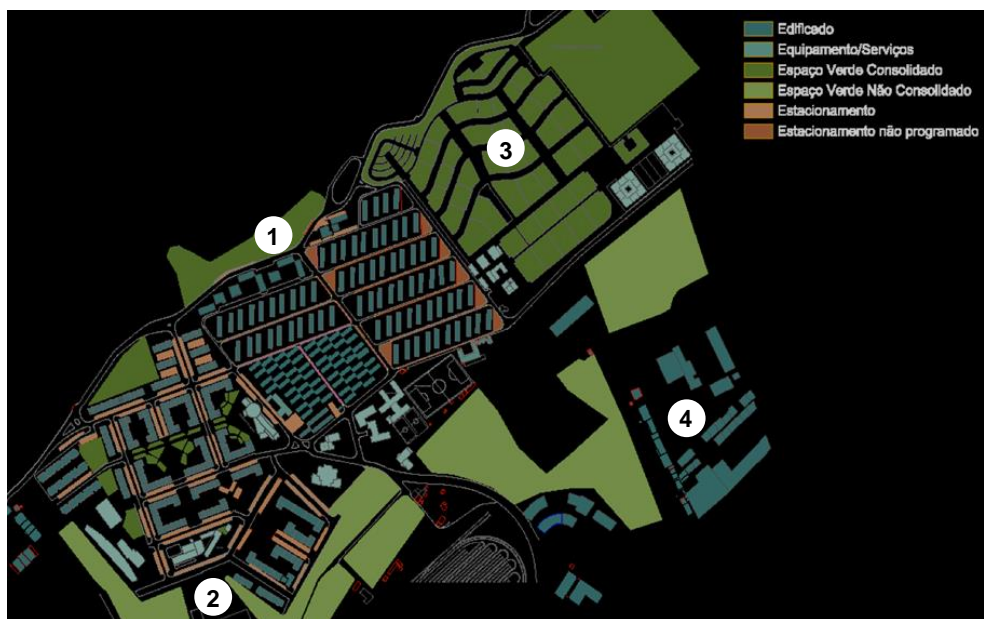


Fig. 63 - Identificação das barreiras físicas do bairro

Fonte: Adaptação do trabalho de grupo da turma 5.º C 2010 FAUL - Laboratório de Projeto



Fig. 64a, 64b, 64c, 64d - Cemitério de Carnide. Vista sobre a encosta da Serra da Luz, Odivelas. Terreno desocupado podendo avistar-se o Parque de Material e Oficinas do Metropolitano de Lisboa

Fonte: Autor



Fig. 65a, 65b - Vista aérea sobre o território correspondente ao bairro e a sua envolvente
 Fonte: Google Earth

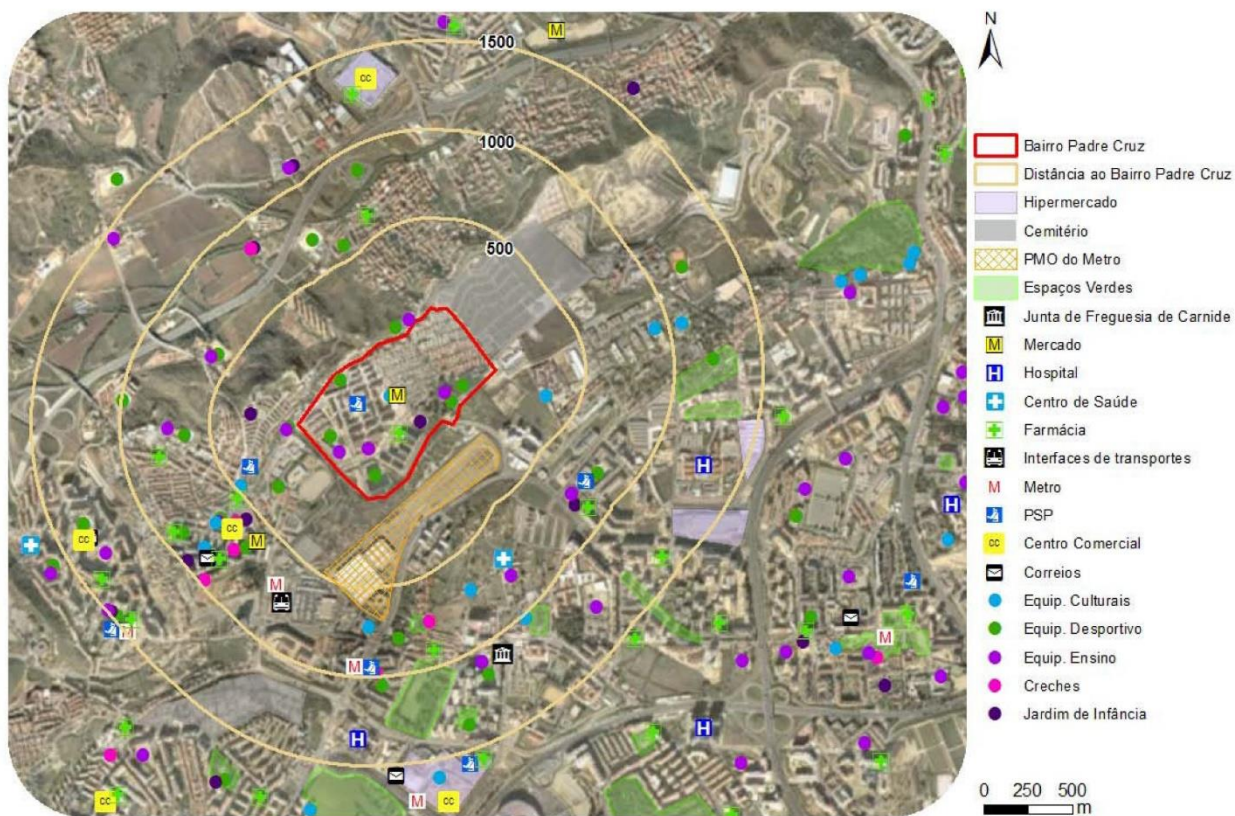


Fig. 66 - Mapa de proximidades das principais atividades ao bairro
 Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Em termos de transportes públicos o bairro encontra-se servido pelo Terminal da Pontinha que funciona duplamente como estação de metropolitano e terminal de autocarros. Ambos asseguram uma ampla rede de ligações, não só ao centro da cidade como aos mais variados destinos.

Em estudo está a expansão da Linha Vermelha do metropolitano que irá contemplar uma nova estação no bairro Padre Cruz. Tal contribuirá para a melhoria da mobilidade da população e na integração do território na cidade.



Fig. 67 - Adaptado do mapa dos projetos de expansão do Metro de Lisboa (julho 2012)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)



Fig. 68 - Extrato do mapa de rede de transportes de Lisboa da Carris
Fonte: Carris



Fig. 69 - Planta geral

Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

O desenvolvimento do bairro Padre Cruz ocorreu em diversas fases, ao longo de mais de quarenta anos: A 1.ª fase teve início em 1960, com a construção de 200 fogos pré-fabricados em fibrocimento ondulado – a “Zona de Luselite” - destinados ao realojamento provisório dos habitantes que tinham sido desalojados de diversos bairros clandestinos da cidade de Lisboa, com especial incidência num número considerável de famílias provenientes da Quinta da Calçada, um núcleo de barracas que foi demolido para dar lugar à construção da Cidade Universitária (George, Lopes & Gerardo, 2009).



Fig. 70 - Pré-fabricados de fibrocimento, Rua Rio Sever (1962)
Fonte: AML - Arquivo Fotográfico

Nesta fase, que se prolongou ao longo da década de 60, o bairro continuou a crescer, tendo integrado um programa da Câmara Municipal de Lisboa, que apenas ficou concluído em 1964.

Este programa previa a edificação de mais 917 habitações em alvenaria, com 2 pisos em banda e um pequeno logradouro, à semelhança das moradias de fibrocimento. Esta fase ficou conhecida como “Bairro de Alvenaria”.

Foi também nesta altura que foram construídas escolas e uma capela, assim como um salão de festas, uma zona desportiva, o centro social e o mercado (George, Lopes & Gerardo, 2009).

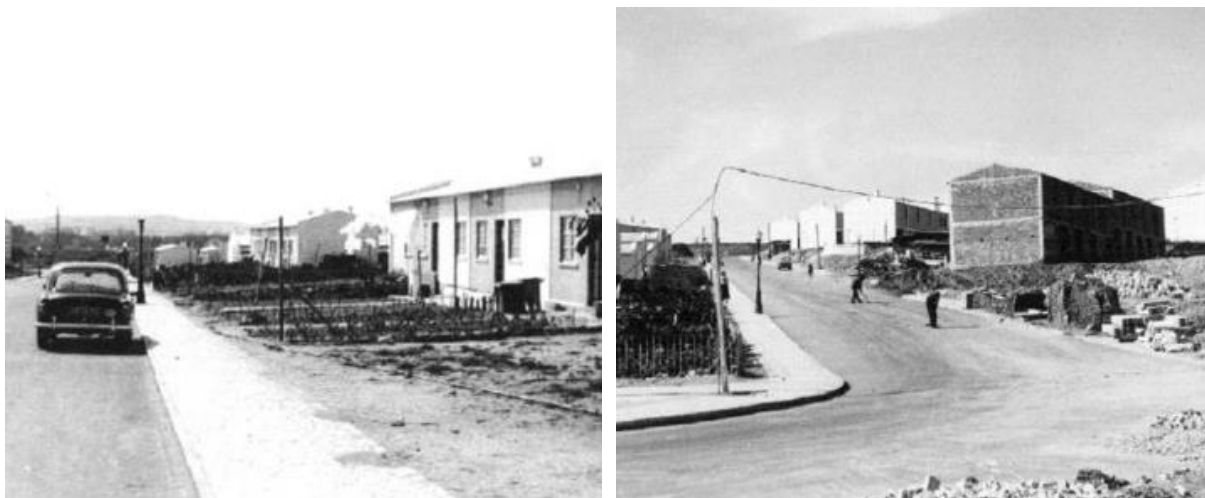


Fig. 71a, 71b - Bairro de Alvenaria, primeiras construções dos anos 60. Rua Rio Tejo, construções de 2 pisos
Fonte: AML - Arquivo Fotográfico

O Bairro de Alvenaria é constituído por um tipo de construção que estimula o convívio entre os vizinhos, pois este é composto por moradias dúplex, com pequenos pátios que proporcionam zonas onde os seus habitantes

podem desenvolver atividades ao ar livre e onde reúnem condições para socializarem, permitindo que todos os vizinhos participem ativamente na vida do bairro.

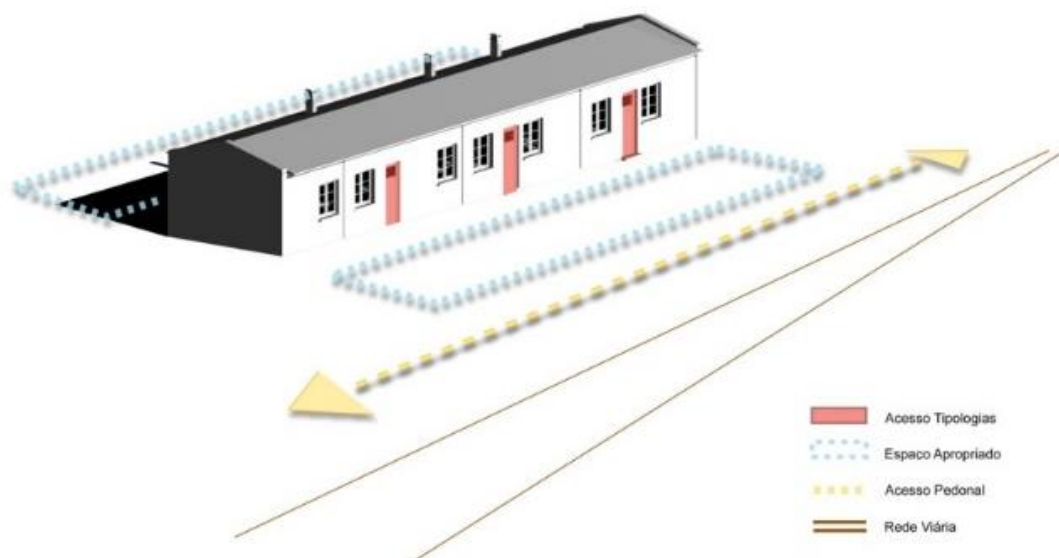


Fig. 72a, 72b, 72c - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 60
Fonte: Trabalho de grupo da turma 5.º C 2010 FAUL - Laboratório de Projeto

O edificado apresenta uma disposição oblíqua relativamente aos arruamentos e uma boa orientação. As ruas, paralelas na direção Sudoeste-Nordeste, são estreitas e encontram-se contornadas e atravessadas por vias de maior largura. Algumas dessas ruas apertadas são de carácter meramente pedonal para o acesso às habitações.

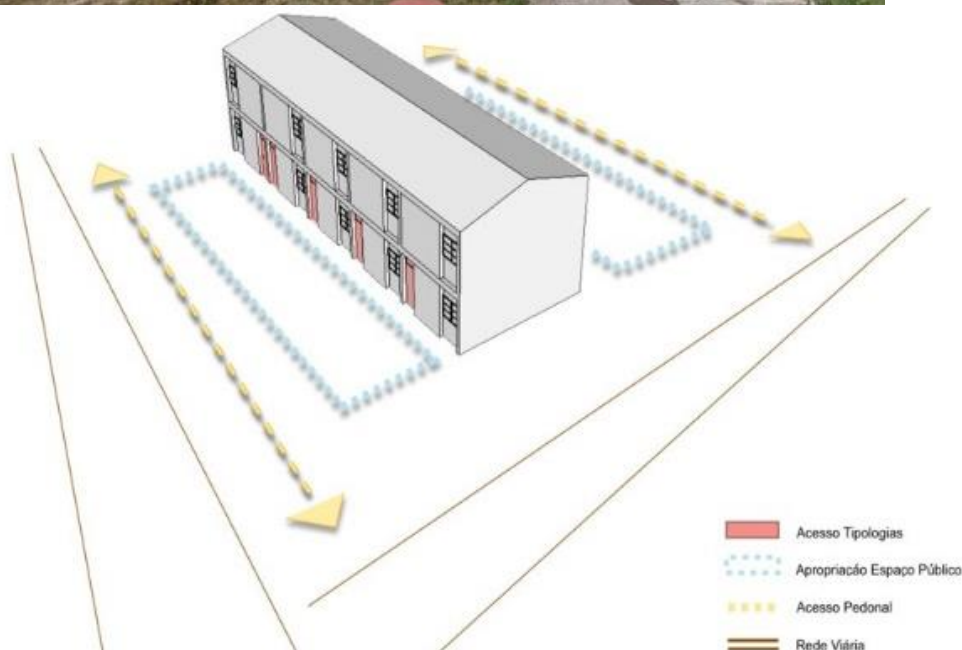


Fig. 73a, 73b, 73c - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 60-70
Fonte: Trabalho de grupo da turma 5.º C 2010 FAUL - Laboratório de Projeto

O eixo viário central desta fase que ocupa praticamente metade da área total do bairro, corresponde à rua do Rio Tejo e apresenta uma largura de 8,5 metros de faixa de rodagem para dois sentidos de trânsito e passeios de 1,5 metros. De realçar que todas as ruas desta fase têm nomes de rios, o que é curioso.

O principal problema da 1.^a fase é o estado degradado resultante da idade avançada e a pouca qualidade do edificado e arruamentos.

A 2.^a fase, situada entre a Estrada Militar e a zona da 1.^a fase ficou concluída em 1976 e teve também como base um programa da CML. Nesta fase foram construídos mais 200 fogos, mas optou-se por construir em altura. Estes fogos foram distribuídos por 10 edifícios, com 5 pisos e cada um apresenta galerias onde estão dispostos 4 fogos. Estes destinavam-se à legalização de ocupações abusivas e ao realojamento dos funcionários municipais que habitavam nas casas de fibrocimento.

Os meados da década de 70 trazem as grandes transformações sociais da revolução de Abril. Tal como sucedeu por todo o país, o Bairro Padre Cruz foi palco para experimentação de novas expressões de liberdade e de novos poder(es). A paisagem humana vibra e agita-se; as relações de sociabilidade politizam-se e conhecem novos contornos; surgem vários conflitos, pontos de tensão, fracturas nas relações sociais; os moradores procuram conquistar voz de cidadãos. A dimensão política e partidária inscreve-se no território, anima debates e confirma contestações. O modelo original do edificado é readaptado às necessidades das famílias. Nos finais da década de 80 são colocadas as fundações para construção de uma ampla e nova parcela e a paisagem do Bairro Padre Cruz (física e vivencial) transfigura-se irreversivelmente (Freitas, 2013, p. 14).



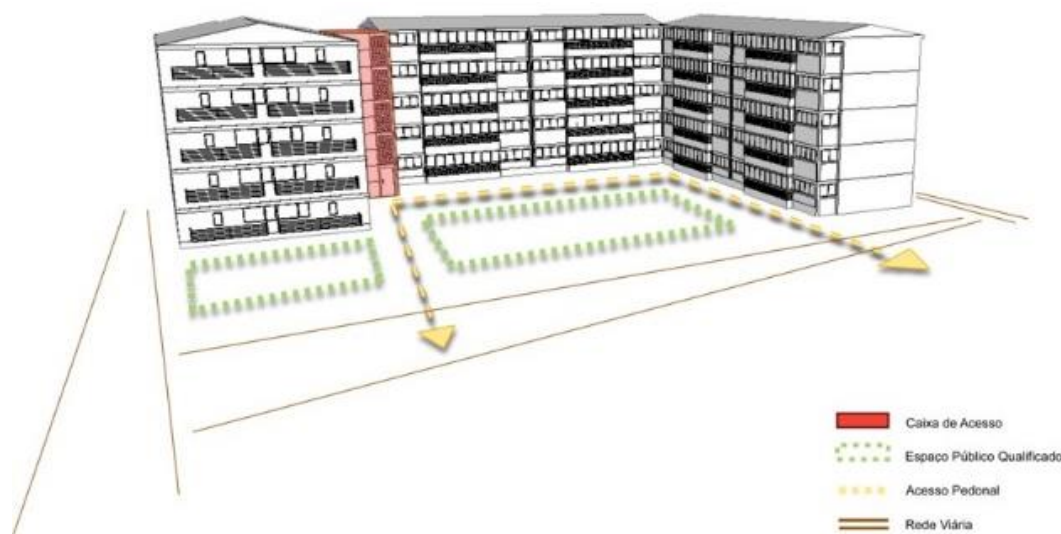


Fig. 74a, 74b, 74c - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 70
Fonte: Trabalho de grupo da turma 5.º C 2010 FAUL - Laboratório de Projeto

Na década de 90, contudo, os fogos de fibrocimento que tinham sido construídos na 1.ª fase apresentavam já sinais de degradação evidente que afetavam as suas condições de habitabilidade, motivo pelo qual se decidiu demolir a Zona de Luselite e realojar os seus residentes nos novos edifícios do bairro, iniciativa essa que foi desenvolvida pela EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa). Deu-se então início a uma nova fase de construção que permitiu a evolução urbanística do bairro Padre Cruz.

Assim, entre 1989 e 1996 foram edificados cerca de 1000 fogos destinados ao realojamento de centenas de pessoas que residiam nas habitações degradadas de fibrocimento, tendo sobrado mais de uma centena de fogos que foram colocados à venda. Foi também nesta fase que foram construídos diversos equipamentos sociais, assim como foram disponibilizados espaços para zonas comerciais e de serviços que contribuíram para o desenvolvimento socioeconómico do bairro e para aumentar a qualidade de vida dos seus moradores (Gebalis¹⁰, 1999).

O Bairro Novo da EPUL é caracterizado pela construção em altura, um complexo de edifícios altos em módulo de quarteirão quadrado com seis pisos. A desigualdade dos quarteirões gera uma variedade interessante de espaços públicos. Estes espaços, amplos e “respiráveis”, possuem praças com espaços verdes e bancos de jardim.

¹⁰ «Criada em Outubro de 1995 para assegurar a gestão do arrendamento de habitação social municipal, dos Bairros de Lisboa que a Câmara Municipal lhe confiou, a GEBALIS pretende assegurar uma política de gestão integrada, que visa a administração dos Bairros, a qualidade de vida das populações residentes e a conservação do património. A GEBALIS tem como missão gerir eficazmente os Bairros com uma forte perspetiva de desenvolvimento e integração social, educação ambiental, conservação do património e integração profissional da população.» (GEBALIS, 2016)



Fig. 75a, 75b, 75c - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 90
Fonte: Trabalho de grupo da turma 5.º C 2010 FAUL - Laboratório de Projeto

Com o crescimento registado pela cidade durante os anos 90, fruto das dinâmicas geradas pela Expo 98, surge a necessidade de realojar, de forma massiva, famílias com proveniências diversas e geografias humanas diferentes, não só entre si, como em relação às primeiras gerações de habitantes do bairro Padre Cruz. Essas famílias foram realojadas no Bairro Novo da EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa). Juntamente com elas vieram também para o bairro Padre Cruz novas problemáticas de âmbito social (Freitas, 2013, p. 15).

Nasce uma nova zona no Bairro que ficaria conhecida como “bairro novo” por contraste com o “bairro antigo” (primeiras zonas de lusalite e de alvenaria). Apresenta um desenho e recorte do horizonte totalmente diferentes – prédios de blocos coloridos alinhados em quarteirões, largas avenidas e amplos espaços públicos. As tensões entre “os filhos do bairro” e as populações recém-instaladas estruturam as conflituosas sociabilidades durante este período que envolveu, também, o realojamento de famílias ciganas alojadas no sítio vizinho do Alto do Forno. Os anos 90 correspondem a um período especialmente crítico e muito acelerado na vida do Bairro que se transforma, e “encerra”, uma “cidade dentro da cidade” (Freitas, 2013, p. 15).

Na base da terceira fase esteve o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) que contemplava duas zonas com projetos distintos:

3.^a Fase A (1989 a 1996) - O projeto consistiu na construção de 928 fogos distribuídos por 59 edifícios, com 5 a 6 pisos cada. A coordenação deste projeto esteve a cargo da arquiteta Maria Rosa Leitão e contemplava também espaço para utilização comercial ou equipamentos sociais ao nível do piso térreo.

3.^a Fase B (1989 a 1996) – O arquiteto Sousa Afonso coordenou o projeto mais reduzido no qual constava a construção de 90 fogos distribuídos por edifícios de 3 pisos, de uso exclusivamente habitacional.





Fig. 76a, 76b - Relação das tipologias habitacionais com o espaço público, anos 90 - 3.ª Fase B
Fonte: Trabalho de grupo da turma 5.º C 2010 FAUL - Laboratório de Projeto

Na génese da 4.ª fase, que decorreu entre 1997 e 1999, esteve também o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) novamente com projeto de Maria Rosa Leitão. Foram construídos 272 fogos, distribuídos por 22 edifícios e que se destinavam ao realojamento de populações oriundas da Quinta José Pinto, Quinta José de Alvalade, Campolide e Ajuda.

Durante a primeira década de 2000 o bairro Padre Cruz assistiu a diversas iniciativas visando a resolução dos problemas de âmbito social da população deste bairro, que tiveram um impacto significativo na paisagem física e na vivência do mesmo.

A degradação do Bairro de Alvenaria e a necessidade de integração das novas populações exigiam uma intervenção camarária urgente e eficaz, no sentido de preservar de forma digna as condições de vida de uma população envelhecida.

Após vários impasses políticos, é o momento em que o Bairro pressiona a gestão da cidade a pensá-lo como um “lugar em si mesmo” e o mês de Janeiro de 2012 marca o início do processo de requalificação com a primeira fase de demolição das casas de alvenaria. Este plano de requalificação (sujeito a reformulações e impasses) propõe um modelo de “Bairro Integrado” e contempla um calendário faseado a prolongar-se para além da dezena de anos. Também por isso é o momento da mais brusca e violenta transformação nas paisagens – interiores e exteriores – constituindo singular oportunidade de estudo sobre o valor social da escala e humana nos actuais modos de conceber, planear e construir a Cidade (Freitas, 2013, p. 15).

Elisete Andrade, a presidente da Associação de Moradores, apresenta algumas críticas relativamente ao tecido edificado deste bairro que tem sido a sua casa desde a adolescência, afirmando que a zona habitacional mais antiga (Bairro de Alvenaria) apresenta fracas condições de habitabilidade devido a problemas de salubridade e pelas deficiências ao nível da canalização, com o escoamento das águas pluviais a ser feito para a via pública. Ainda segundo a mesma, devido à existência de uma população maioritariamente idosa, considera que a tipologia das habitações, no Bairro Novo, foi mal concebida pois muitos dos blocos são constituídos por apartamentos

duplex, com a cozinha no rés-do-chão e a única casa de banho no 1.º andar. Para além disso não possuem elevador o que causa imensos problemas aos moradores com mobilidade reduzida.¹¹



Fig. 77a, 77b - Edifício do Bairro Novo
Fonte: Autor

A nível de espaços comerciais do bairro Padre Cruz, estes encontram-se localizados sobretudo nas zonas residenciais construídas na 3.ª e na 4.ª fase, ao nível dos pisos térreos dos edifícios. Quanto aos equipamentos sociais, muitos destes estão localizados nas zonas da 3.ª fase e harmonizam-se com a estrutura viária.

Assim, o edifício da Biblioteca Municipal Natália Correia está localizado na confluência de várias ruas, junto ao mercado e à igreja, numa zona que dispõe de amplos espaços pedonais e que se encontram em bom estado de conservação.

As zonas verdes, ajardinadas e bem cuidadas, são constituídas essencialmente por espaços relvados, onde pontuam algumas árvores. Encontram-se articulados com os percursos pedonais, dispersos um pouco por toda a área do bairro, constituindo espaços lúdicos que oferecem aos moradores a possibilidade de praticar atividades ao ar livre e de conviver socialmente.



Fig. 78 - Vista aérea correspondente à expansão da 4.ª fase
Fonte: Google Earth

¹¹ Elisete Andrade relatou um caso ocorrido com um morador que caiu das escadas, muito estreitas, do apartamento e morreu, tendo o corpo ficado a bloquear a porta de entrada que fica no final das escadas. Para o cadáver ser retirado, as equipas dos bombeiros tiveram de arrombar uma janela.



Fig. 79 - Vista aérea sobre Biblioteca, Centro Cultural, Mercado a Igreja
Fonte: Google Earth



Fig. 80 - Centro Cultural de Carnide e Mercado
Fonte: Autor

De salientar que, os equipamentos sociais que o bairro possui, atualmente, são de extrema importância para os residentes, servindo os mais novos e ajudando a superar o isolamento dos mais idosos. Entre eles, os já mencionados acima, assim como a Associação de Moradores e a Associação de Reformados, cujas atividades incentivam a população a participar ativamente na vida do bairro e promovem o convívio entre moradores, atraindo-os para fora das suas casas a fim de disfrutarem de um ambiente mais saudável.

A existência de diversos equipamentos educativos, como jardins-de-infância e escolas do ensino básico, desportivos/recreativos, culturais e religiosos, como a Igreja Paroquial do bairro Padre Cruz, potenciam as atividades lúdicas e culturais. Ainda assim, segundo o presidente da Junta de Freguesia de Carnide, Fábio Sousa, ainda existe alguma carência de equipamentos, tal como parques infantis.

O Mercado e o comércio local providenciam o abastecimento de produtos frescos e outros bens essenciais aos moradores, servindo também como ponto de encontro.

Segundo dados do Censos 2011, o número total de edifícios é de 1041, correspondendo a 2417 fogos, entre os quais, 2036 são geridos pela Gebalis, EEM (Civitas21, 2012a).

O tecido edificado é, assim, caracterizado pelo facto da construção do bairro ter sido levada a cabo por fases. As estruturas desenvolvidas nas diferentes épocas geraram uma dualidade que dividiu o bairro em duas zonas distintas, tanto física como socialmente, e que é claramente visível através do eixo público que separa os dois polos habitacionais.



Fig. 81 - Eixo público que separa os dois polos habitacionais
Fonte: Adaptação do Google Earth

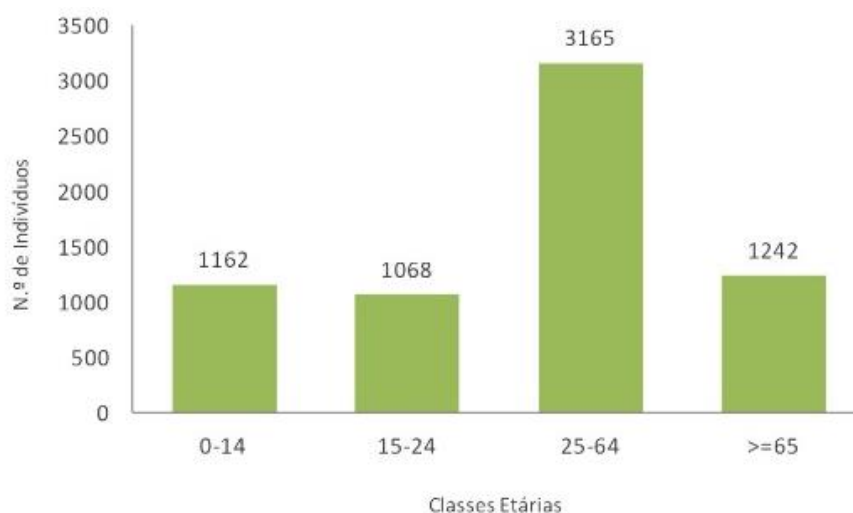
4.2.2 Características sociais e demográficas

Atualmente o bairro apresenta uma área de aproximadamente 37 hectares e um total de 5513 habitantes. Logo, a densidade populacional é de 148 hab/ha. É considerado o bairro social com a maior densidade populacional da Península Ibérica.

Indicadores-Chave	Valor	Fonte
Área (ha)	37,21	-
População Residente (n.º)	5513	Censos, 2011
Densidade Populacional (n.º hab./ha)	148	-
Famílias (n.º)	2048	Censos, 2011
Beneficiários Rendimento Social de Inserção	901	Santa Casa Misericórdia Lisboa
Alojamentos Total (n.º)	2417	Censos, 2011
Alojamentos geridos por Gebalis, EEM (n.º)	2036	Gebalis, 2012
Edifícios (n.º)	1041	Censos, 2011

Tab. 4 - Indicadores chave do bairro Padre Cruz
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Trata-se de um bairro constituído por uma população maioritariamente idosa que reside no mesmo desde a data de inauguração das suas habitações, ao longo de todas as fases de construção registadas. São moradores que, desde que se estabeleceram no bairro, assumiram a sua pertença ao mesmo, constituindo aí as suas famílias e aí educando os seus filhos. À medida que as oportunidades de melhoria de qualidade de vida foram surgindo, muitos optaram por deixar o bairro, que com o passar do tempo foi envelhecendo.



Gráf. 6 - População residente no bairro Padre Cruz segundo grupos etários (Censos, 2001)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Em 2011 a população residente era de 5513 indivíduos, o que corresponde a 23,64% da população residente na Freguesia de Carnide e 1,01% no concelho de Lisboa. O género feminino predomina com 53,3% em relação ao género masculino com apenas 46,7%.

Este decréscimo populacional é o reflexo do envelhecimento da população e do realojamento de residentes em novas áreas urbanas do concelho de Lisboa.

Área Territorial	População 2001	População 2011	Taxa de variação (%)
Concelho de Lisboa	564657	547631	-3,0
Freguesia de Carnide	18989	23316	22,8
Bairro Padre Cruz	6637	5513	-16,9

Tab. 5 - Evolução da população residente (Censos, 2001 e 2011)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

O facto de os edifícios localizados na zona mais antiga serem selados, após o falecimento dos seus moradores, medidas estas que foram implementadas tendo em vista a reabilitação habitacional dessa zona prevista pela Gebalis, não facilita o rejuvenescimento populacional do bairro.

À semelhança do que se regista no bairro PER da Ameixoeira, analisado acima, também no bairro Padre Cruz o nível de escolaridade da população residente é bastante baixo, mais baixo ainda do que registado no bairro anterior. Existe uma elevada percentagem (40%) de residentes que só possuem o 1.º ciclo do ensino básico e inclusive uma percentagem significativa da população (23%) não sabe ler nem escrever. Apenas 69% dos residentes frequentaram o ensino básico e os detentores de cursos superiores constituem somente 1% da população (Civitas 21, 2012a). Esta realidade reflete os elevados índices de abandono escolar da população do bairro, assim como uma precoce inserção na vida ativa.



Gráf. 7 - Habilitações literárias da população residente no bairro Padre Cruz (Censos, 2001)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

O baixo nível de escolaridade dificulta o acesso da população ativa a empregos qualificados, pelo que cerca de 2% trabalha em atividades do sector primário e cerca de 69% possuem empregos precários e pouco qualificados no sector terciário. As poucas competências académicas e a falta de qualificação profissional justificam também a existência de um elevado número de pessoas desempregadas ou sem qualquer tipo de ocupação profissional.

Por outro lado, os elevados níveis de iliteracia registados entre a população, para além de dificultar o exercício de qualquer tipo de atividade económica, contribui para o sedentarismo desses residentes, tendo também reflexos no acompanhamento dos filhos em idade escolar.

Este fator somado ao facto de existirem muitas famílias monoparentais, cujos progenitores se veem forçados a acumular empregos para obterem uma fonte adicional de rendimento que lhes permita sustentar o seu agregado familiar, contribui para a desagregação dessas famílias, fazendo com que a falta de acompanhamento parental dos jovens seja responsável pelo absentismo e posterior abandono escolar por parte desses jovens (Civitas 21, 2012a).

O bairro caracteriza-se também pelo baixo nível socioeconómico da sua população e pela existência de bolsas de pobreza que têm sido objeto de projetos de solidariedade social, direcionados a proporcionar apoio

social aos residentes que se encontram socialmente mais fragilizados. Uma parte substancial da população auferem diversos tipos de subsídios e apoios sociais como o Rendimento Social de Inserção (RSI).

O abandono escolar de uma parte significativa da sua população conduz à inserção precoce na vida ativa, consubstanciada pelas baixas expectativas de sucesso profissional. Tal, tem resultado no envolvimento dos jovens em atividades marginais, o que em vez de diminuir os problemas sociais patentes neste bairro, tende a agravá-los.

Índices	
Índice de Envelhecimento	106,9
Índice de Dependência dos Jovens	27,5
Índice de Dependência dos Idosos	29,3
Índice de Dependência Total	56,8

Tab. 6 - Índices de Envelhecimento e Dependências no bairro Padre Cruz (Censos, 2001)
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

Procurando saber como se sentem os moradores a nível de segurança, Elisete Andrade, residente ali há mais de 50 anos, afirmou que não se sente insegura no bairro, dando como exemplo o facto de já ter sido assaltada na Avenida de Roma, algo que nunca lhe aconteceu no bairro. Considera, sobretudo, que se criam mitos acerca de determinada população ou sítios que levam à exclusão dessas pessoas ou lugares, mas que também existem pessoas que se autoexcluem, como acontece geralmente com as pessoas da etnia cigana.

Ao contrário do que acontece com os moradores do bairro da Ameixoeira, os habitantes do bairro Padre Cruz têm um forte sentimento de pertença a este bairro e de partilha, envolvendo-se ativamente na dinâmica e nas questões cotidianas do mesmo, o que é visível no cuidado que se nota em termos de limpeza e preservação dos seus espaços comuns, que a comunidade encara como espaços de e para todos. O nível de civismo é superior e a participação das pessoas nas iniciativas comunitárias é muito elevada, o que faz com que o vandalismo e a marginalidade não sejam uma realidade tão presente quanto na Ameixoeira.

A existência de uma esquadra de polícia no interior do bairro contribui também para o sentimento de segurança dos moradores.

Na obra ***História e Memórias do Bairro Padre Cruz***, também Fátima Freitas apresenta este sentido de comunidade como o segredo para o sucesso de um bairro.

Um bairro, que é, afinal, um território de partilha de memórias e de representações, sentidos e significados, experiências de vida ancoradas numa terra que assim, mas só assim, se transforma em lugar. Em um lugar a que, teimosamente, ouvimos chamar... nosso bairro. Nosso, mas de quem? (Freitas, 2013, p. 12).

A respeito da exclusão social, Fábio Sousa não tem muito a dizer. Faz apenas um reparo, dizendo que por vezes sente que no agrupamento de escolas existem poucas expectativas relativamente aos alunos, sendo por isso, de certa forma, algum mecanismo de exclusão.

O ambiente vivido, embora o baixo nível socioeconómico da sua população e a existência de cenários de marginalidade, reflete a preocupação dos seus residentes pela requalificação do bairro e pela harmonização dos diferentes modos de vida da sua população, que de um modo geral gosta de lá residir, apesar de reconhecer defeitos e de salientar a necessidade de nele serem efetuadas algumas melhorias, sobretudo a nível de serviços e de equipamentos públicos.

4.2.3 Desenho e espaço público

Dentro do próprio bairro existe uma desarticulação entre o Bairro de Alvenaria e o Bairro Novo no sentido em que o espaço público e a forma de o apropriar difere bastante de uma zona para a outra.

Se no núcleo mais antigo as ruas são demasiado estreitas e desencadeiam fortes relações de vizinhança, na zona nova os espaços públicos são, por vezes, excessivamente amplos, áridos e até incómodos, pela inexistência de atividades atrativas e zonas de permanência com mobiliário urbano apropriado. Com efeito, existe uma distanciação entre vizinhos que, vulgarmente, convivem meramente com os moradores do prédio que habitam, comprometendo assim a interação com a restante população residente.

Fábio Sousa salienta o facto de aquele território ter vivências diferentes como já foi mencionado, destacando a zona de alvenaria, que embora em mau estado de conservação, contempla uma vivência “de rua”, como nos bairros tradicionais. Estas são estreitas, providenciando alguma intimidade e os moradores sentem-se à vontade para trazerem os bancos e cadeiras e sentarem-se na à porta de casa, tomando ar fresco e conversando com os vizinhos. Sente-se no bairro ainda alguma ruralidade, devido aos moradores que vieram do campo para a cidade, o que contribui para que haja um ambiente com um misto de rural e urbano.



Fig. 82a, 82b - Bairro de Alvenaria, espaço público
Fonte: Autor

A praça de entrada no bairro, que possui potencial para funcionar como um centro que articula e aglutina as duas zonas, uma vez que concentra o Centro Cultural de Carnide, a Biblioteca Natália Correia e até mesmo o Mercado, mostra-se aquém desta função por não contemplar condições propícias à fixação de pessoas, sendo geralmente por isso, um local de passagem.



Fig. 83a, 83b - Praça, Centro Cultural de Carnide
Fonte: Autor, Foto de André Barragon

Segundo Fábio Sousa, o bairro apresenta algum espaço público desaproveitado e degradado, em especial nas zonas periféricas do bairro, com acumulação de lixo e entulho. Existem também zonas mal iluminadas

e desprotegidas que podem potenciar o desenvolvimento de atividades criminosas, assim como fogos devolutos e espaços expectantes.



Fig. 84a, 84b - Comparação entre a qualidade dos espaços no interior e nas zonas periféricas do bairro
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

A existência de hortas urbanas comunitárias, ainda que contribuam para a descontinuidade do tecido edificado do bairro, providenciam um “corredor verde” ao longo do extremo sul e contribuem também para fomentar o convívio entre os moradores sobretudo os mais idosos, possibilitando-lhes ter uma ocupação onde podem dar uso aos seus conhecimentos agrícolas, fruto das suas origens rurais, como possibilitam estabelecer relações com os vizinhos havendo trocas de ideias sobre métodos e experiências a implementar nas suas hortas. Além disso, proporciona-lhes momentos de lazer e um agradável suplemento aos seus magros rendimentos. Desta forma, contribuem para a produção de alimentos frescos e reduzem os encargos com o cabaz alimentar do seu agregado familiar, visivelmente limitado face aos baixos recursos económicos de que dispõem.

Estas hortas, resultado do aproveitamento dos solos com potencial agrícola, revelam o carácter rural deste bairro que mantem os padrões de vida ligados ao campo.



Fig. 85 - Hortas urbanas comunitárias
Fonte: Relatório do Plano de Ação 21 (Agenda 21 Local)

O presidente da Junta de Freguesia afirma que o bairro tem a vantagem de não ser apenas um amontoado de prédios, tendo zonas de espaços verdes atrativos, limpos e bem cuidados com árvores e vegetação que fomentam a biodiversidade. Além disso, está bem servido de ecopontos e equipamentos para recolha de lixo.

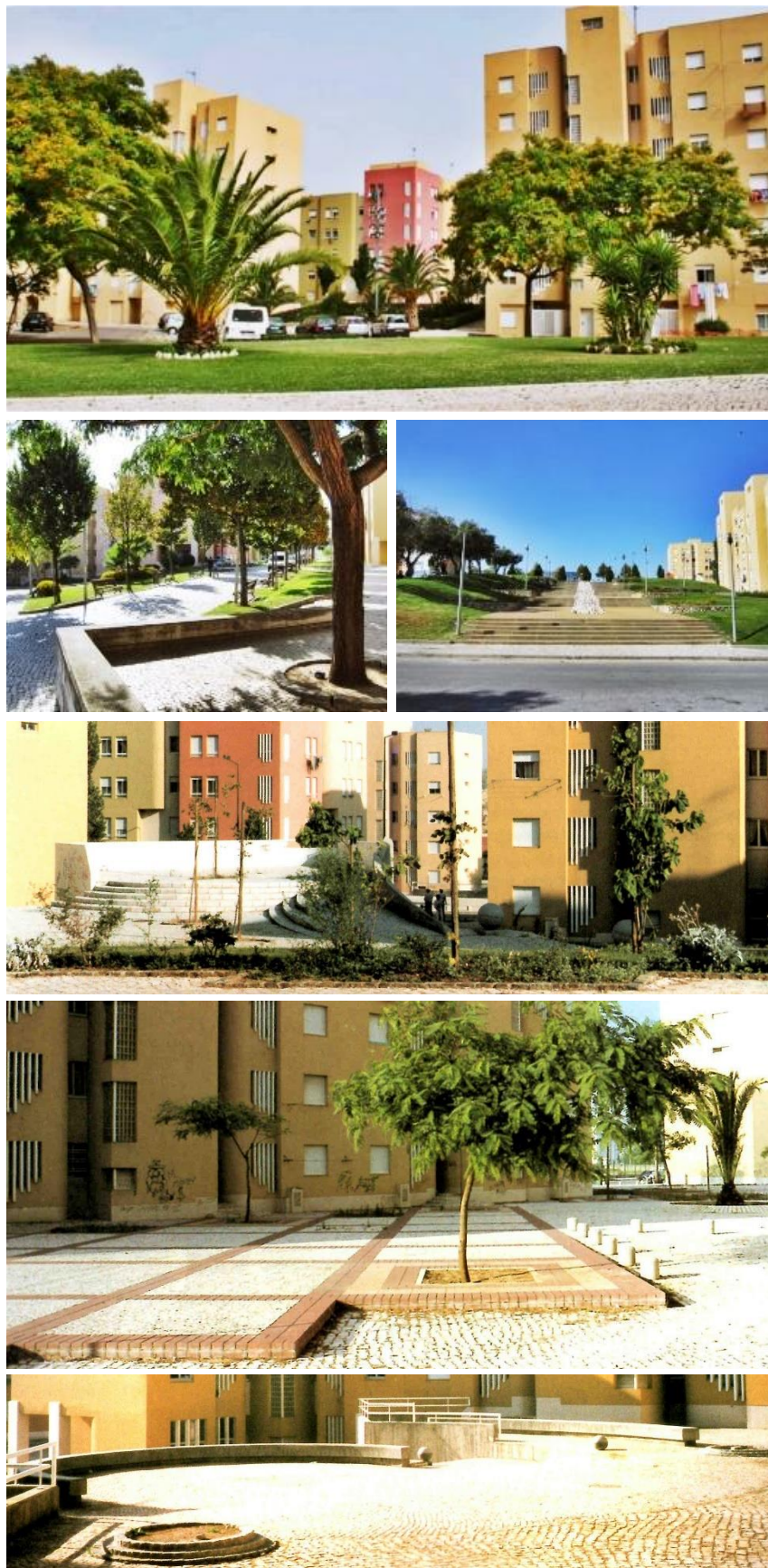


Fig. 86a, 86b, 86c, 86d, 86e, 86f - Bairro Novo, espaço público
Fonte: Autor, Boletim 55 do DCH (Departamento de Construção de Habitação) da CML

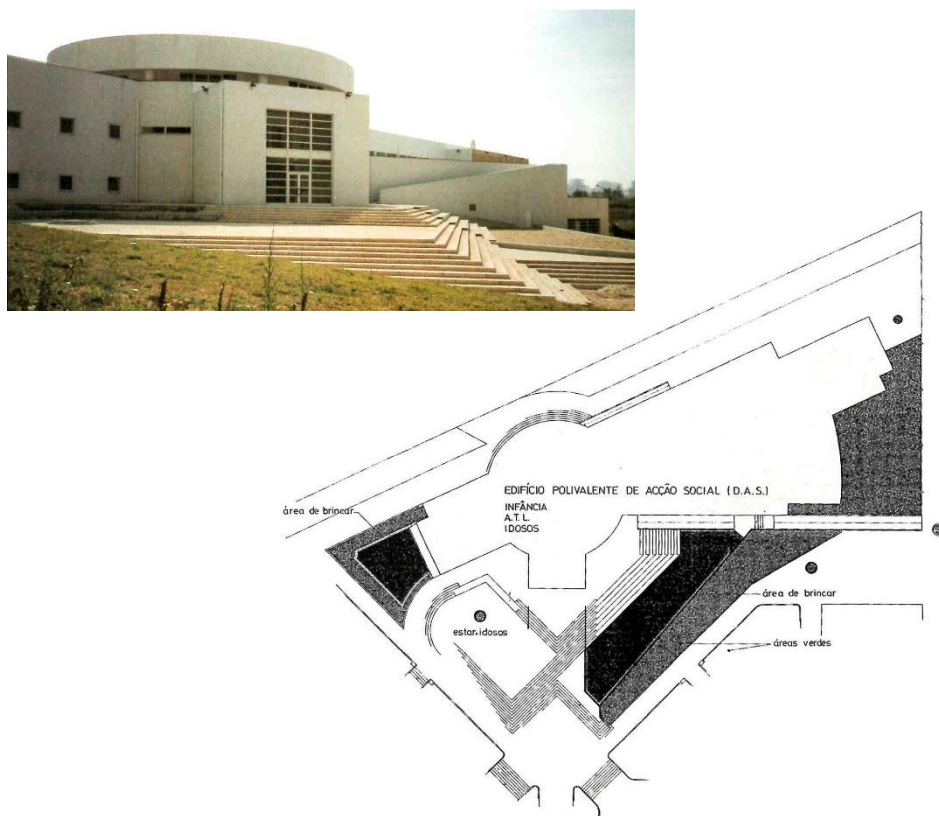


Fig. 88a, 88b - Edifício da Biblioteca e Centro Cultural. Desenho técnico do espaço público circundante de Maria Rosa Leitão
Fonte: Boletim 55 do DCH (Departamento de Construção de Habitação) da CML

O forte envolvimento da comunidade e dos órgãos políticos possibilita a realização de iniciativas com o objetivo de renovar a imagem do bairro, como foi o caso do **Festival de Arte Urbana - Muro**, uma iniciativa da Junta de Freguesia de Carnide, no âmbito de uma candidatura apresentada em maio de 2015 ao programa BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa - “Criar mudança através da Arte Urbana”.

Segundo Fábio Sousa, esta iniciativa não se destinava apenas a que as paredes ficassem “mais bonitas”, mas serviu para melhorar a autoestima do bairro, para trazer visitantes a ele e afastar o estigma e o preconceito que ainda paira sobre o bairro.



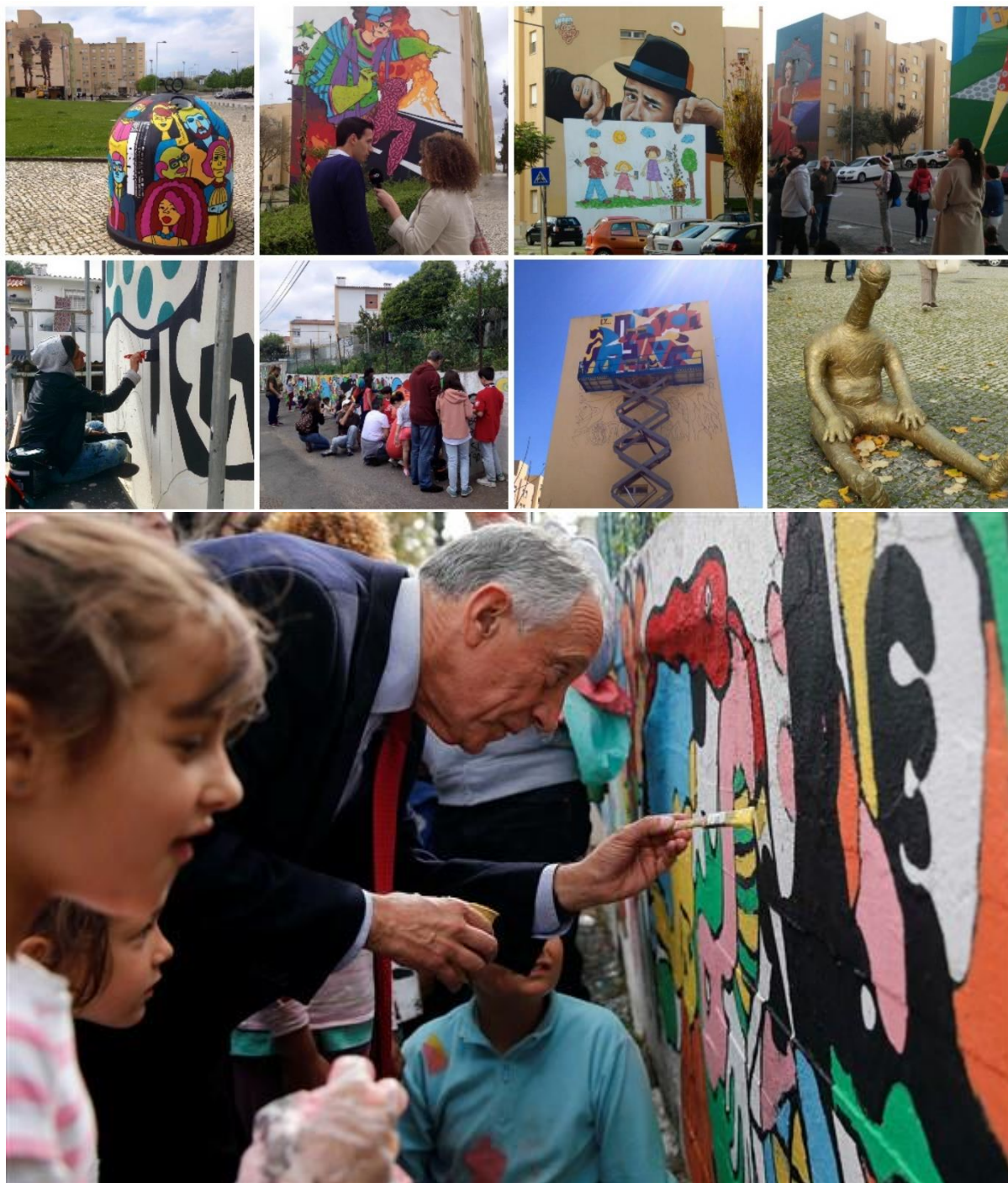


Fig. 89a, 89b, 89c, 89d, 89e, 89f, 89g, 89h, 89i, 89j - Pinturas murais nas empenas dos edifícios (Festival de Arte Urbana)
Fonte: Autor, GAU (Galeria de Arte Urbana), Foto de Tiago Petinga

O bairro abrirá também portas para a nova Feira Popular de Lisboa cuja construção já foi iniciada em novembro de 2016. A Câmara Municipal de Lisboa ambiciona que este espaço seja “um parque verde de fruição de todos e das famílias” e promete realojar os moradores cujas casas serão demolidas para o efeito da construção e ainda transplantar as hortas urbanas para outros terrenos do bairro. (Jornal *Expresso*, 2016)

Para este autarca, é fundamental haver associações e Juntas de Freguesia muito firmes e muito próximas das pessoas, numa relação de confiança, para conseguir que o bairro “dê a volta”. Estes órgãos devem trabalhar em conjunto para conseguirem modificar a imagem do bairro.¹²

O projeto de Loteamento de Iniciativa Municipal para a Renovação e Requalificação do bairro Padre Cruz, cuja implementação já se encontra iniciada, propõe um novo conceito que “introduz princípios de intervenção fortemente humanizados, com vista a promover um bairro claramente integrado, incentivando a prática da sociabilidade, no reforço da identidade comunitária” (EPUL, 2010, p. 9)



Fig. 90a, 90b, 90c - Fernando Medina, presidente da CML, inaugura o início dos trabalhos. Primeira fase da intervenção
Fonte: Sítio da CML, Autor

¹² Um dos exemplos que Fábio Sousa apontou como paradigmático da necessidade desta colaboração, foi o facto de que, quando rebentou a recente crise económica, a Junta de Freguesia em conjunto com as associações, montaram um gabinete de apoio para ajudarem os moradores em dificuldades. Não lhes arranjam empregos, mas conseguiram reencastrar alguns moradores para cursos de formação financiados.



Fig. 91 - Delimitação da área de intervenção
Fonte: Sítio da CML, EPUL

O conceito urbano deste projeto de loteamento propõe a redução da densidade, apresentando novas morfologias. Tem como objetivos a criação de espaços de vivência própria do bairro, confortáveis e seguros, que apelem à auto-monitorização por parte dos residentes de modo a inibir comportamentos geradores de medo e insegurança (EPUL, 2010).

Neste contexto, propõe-se a criação de um centro cívico de fácil acesso, assim como infraestruturas que salvaguardem a segurança no interior do bairro no que respeita ao trânsito automóvel. A criação de espaços públicos com alguma diversidade morfológica e a inovação ao nível das infraestruturas públicas visam uma melhor integração social dos residentes no espaço físico do bairro.

Com este novo conceito baseado na sustentabilidade aliada à requalificação do tecido urbano, pretende-se eliminar a imagem negativa associada aos bairros de realojamento (EPUL, 2010).

Integrado no tema “Sustentabilidade Territorial”, este projeto apresenta-se como uma experiência piloto, visando criar um bairro sustentável na cidade de Lisboa. Baseado no modelo de “cidade jardim”, pretende-se adaptar os espaços verdes públicos às características naturais do local, de forma a reduzir a densidade do edificado com edifícios de 4 a 6 pisos, com um uso misto - habitação, serviços e comércio - (EPUL, 2010).

O projeto foi elaborado visando um modelo que promova a diversidade social presente no bairro, usando os espaços verdes para facilitar o convívio e a interação entre os residentes provenientes de origens sociais e culturais distintas.

Na génese está a criação de uma nova zona urbana com um edificado entre 3 e 6 pisos, que irá permitir uniformizar o bairro, articulando as novas construções com a zona poente, onde os edifícios terão 5 a 6 pisos, criando assim um prolongamento do “Bairro Novo”, dando continuidade às construções com maior densidade. Na zona nascente a morfologia tem uma densidade menor, variando entre 3 e 4 pisos (EPUL, 2010).

A estrutura urbana foi projetada de forma a dinamizar as relações humanas, através de novas soluções de espaços comuns, de lazer e de convívio, que apelem a uma maior permanência e vivência do espaço. Assim, na conceção dos edifícios de habitação está patente o cuidado em criar uma estrutura urbana de qualidade, implantada entre uma zona de acesso viário e um espaço verde público (EPUL, 2010).



Fig. 92a, 92b, 92c - Planta síntese e vistas tridimensionais da proposta
Fonte: Sítio da CML, EPUL

5 Conclusões

Ao longo deste trabalho procurou-se estudar a problemática subjacente aos processos de descontinuidade urbana, nomeadamente os fenómenos de exclusão social, que a eles se encontram associados, olhando para o processo de urbanização, com o objetivo final de investigar o papel que o Urbanismo pode ter na reestruturação da cidade.

Para o efeito foram selecionados, como casos de estudo, dois bairros na Coroa Norte da cidade de Lisboa, o bairro PER da Ameixoeira e o bairro Padre Cruz, que, apesar de aparentemente terem tido origens semelhantes, registaram, contudo, dinâmicas de desenvolvimento diferenciadas.

Da análise que foi feita a estes dois bairros foi possível verificar que o facto de na sua origem terem estado quadros políticos e programáticos diferentes – Programa PIMP no caso do bairro Padre Cruz e PER no caso da Ameixoeira – resultou em impactos espaciais também desiguais que se refletiram tanto a nível das descontinuidades urbanas como na promoção da exclusão social.

Assim, a forte necessidade de construção de novos bairros de realojamento, na fase de implementação do PER, dado o elevado número de famílias que ficaram por realojar na fase do PIMP, provocou grandes constrangimentos e representou um grande esforço na sua concretização.

Pela necessidade de cumprir os prazos estabelecidos pelo programa (PER), não houve, muitas vezes, a devida preocupação em dotar os bairros com equipamentos sociais e infraestruturas de apoio. Estes viriam a ser construídos posteriormente, no entanto, confrontaram dificuldades na sua abertura e permanência. Esta é a realidade que podemos observar na Ameixoeira. Por outro lado, as particularidades deste processo de realojamento perante as famílias abrangidas, no que toca à sua heterogeneidade social, cultural e económica e pelo facto de estas residirem desde sempre em barracas, representou grandes obstáculos e cenários de resistência aos novos alojamentos. Tal, deveria ter sido expectável e alvo de uma melhor preparação para que estas famílias fossem realojadas de forma mais gradual e pacífica.

Apesar de, à primeira vista, a caracterização social do bairro Padre Cruz não diferir muito da referente ao bairro PER da Ameixoeira, existem diversos fatores que influem para que as vivências sociais se diferenciem tanto um do outro. O bairro Padre Cruz tem uma vivência específica e possui várias características que os residentes valorizam e que o tornam menos problemático do que muitos dos bairros sociais. Os seus habitantes cultivam relações de proximidade e vizinhança e existe um sentimento geral de pertença que caracteriza a identidade deste bairro e para o qual tem contribuído de forma significativa as coletividades existentes bem como os equipamentos públicos ao dispor da população.

Assim, uma das principais diferenças que se verifica a nível social, entre estes dois bairros é sobretudo o sentido de comunidade. Tal é explicado pela maneira como o realojamento aconteceu em cada um dos territórios. No bairro PER da Ameixoeira, ao contrário do que aconteceu no bairro Padre Cruz, este processo decorreu de forma bastante agitada uma vez que os realojados não desejavam sair dos bairros onde cresceram, independentemente do estado de degradação em que as habitações se apresentavam. Este quadro gerou um

ambiente social conflituoso e bastante tenso já que a população residente na zona histórica, que ali cresceu e viveu toda a vida, não viu com bons olhos estas transformações num meio que era calmo e pacato.

O fato da população ser mais homogénea, no bairro Padre Cruz, também ajudou a superar as diferenças pessoais dos seus habitantes, gerando um sentimento de que o bairro lhes pertence e que, por isso, tudo devem fazer para ajudar a preservar a qualidade de vida que ele lhes pode oferecer.

Apesar do bairro Padre Cruz possuir uma população residente marcadamente idosa e solitária, o isolamento em que estes moradores vivem é atenuado pela construção de baixa densidade e pela existência de espaços exteriores privados onde estes podem ter os seus quintais, ou mesmo explorar pequenas hortas urbanas.

Ao longo da análise foi possível comprovar que o PER da Ameixoeira é um bairro que beneficiou de um investimento e apoio, por parte dos órgãos políticos, insuficientes. De um modo geral, demonstra ser um bairro ao abandono, em termos de apoio político, nomeadamente por parte da Junta de Freguesia. As pequenas ações que se têm feito partem maioritariamente da Associação de Moradores. Já no bairro Padre Cruz existe um forte apoio político, quer por parte da Junta da Freguesia e da CML, com a intervenção urbana que está a decorrer, como das várias associações existentes no bairro.

De igual modo, o espaço público de ambos os bairros é um reflexo do investimento e apoio dos órgãos políticos, ou da falta do mesmo.

Quanto ao papel da Arquitetura, nomeadamente a nível do Urbanismo, na resolução de descontinuidades urbanas e na prevenção de processos de exclusão, este é sem dúvida importante, mas não passa de uma ferramenta que dependerá sempre da vontade e dos interesses políticos que, muitas vezes, não dão a devida prioridade aos problemas sociais. Devidamente usada, esta ferramenta pode unir o tecido ao resto da cidade e criar mecanismos que promovam a urbanidade, com espaços que apelam à convivência e sociabilidade. No entanto, impõe-se a questão: como conseguir resultados transformadores perante uma comunidade desmoralizada, desenraizada, que carrega consigo a memória de um realojamento forçado, que marginaliza o que é feito para melhorar o seu bairro, que vive numa parcela de cidade constantemente desprestigiada e quase deixada ao abandono, que, por sua vez, carece de infraestruturas, equipamentos, transportes públicos, vigilância e o mais impactante, que carece de apoio político que possa alterar esta realidade?

Ainda que sendo um bairro bastante diferente, sobretudo na sua génese e evolução e na heterogeneidade cultural que não é tão evidente, o bairro Padre Cruz mostra que o apoio e investimento por parte dos órgãos políticos, a proximidade destas entidades com a população, a preocupação em fazer mais e melhor é fundamental para combater e prevenir problemas sociais.

É, por isso, fundamental ter em mente que o Urbanismo e a Arquitetura por si só, não resolvem estas questões. Poderão eventualmente prestar o seu contributo consoante o uso que fizerem destas áreas de conhecimento, quer seja para melhorar quanto para piorar. Repare-se que, na fase de implementação do PER a Arquitetura satisfaz as necessidades políticas, que foi a de realojar massivamente, olhando apenas a prazos de execução e esquecendo, muitas vezes, as consequências de um processo demasiado fugaz. Este trata-se de um

exemplo de mau uso da Arquitetura que deve ser tido como referência de má prática.

Torna-se imperativo entender que, para combater os processos de exclusão, é necessário o trabalho e empenho dos órgãos políticos e governamentais e do apoio de um conjunto de ciências sociais e humanas onde entra o Urbanismo e a Arquitetura, que contemplam a humanização indispensável para atender às necessidades do Homem.

Perante esta realidade é fácil concluir que o cerne da questão se encontra na gestão das políticas urbanas e nas estratégias de planificação a elas subjacentes, que determinam o modo como o crescimento da cidade se organiza.

Assim, a revitalização de um bairro dependerá sempre de um contato muito direto entre as entidades políticas, que suportam financeiramente os projetos e ações, um conjunto de ciências sociais e humanas, das quais a Arquitetura e o Urbanismo, que pensam e concebem esses mesmos projetos e a população residente, que participa e preserva o que é concebido para melhorar o seu bairro, num sentido de comunidade.

Nesta dissertação estudaram-se dois casos distintos que mostram diferentes decisões e resultados, sendo, por isso, facilmente perceptível qual o caminho a seguir de modo a alcançar a integração territorial e social, tão necessárias à cidade. O bairro Padre Cruz está, claramente, a um passo à frente do bairro PER da Ameixoeira que, apresenta ainda muitas fragilidades e poucas medidas de resolução.

O festival de Arte Urbana, realizado no bairro Padre Cruz e agora alargado para outras zonas da cidade de Lisboa, é um excelente exemplo de um projeto que assenta nestas três bases e que prova ser uma iniciativa muito eficaz no combate dos problemas de exclusão e de segregação, promovendo a integração tanto territorial quanto social do bairro. Leva-o à cidade, mas também traz a cidade até ele.

Recordando que os objetivos desta dissertação se prenderam com o entendimento da relação das **descontinuidades urbanas** com a fragmentação do território, no processo de urbanização, e com **a exclusão social**, como resultado desse processo, poderá reter-se que, é inevitável a correlação entre os resultados ocorridos tanto espacial como socialmente, pelo que, atuar no território é também interferir com as vivências, os costumes, a cultura e a identidade de uma população.

O capítulo referente ao estado do conhecimento elucidou, em grande medida, que estes são conceitos (descontinuidades urbanas/ exclusão social) cuja definição é ainda demasiado extensível, pelo que estarão largamente, ao alcance de futuras investigações que aprofundem a pesquisa no sentido de tornar o seu significado mais objetivo e de, poderem assim, permitir análises do objeto mais concretas e concisas. Esta dissertação pretendeu ser um contributo nesse sentido.

A investigação tornou-se, pois, fundamental para compreender também que, cada vez mais, o arquiteto vê as suas funções ampliadas já que deve ser capaz de olhar mais além e de se sensibilizar com questões que, muitas vezes, extravasam a sua área de conhecimento e que, pelo que se pôde constatar, têm grandes repercussões na vida da sociedade e até das gerações vindouras.

VIII. Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de et al (1992). **Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal**, Oeiras: Celta Editora.
- ASCHER, François (2010). **Novos princípios do urbanismo seguido de Novos compromissos urbanos: um léxico**. Prefácio de Nuno Portas, Lisboa: Livros Horizonte.
- BARDET, Gaston (1947) **L'urbanisme**. Paris : Presses Universitaires de France.
- BELL, Judith (1997). **Como realizar um projeto de investigação**. Lisboa: Gradiva.
- BENEVOLO, Leonardo (1981). **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editorial Presença.
- BORJA, Jordi e MUXI, Zaida (2000) **El espacio pública: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electra.
- BRANDÃO, Fernando (2013). **Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano – Proposta Metodológica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BRANDÃO, Pedro; CARRELO, Miguel; ÁGUAS, Sofia (2002). **O chão da cidade: guia de avaliação do design do espaço público**. Lisboa: Centro Português do Design.
- CACHADO, Rita Ávila (2013). **O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. Análise Social**, 206, XLVIII (1º.), pp. 134-152.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2016) **Evolução do Planeamento Urbano de Lisboa**. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>, [consultado em 2016.11.20].
- CAPUCHA, Luís Manuel Antunes (2004). **Desafios da Pobreza**. Tese de doutoramento em Sociologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- CARR, Stephen, FRANCIS, Mark, RIVLIN, Leanne G. & STONE, Andrew M. (1992). **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press.

CARS, Göran, MADANIPOUR, Ali & ALLEN, Judith (2000). **Social Exclusion in European Cities**, in MADANIPOUR, Ali, CARS, Göran & ALLEN, Judith (Ed.) (2000) **Social Exclusion in European Cities: Processes, Experiences and Responses**. London & New York: Routledge, pp. 279-288.

CARVALHO, Jorge (2003) **Ordenar a Cidade**. Coimbra: Quarteto Editora.

CASTILHO, Júlio de (1904). **Lisboa Antiga**, 2ª edição. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos.

CIVITAS 21 - Comunidades sustentáveis (2012). **Plano de ação 21 e estrutura de monitorização: Bairro PER da Ameixoeira**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

CIVITAS 21 - Comunidades sustentáveis (2012a). **Plano de ação 21 e estrutura de monitorização: Bairro Padre Cruz**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa / Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS ([sd.]) **Acordo e declaração internacional dos Institutos e Associações de Urbanistas profissionais dos países da Comunidade Económica Europeia**. Disponível em: http://aproureb.org/main_/files/1713/7046/5882/conselho-europeu-dos-urbanistas.pdf [consultado em 2016.07.05].

CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel & ABEL, Marília (1993). **Pelas freguesias de Lisboa, 1º Volume: Benfica, Carnide, Ameixoeira, Charneca, Lumiar**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CORBOZ, André (2001) **Le territoire comme palimpseste et autres essais**. Paris: Éditions de l'Imprimeur.

COSTA, Alfredo Bruto da (1998) **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva.

COSTA, Isabel, SUBTIL, Manuel (2013). **Programas de realojamento PER e PIMP - Relatório de Finalização**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

COSTA, Manuel Leal da (1967). **Descontinuidades temporais e espaciais dos planos de urbanização, in Binário: arquitetura, construção, equipamento**, nº 108, pp. 128-135.

EPUL (2010) **Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro Padre Cruz: Memória Descritiva e Justificativa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- ESPIRITO SANTO, Eugénio do (1997). **Ameixoeira: um núcleo histórico**. Lisboa: Eugénio do Espírito Santo.
- FERNANDES, José Manuel (1989). **Lisboa: Arquitectura e Património**. Lisboa: Ed. Livros do Horizonte.
- FERRÃO, João (2003) **Intervir na Cidade: Complexidade, Visão, Rumo**, in PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João, **Políticas urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 218-225.
- FERREIRA, A. F. (1994). **Habitação social: lições e prevenções para o PER**. *Sociedade e Território*, 20, pp. 8-10.
- FERREIRA, A. F. (1988), **Política (s) de habitação em Portugal**. *Sociedade e Território*, 6, pp. 54-62.
- FERREIRA, António Fonseca (1987). **Por uma nova Política de Habitação**. Porto: Edições Afrontamento.
- FERREIRA, Maria Júlia (1994). **O Bairro Social do Arco do Cego: uma aldeia dentro da cidade de Lisboa**, in **Análise Social**, vol. XXIX, (127) (3ª. edição), pp. 697-709.
- FREITAS, Fátima (2013) **História e memórias do Bairro Padre Cruz: Construir cidade à escala humana**. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide.
- FREITAS, Maria João Lopes (2000). **Mobilising Community Resources in Portugal**, in MADANIPOUR, Ali, CARS, Göran & ALLEN, Judith (Ed.) **Social Exclusion in European Cities - Processes, Experiences and Responses**. London & New York: Routledge, pp. 211- 234.
- FREITAS, Maria João (1994). **Os paradoxos do realojamento**. *Sociedade e Território*, 20, pp. 26-34.
- GEORGE, Pedro e LOPES, Ricardo Sousa e GERARDO, Filomena (2009). **A concepção do espaço público em bairros de realojamento como pressuposto estruturador dos processos de inserção social**, FCT.
- GOFFMAN, Erving (2004). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- GONÇALVES, Jorge Manuel (2006). **Os espaços públicos na reconfiguração física e social da cidade**. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

GUERRA, Isabel (1994). **As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. *Sociedade e Território***, 20, pp. 11-16.

GUERRA, Paula (2012). **Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática**, in ***Revista Angolana de Sociologia***, nº 10, pp. 91-110.

GUERRA, Paula (1996). **Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade**, in ***Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto***. Porto, Vol. 1 n.º 6, pp. 246-256.

LOURENÇO, Maria dos Prazeres (2005). **Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal: uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza**. Lisboa: Direcção Geral da Segurança Social.

INNERARITY, Daniel (2006). **O Novo espaço público**. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Teorema.

MACHADO, L. O. (2000) **Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território***, V (8), pp. 7-23.

MADANIPOUR, Ali (2000). **Social exclusion and space**, in MADANIPOUR, Ali, CARS, Göran & ALLEN, Judith (Ed.) (2000) ***Social Exclusion in European Cities: Processes, Experiences and Responses***. London & New York: Routledge, pp. 75-89.

MUMFORD, Lewis (1961). ***The city in the history***. New York: Hartcourt.

ORR, Shepley William (s.d.). **The Normative Theory of Social Exclusion: Perspectives from Political Philosophy** [under review], disponível em: www.ucl.ac.uk/~ucesswo/IJSSP%20ms.doc [consultado em 2016.02.15].

PINTO, Teresa; GONÇALVES, Alda (2000). **Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos - Imagens, Conflitualidades e Insegurança**, in ***Cidades - Comunidades e Territórios***. Lisboa, n.º 1, pp. 101-111.

PINTO, Teresa; GONÇALVES, Alda (2001). **Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos - Actores, Imagens Públicas e Identidades**, in ***Cidades - Comunidades e Territórios***. Lisboa, n.º 3, pp. 111-131.

PINTO, Teresa (2011). **Near and far: A case of social mix in Lisbon**, in ***Cidades - Comunidades e Territórios***. Lisboa: ISCTE-IUL, pp. 60-81.

PORTAS, Nuno (1969). ***A Cidade Como Arquitectura: Apontamentos de Método e Crítica***. Lisboa: 4ª edição. Ed. Livros Horizonte, 2011.

PORTAS, Nuno (2003). **Espaço Público e cidade emergente – os novos desafios**, in BRANDÃO, Pedro e REMESAR, Antoni. ***Design de espaço público: deslocação e proximidade***. Lisboa: Centro Português do Design, pp. 16-18.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (2011). **Estrutura**, in ***Políticas Urbanas II - Transformações, regulação e projectos***. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 187-207.

RAMOS, Maria Celeste D'Oliveira (2005). **Lisboa na minha ideia de cidade – como exemplo de cidade multifacetada**, in COELHO, António Baptista (coord.) ***Cadernos: Edifícios. Humanização e vitalização do espaço público***. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1992). ***A Cidade em Portugal***. Porto: Ed. Afrontamento.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1985). **A habitação na Área Metropolitana de Lisboa. *Sociedade e Território***, 3, pp. 54-66.

SÁNCHEZ DE MADARIAGA, Inés (1999). ***Introducción al urbanismo. Conceptos y métodos de la planificación urbana***. Madrid: Allanza Editorial.

SILVA, Carlos Nunes da (1994), ***Política Urbana em Lisboa (1926-1974)***. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVA, Paulo António dos Santos (2010). ***Área Metropolitana de Lisboa: descontinuidades, desenho e planeamento***. Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente - Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

SILVER, Hillary (1994). **Social Exclusion and Social Solidarity: Three Paradigms. *International Labour Review***, vol. 133, n. ° 5-6, pp. 531-578.

SOCIAL EXCLUSION UNIT (2004). ***Breaking the Cycle: Taking Stock of Progress and Priorities for the Future***. Office of the Deputy Prime Minister.

SOLÀ-MORALES, Manuel (1997) ***Las formas de crecimiento urbano***. Barcelona. Ediciones UPC.

VILAÇA, Francisco Maria Moutinho da Cruz (2008) ***Descontinuidades Urbanas. Lisboa: estudos para uma estratégia de mudança.*** Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Locais na Internet

Google Maps

google.pt/maps

Centro Cartográfico da FAUL

cartografia.fa.utl.pt

Junta de Freguesia da Ameixoeira

jf-ameixoeira.pt

Arquivo Municipal de Lisboa

arquivomunicipal.cm-lisboa.pt

Câmara Municipal de Lisboa

cm-lisboa.pt

Programa *BIP-ZIP*

bipzip.cm-lisboa.pt/

Programa *Uma praça em cada bairro*

cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/espaco-publico/uma-praca-em-cada-bairro

Programa *Pavimentar Lisboa 2015-2020*

cm-lisboa.pt/pavimentar-lisboa

Junta de Freguesia de Carnide

jf-carnide.pt/

Gebalis

gebalis.pt/

SGAL

sgal.altadelisboa.com/